

# RELATÓRIO DE GESTÃO

## 2022

## Sumário

|  |    |
|--|----|
| IDENTIDADE ORGANIZACIONAL.....                               | 5  |
| APRESENTAÇÃO .....   | 6  |
| DA GESTÃO ADMINISTRATIVA PREVIDENCIÁRIA .....                | 8  |
| Da Estrutura organizacional.....                             | 8  |
| Do Funcionamento da Estrutura organizacional .....           | 9  |
| Do Quadro de Pessoal .....                                   | 9  |
| Governança Corporativa .....                                 | 10 |
| Do Controle Interno.....                                     | 10 |
| Plano de Custeio do RPPPS .....                              | 11 |
| Das Reuniões no Exercício de 2022.....                       | 11 |
| Do Comitê de Investimentos.....                              | 13 |
| Da Atualização da Base Cadastral dos Segurados Ativos .....  | 14 |
| Do Recadastramento dos Inativos e Pensionistas.....          | 15 |
| Principais Ações Realizadas em 2022.....                     | 16 |
| Metas Priorizadas para 2023.....                             | 19 |
| DAS ATIVIDADES PROCURADORIA JURÍDICA - BIÊNIO 2021/2022..... | 21 |
| APRESENTAÇÃO .....   | 21 |
| ATIVIDADES DESENVOLVIDAS .....                               | 22 |
| Despachos e Manifestações.....                               | 22 |
| Temas Enfrentados.....                                       | 22 |
| Da Alteração de Parte da Legislação Municipal.....           | 26 |
| Estatísticas dos Estudos Atuariais.....                      | 27 |
| DA ESTRUTURA FÍSICA E ADMINISTRATIVA .....                   | 28 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS.....                                    | 29 |
| DA GESTÃO DE BENEFÍCIOS.....                                 | 31 |
| Plano de Benefícios do RPPS.....                             | 31 |
| Evolução Histórica dos Benefícios .....                      | 32 |
| Da Perícia Médica .....                                      | 36 |
| DA GESTÃO DA COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA .....                | 38 |
| DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL.....        | 42 |
| Da Execução Orçamentária e Financeira.....                   | 42 |
| Das Receitas .....   | 42 |

|   |           |
|---|-----------|
| Das Despesas.....   | 44        |
| Da Execução Financeira .....  | 46        |
| Da Análise dos Resultados.....  | 47        |
| Da Execução Patrimonial.....  | 47        |
| Ativo Circulante.....   | 48        |
| Ativo não Circulante .....  | 48        |
| Passivo Circulante e não Circulante.....  | 49        |
| Patrimônio Líquido e Resultado do Exercício.....                                    | 50        |
| Da Taxa de Administração.....   | 50        |
| A) Base de Cálculo para fins de Limite de Gastos com Despesas Administrativas ..... | 50        |
| B) Limite de Gastos Administrativos para o Exercício de Referência da PCA.....      | 51        |
| C) Despesas Administrativas Realizadas no Exercício de Competência (2020).....      | 52        |
| D) Verificação da Observância do Limite de Gastos Administrativos .....             | 52        |
| Licitações.....   | 53        |
| Contratos .....   | 54        |
| <b>DA GESTÃO DOS INVESTIMENTOS .....</b>  | <b>56</b> |
| Cenário Econômico.....  | 57        |
| Política de Investimentos .....   | 61        |
| Metodologia e Critérios de Avaliação de Riscos .....                                | 62        |
| Análise da Carteira de Investimentos.....   | 63        |
| Composição da Carteira de Investimentos – Base 12/2022 .....                        | 63        |
| Distribuição dos Ativos .....   | 66        |
| Rentabilidade .....   | 67        |
| Evolução do Patrimônio.....   | 68        |
| Enquadramento da Carteira de Investimentos / Política de Investimentos.....         | 69        |
| Enquadramento .....   | 69        |
| Segmento Renda Variável .....   | 70        |
| Composição do Segmento (Base 12/2022) .....   | 70        |
| Segmento Renda Fixa .....   | 71        |
| Composição do Segmento (Base 12/2022) .....   | 71        |
| Risco e Retorno .....   | 71        |
| Desempenho dos Investimentos nos Últimos Cinco Anos .....                           | 76        |
| <b>CONSIDERAÇÕES SOBRE A CARTEIRA DE INVESTIMENTOS .....</b>                        | <b>79</b> |

|  |    |
|--|----|
| DA GESTÃO ATUARIAL.....  | 81 |
| Base de Dados e Estatísticas.....                                | 81 |
| Custo Normal .....   | 81 |
| Patrimônio do Plano.....   | 83 |
| Despesas do Plano .....  | 85 |
| Resultado Atuarial .....   | 87 |
| Equacionamento do Déficit - Custo Suplementar .....              | 88 |
| Evolução das Reservas do Plano de Equacionamento do Déficit..... | 90 |
| CONCLUSÃO .....  | 94 |

## **IDENTIDADE ORGANIZACIONAL**

### **MISSÃO**

Administrar o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Conceição da Barra, garantindo concessão dos benefícios legalmente previstos aos servidores públicos do município e seus dependentes de direito, sempre com dignidade, respeito, de forma eficiente, transparente, governabilidade e sustentabilidade financeira e atuarial.

### **VISÃO**

Ser referência como Unidade Gestora de Regime Próprio de Previdência a partir de uma gestão humana, técnica, participativa e transparente.

### **VALORES**

- ✓ Moralidade;
- ✓ Melhoria Contínua;
- ✓ Eficiência, Eficácia e Qualidade;
- ✓ Integridade e Responsabilidade Pessoal;
- ✓ Ética e Objetividade;
- ✓ Contribuição ao Desenvolvimento Econômico-social do Município de Conceição da Barra;
- ✓ Respeito aos Segurados, ao Meio Ambiente e à Identidade Organizacional.

### **META**

Garantir a melhoria na capacitação dos gestores e potencializar a rentabilidade para que previsões atuariais se mantenham estáveis e o Instituto saudável.

### **OBJETIVO**

Garantir e assegurar aos segurados e a seus dependentes os meios de subsistência nos eventos de invalidez, idade avançada; e proteção à família.

## APRESENTAÇÃO

A previdência social constitui no Brasil, atualmente, tema de elevada importância, não só pela finalidade que destina prover, mas também pelo especial momento que atravessa em razão de uma série de fatos, inclusive, ocupando o cerne do debate político nacional, que vão desde a má administração de seus recursos através das sucessivas tentativas de ingerências por parte de agentes políticos, sem o devido conhecimento, ao acentuado envelhecimento da população brasileira, propiciando um número crescente de beneficiários do sistema em detrimento de um número cada vez menor de contribuintes. Daí, pois, a recente aprovação da Reforma da Previdência, através de Emenda Constitucional 103/2019, além das inúmeras ações governamentais no sentido de se lhe emprestar uma nova feição constitucional e infraconstitucional constitui-se como uma boia de salvação, pelo menos, para os próximos 10 anos.

No que tange ao regime próprio de previdência municipal, quando bem administrado, é de grande valia e importância para os municípios e seus servidores, pois agrega valor à economia municipal.

O Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Conceição da Barra – PREVICOB, sempre teve como objetivo contribuir com a expansão, fortalecimento e aperfeiçoamento da previdência dos servidores públicos municipais, e ainda, dá grande importância à gestão responsável para aplicação das políticas previdenciárias e suas vantagens para o servidor, quanto para o ente federativo.

O presente Relatório de Gestão tem como peça instrumental de prestação de contas, para atender o disposto na Instrução Normativa nº 43, TCEES de 05 de dezembro de 2017, que determina o envio de dados e informações, com expressa referência à execução orçamentária, financeira e patrimonial.

As informações contidas no relatório demonstrarão dados administrativos, atuariais, investimentos e gerenciais relacionados à gestão previdenciária do exercício de 2022

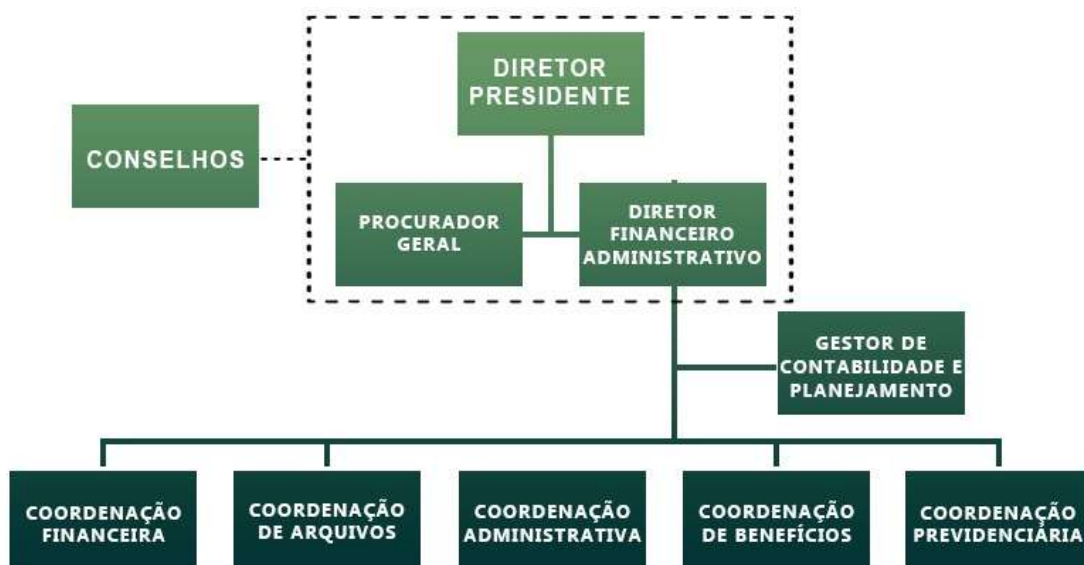
comparado com cenários sobre os resultados das gestões passadas recentes, como, da taxa de administração, desempenho da evolução patrimonial, mudança de filosofia na gestão, evolução da massa de segurados, além, claro, das informações orçamentárias, financeiras e patrimoniais do regime em formatos padronizados pelos órgãos de controle.

## DA GESTÃO ADMINISTRATIVA PREVIDENCIÁRIA

O Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Conceição da Barra – PREVICOB foi criado pela Lei Complementar nº 01 de 20 de março de 2002, posteriormente reestruturado pela Lei Complementar Municipal 10/2006, de 18 de março de 2006, cuja finalidade essencial é gerir o Regime Próprio de Previdência Social do Município, especialmente quanto à gestão de recursos utilizando as melhores técnicas com o objetivo de preservação dos recursos e operacionalização das normas previdenciárias, visando garantir o pagamento de benefícios previdenciários aos segurados do Regime Próprio e a seus dependentes, abrangendo os servidores da Câmara de Vereadores e da Prefeitura de Municipal de Conceição da Barra.

### Da Estrutura organizacional

A estrutura técnico-administrativa organizacional do PREVICOB compõe-se dos seguintes órgãos: Diretoria Executiva, composta por um Diretor Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e um Procurador; Conselho de Administração; Conselho Fiscal; e, Junta de Recursos. O funcionamento efetivo está estruturado conforme organograma.





## Do Funcionamento da Estrutura organizacional

A estrutura administrativa da Autarquia é composta pelos cargos de Diretor-Presidente, Diretor Administrativo-Financeiro e Procurador Jurídico, nomeados pelo Prefeito Municipal para mandato de dois anos, escolhidos dentre os servidores do quadro efetivo da administração municipal.

Também são nomeados para ocupação por prazo determinado, os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, bem como os componentes do Comitê de Investimentos.

Além destes membros, a estrutura administrativa visando à execução das atividades inerentes a sua finalidade, conta com quadro de servidores cedidos, comissionados e contratados diretamente pela Autarquia. A sede administrativa do Instituto encontra-se localizada na Rua Graciano Neves, 193, Centro, Conceição da Barra.

## Do Quadro de Pessoal

O quadro de pessoal do PREVICOB é formado por 10 colaboradores, com atribuições descritas nas Leis Complementares do município números 10/2006, 28/2012, 42/2017, 46/2018 e 67/2022 (todas disponíveis no site do PREVICOB) abaixo descritos:

| <b>CARGOS</b>           | <b>CRIADOS</b> | <b>OCUPADOS</b> |
|-------------------------|----------------|-----------------|
| EFETIVOS                | 11             | 00              |
| COMISSIONADOS           | 13             | 05              |
| CONTRATADOS             | 00             | 00              |
| CEDIDOS - COMISSIONADOS | 02             | 02              |
| TOTAL                   | 26             | 07              |

Por definição legal os cargos de Diretoria, no total de 03 (três), não constam da tabela acima por serem custeados pelos cofres da municipalidade.

## Governança Corporativa

Podem-se classificar algumas das práticas de governança corporativa que nortearão esta gestão, por meio dos princípios discriminados:

| PRINCÍPIOS                   | PRÁTICAS   |
|------------------------------|--|
| EQUIDADE                     | Tratamento igualitário entre todos os colaboradores e demais partes interessadas.  |
| PRESTAÇÃO DE CONTAS          | Os agentes da governança devem assumir as consequências de seus atos e omissões.   |
| TRANSPARÊNCIA                | Algo imprescindível para criar confiança interna e externa. É o autêntico desejo de informar fatos positivos ou negativos, sem restrições. |
| RESPONSABILIDADE CORPORATIVA | Zelar pela sustentabilidade da organização, visando à longevidade e incorporando definições de ordens social e ambiental.                  |

## Do Controle Interno

O Controle Interno do RPPS de Conceição da Barra é realizado pela Controladoria Geral do Município (CGM), nomeado pelo Prefeito Municipal, sendo composta e conduzida por um servidor nomeado em cargo comissionado, e os demais servidores do quadro de pessoal são majoritariamente cargos comissionados.

A regulamentação da Controladoria Geral do Município se dá através da Lei Complementar Municipal nº 27 de 26 de janeiro de 2012, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 52/2018, cujo controle é sobre toda a Administração

Pública Municipal, ou seja, não só da administração direta, mas também da indireta, no caso, das autarquias municipais.

Desde então, esta Autarquia vem sendo acompanhada e orientada por este órgão de controle, com eficiência e eficácia na mais estrita observância da legislação.

### **Plano de Custeio do RPPS**

As alíquotas de contribuição previstas para o ente estável, os servidores ativos, inativos e os pensionistas, atualmente obedecem aos limites estabelecidos no Artigo 41 da LCM 10/2006 e alterações posteriores, especialmente a LCM 54/2019 e LCM 59/2020.

Os percentuais de contribuição no RPPS de Conceição da Barra atualmente em vigor, conforme estabelecidos acima, são os seguintes:

- 14% para os servidores ativos, incidentes sobre a respectiva remuneração de contribuição;
- 14% para os servidores inativos e pensionistas, incidentes sobre a parcela do benefício que excede ao teto do INSS;
- 14,55% para o município, incidentes sobre a respectiva remuneração de contribuição dos servidores ativos, a título de contribuição normal.

A definição de Salário de Contribuição está prevista na Lei Complementar 54/2019 que altera a Lei Complementar 10/2006, disponível no site institucional.

### **Das Reuniões no Exercício de 2022**

O Conselho de Administração e o Conselho Fiscal do RPPS de Conceição da Barra realizam suas reuniões conforme cronograma pré-estabelecido, e na forma exigida pela Portaria MPS nº 440, de 09/10/2013, é divulgado nos meios de comunicação o

local e disponibilizado no site oficial do PREVICOB <http://www.previcob.es.gov.br>, informado as datas, horário e locais de realização delas.

No decorrer do ano de 2022, houve reuniões dos órgãos de deliberação colegiada, a saber, Conselho de Administração e Conselho Fiscal. Onde as atas dessas reuniões encontram-se disponíveis no endereço: <http://www.previcob.es.gov.br>

A seguir evidenciamos as principais deliberações realizadas pelos Membros dos Conselhos de Administração e Fiscal em suas reuniões.

### **Das Reuniões Conselho de Administração**

**Conselho de Administração** – Atuou principalmente no monitoramento da gestão do PREVICOB, acompanhado/aprovação dos temas relativos ao cálculo atuarial, investimentos, regularidade previdenciária, dentre outros temas, e podemos destacar a aprovação da política de Investimentos para o Exercício de 2023.

### **Das Reuniões Conselho Fiscal**

**Conselho Fiscal** – Atuou principalmente no monitoramento e na verificação dos processos de despesa, no controle do limite da taxa de administração, dentre outros, visando à emissão do Parecer Conclusivo sobre a Prestação de Contas que será encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

### **Das Reuniões de Diretoria Executiva**

Destacamos ainda, as reuniões realizadas pela Diretoria Executiva, que também são divulgadas na forma exigida pela portaria MPS nº 440, de 09 de outubro de 2013.

Nestas, estão contempladas os debates sobre as metas anuais do Previcob e a formação de conceitos para dirimir os temas conflitantes do cotidiano da gestão do Instituto e, ainda a participação nas estratégias de aplicação de recursos na busca do melhor desempenho possível, como pode ser verificado no mesmo endereço acima citado, ou seja, <http://www.previcob.es.gov.br>.

## **Do Comitê de Investimentos**

Os recursos financeiros dos regimes próprios de previdência social devem ser corretamente aplicados para contribuir com o equilíbrio financeiro e atuarial do regime. Em função disso, o Banco Central do Brasil editou a Resolução nº 3922/2010, com adequações nas Resoluções n.º 4.392/14, 4.604/17, 4.695/18 que regulamentam as possibilidades de os regimes próprios de previdência investirem seus recursos e em que parâmetros.

Para os gestores dos RPPS, responsáveis pela gestão dos recursos, existe ainda a certificação concedida pela APIMEC e ou ANBIMA denominadas CGRPPS. Para conseguir essa certificação, o servidor interessado deverá prestar uma prova em uma dessas entidades e atingir o percentual de acertos estipulado para poder receber a certificação. Para fazer a prova, o servidor deverá inscrever-se em uma das entidades acima referidas, pagar a taxa de inscrição e comparecer na data agendada para prestar a prova. Além disso, o servidor certificado tem que proceder a atualização a cada três ou cinco anos, dependendo da normatização da entidade certificadora.

A partir de janeiro de 2015 todo o RPPS, independente de valor de recursos que possuam aplicados no mercado financeiro, deverá ter, no mínimo, a maioria dos membros do comitê de investimentos certificados por uma das certificações disponíveis pelas entidades certificadoras. Pode ser certificado CPA-10 ou CPA-20. Assim sendo seguem abaixo nossos membros, nomeados pela Portaria nº 63 de 30 de janeiro de 2019:

NOME: GERALDO CARDOZO BANDEIRA

END: Rua João Manoel da Fonseca, 69, Bairro – Marcílio Dias II, Formação: Superior Incompleto – Certificação CPA 10 Vencimento: 16/12/2018 TEL: 27 99757-7216.

E-MAIL: Geraldo.bandeira@gmail.com

NOME: ALEX DA SILVA MOURA

END: Rua Rosa, 39, QD 12, Bairro Floresta, FORMAÇÃO: Superior.

TEL: 27 99707-5322 - E-MAIL: alexpmcb@yahoo.com.br

NOME: FABRICIO SIQUARA GONÇALVES

END: Rua 22, 22, Bairro Guaxindiba – Formação: Nível Médio – Certificação CPA -10.

Vencimento: 23/11/2020 TEL: 27 99893-9847 - E-mail: fabriciosg13@gmail.com

#### **Das reuniões do Comitê de Investimentos**

O Comitê de Investimentos do RPPS de Conceição da Barra faz suas reuniões bimestrais ou extraordinárias, as quais seguem um cronograma pré-estabelecido, que na forma exigida pela Portaria MPS nº 440, de 09 de outubro de 2013, é divulgado nos meios de comunicação local e disponibilizado no site oficial do <http://www.previcob.es.gov.br>, informando as datas, horário e locais de realização delas.

#### **Da Atualização da Base Cadastral dos Segurados Ativos**

A base cadastral dos servidores efetivos ativos, segurados pelo PREVICOB, foi totalmente atualizada no exercício de 2018, após realização do Censo Previdenciário instituído pelo Decreto Municipal nº 5011/2018, dispõe sobre os procedimentos para realização do Censo Cadastral Previdenciário dos Servidores Ativos, Inativos e Pensionistas da Administração Direta e Indireta do Poder executivo, do Poder Legislativo, Autarquias e Fundações vinculadas ao Regime Próprio de Previdência Social do Município de Conceição da Barra.

Conforme Lei Complementar nº 10/2006, a periodicidade do Recenseamento será de cinco anos. A realização periódica do recenseamento previdenciário ou

recadastramento é uma obrigação legal (artigos 3º e 9º, II da Lei 10.887/2004). Compete ao Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Conceição da Barra – PREVICOB – manter as informações previdenciárias dos servidores municipais atualizadas e compatíveis com a base de dados gerida pelo Ministério da Previdência Social.

### **Do Recadastramento dos Inativos e Pensionistas**

O Recadastramento trata-se de atualização de dados do Regime Próprio de Previdência Social, englobando seus segurados: servidores efetivos, inativos (aposentados), pensionistas e seus dependentes, com informações pessoais dos servidores e ou segurados, como: Nome, CPF, Data de nascimento, Endereço, Raça, dependentes dentre outros; sendo subdividido em dois grandes grupos: funcional e financeiro.

O Recadastramento Funcional engloba atualização do histórico funcional dos servidores, como: cargo ocupado, data de admissão, vínculos anteriores com o INSS ou outros regimes próprios, benefícios concedidos, data de concessão, ato concessório, dentre outros. Enquanto o recadastramento financeiro envolve atualização da base remuneratória de contribuição dos servidores desde julho/1994, se o ingresso no serviço público for anterior a esta, ou data de admissão se posterior, até o presente momento.

Conforme legislação o recadastramento é realizado anualmente, sempre no mês de aniversário, onde é exigido do aposentado e pensionista, que obtiverem o seu benefício concedido até o dia 31 de dezembro do exercício anterior, o comparecimento do PREVICOB para realizar a Prova de vida. Trata-se de um procedimento administrativo obrigatório e presencial que visa evitar pagamentos indevidos de benefícios, além de atualizar os dados cadastrais dos benefícios. No ato da Prova de vida, o beneficiário apresenta um documento de identidade legalmente aceito e comprovante de residência recente.

Excepcionalmente nos anos 2020/2021, em função da pandemia covid-19, foram suspensas as realizações de prova de vida com intuito preservar a integridade física e saúde dos segurados. Em 2022, retomaram-se os procedimentos de comparecimentos dos segurados para realização de Prova de Vida.

## **Principais Ações Realizadas em 2022**

### **Treinamento**

O treinamento e a capacitação de servidores e conselheiros, bem como dos próprios diretores, é um dos principais investimentos e um compromisso estratégico da atual Diretoria Executiva. E em 2022 não foi diferente, houve capacitações, numa quantidade aquém da esperada, em participações em cursos, palestras, seminários e congressos. Ainda Assim, evidenciamos a participação em cursos, congressos e treinamento dos Membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, do Conselho de Administração, os Membros do Comitê de Investimentos e servidores do Instituto.

### **Resoluções/Portarias**

Em 2022 foram elaboradas e publicadas 61 Portarias e Resoluções, versando sobre matéria administrativa e previdenciária. Essas e todas as demais normativas encontram-se disponíveis no endereço eletrônico: <http://www.previcob.es.gov.br>

### **Revisão da estrutura do quadro de servidores do PREVICOB**

Com o desenvolvimento dos trabalhos e a expectativa de crescimento do Instituto fez-se a revisão o quadro de servidores, através da Lei Complementar nº 67/2022, de 01/04/2022.



## **Revisão do Plano de Amortização do Déficit Técnico**

A fim de garantir a sustentabilidade do RPPS de Conceição da Barra e o equilíbrio financeiro-atuarial exigido pela constituição Federal, o Município através da Lei Complementar nº 54/2019 e Decreto do Executivo Municipal nº 5577/2022, de 05/04/2022, revisou o Plano de Amortização do Déficit Técnico Atuarial, abordado em detalhe no capítulo que trata da Gestão Atuarial.

## **Alterações Legislativas**

Todo ordenamento jurídico, para estar em sintonia com as mutações exigidas pela sociedade, precisa passar por uma constante atualização. Razão pela qual - e dada à importância de se manter a similaridade de tratamento entre as regras definidas para os RPPS dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com aquelas introduzidas pela Lei Federal. Em 2020 promoveu-se a adequação da alíquota de contribuição previdenciária dos segurados para 14%, através da Lei Complementar 59/2020. Já em 2022, através da Lei Complementar nº 65/2022 o Município editou a lei de revisão das concessões dos benefícios de aposentadoria e de pensão por morte, conforme exigência da Emenda Constitucional nº 103/2019. Editou, também, a Lei Complementar nº 66/2022, que institui o Regime de Previdência Complementar.

## **Reestruturação e Modernização do Modelo de Gestão com Substituição de Sistemas**

- **Sistema de Gestão Previdenciária**

O PREVICOB contratou em 2019, um novo Sistema de Gestão Previdenciária, utilizado em todo o Brasil, e está aprimorando, a cada ano, o uso com vistas ao processo de melhoria contínua; é software de gestão completo e integrado, capaz de atender as distintas funcionalidades executadas pelo PREVICOB e que ajuda a potencializar resultados e agilizar os processos no dia a dia, através de tecnologias automatizadas, fornecendo insumos para a tomada de decisão e mais tempo para analisar o que realmente importa, os resultados em tempo real.

O software possui uma solução tecnológica dentro dos mais modernos e rigorosos padrões de projeto de desenvolvimento e implantação, com destaque para o alto nível de aderência aos processos de gestão de RPPS, alto nível de integração entre módulos, processamento com computação em nuvem, com solução hospedada em *data center* próprio, com todas as certificações necessárias para que as informações sejam armazenadas com todas as garantias desejadas.

O Sistema de Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social é um software que permite o gerenciamento de informações referentes a servidores públicos (civis e militares), ativos e inativos, pensionistas e demais dependentes do Município de Conceição da Barra.

As Informações organizadas pelo Sistema são enviadas, nos prazos legais, para o Ministério da Previdência, Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, Receita Federal e Empresas para Cálculo Atuarial, para que sejam validadas e auditadas por esses órgãos. A grande vantagem do Sistema é evitar fraudes a partir de um controle eficaz dessas informações armazenadas.

O Sistema, por ser um aplicativo desenvolvido totalmente para uso pela Internet, permite que os servidores utilizem várias funcionalidades através do autoatendimento. Dentre essas funções, podemos destacar a consulta e emissão de contracheques e extratos de contribuições, informe de rendimentos, a atualização de dados cadastrais do próprio servidor e de seus dependentes e representantes legais, a atualização de dados bancários, a inclusão de tempo de serviço etc. Por garantia, é importante ressaltar, que as atualizações de dados são sujeitas à confirmação posterior pelo Instituto, em alguns casos exigindo-se a apresentação de documentos comprobatórios.

## **Metas Priorizadas para 2023**

Para o cumprimento da missão e visão do PREVICOB, foram definidas as estratégias de ação, abaixo relacionadas, para serem alcançadas no período de 2022:

### **Acompanhamento sistemático das aplicações financeiras**

O Comitê de Investimentos do PREVICOB, com apoio de empresa contratada - especializada em assessoria financeira - realizará acompanhamento sistemático e proativo de todos os valores aplicados pelo Instituto no mercado financeiro.

### **Site em conformidade com a legislação vigente**

Em consonância com os princípios de transparência, legalidade e publicidade, o site do Instituto continuará sendo alimentado de forma frequente e com todas as informações previstas na legislação vigente. Afinal, trata-se de uma ferramenta que esclarece inúmeras dúvidas e está ao alcance da maioria dos segurados.

### **Informativos através de grupos de comunicação**

Com o objetivo de levar informações, de forma continuada, aos seus segurados ativos e inativos, o PREVICOB trabalhará com informativos diretos através de mensagens “sms” e grupos de comunicação por aplicativos específicos levando a prestação de contas do exercício anterior e as principais notícias do RPPS aos seus segurados.

### **Aquisição de imóvel**

A aquisição de um imóvel – processo de desapropriação em andamento, localizado na área central do Município de Conceição da Barra. Neste biênio, buscaremos um local que atenda nossas necessidades para que possamos adquirir e reformar uma sede própria.

## **Pro Gestão**

O Pró Gestão RPPS – meta a ser alcançada - é um programa de certificação que visa ao reconhecimento das boas práticas de gestão adotadas pelos RPPS. É a avaliação, por entidade certificadora externa, credenciada pela Secretaria de Previdência - SPREV, do sistema de gestão existente, com a finalidade de identificar sua conformidade às exigências contidas nas diretrizes de cada uma das ações, nos respectivos níveis de aderência.

Como procedimento para a melhoria da gestão, por meio da avaliação e estudo dos processos da organização, a certificação pressupõe o seu diagnóstico detalhado, sob uma visão sistêmica, por meio do mapeamento e análise dos processos de negócio e sua posterior modelagem, buscando a melhoria dos processos existentes, pela introdução de padrões de qualidade, e sua devida documentação.

## **Realização do Projeto de Aproximação e Valorização de Aposentados e Pensionistas Segurados pelo PREVICOB**

Com o objetivo de valorizar os aposentados e pensionistas, o PREVICOB elaborará este projeto visando trazer alegria, interação, troca de experiências, relacionamento e buscando trabalhar a autoestima de seus segurados que não estão na ativa. Na ocasião pretende-se, a exemplo do que tem sido feito com os atuais segurados quando se aposentam, será entregue um certificado em agradecimento aos serviços prestados ao município ao longo da sua carreira, esta singela homenagem tem sido bem recebida pelos recém-aposentados e almejada pelos antigos. Foi pensada, ainda, um evento de entretenimento e uma pequena palestra sobre qualidade de vida, procurando retribuir um pouco àqueles que tanto serviram ao município, compartilhando esperança, emoção e resgate de vida.

## **DAS ATIVIDADES PROCURADORIA JURÍDICA - BIÊNIO 2021/2022**

### **APRESENTAÇÃO**

Este relatório refere-se às atividades da Procuradoria Jurídica do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Conceição da Barra ES, no biênio 2021-2022, nomeada pela Portaria 492/2020 do Prefeito Municipal de Conceição da Barra.

A Procuradoria Jurídica tem o rol de suas atribuições conforme assim descritas a LC nº 10/2006: Elaboração de pareceres sobre consultas formuladas pelo Diretor-Presidente e Diretor Administrativo-Financeiro do PREVICOB; A análise e redação de anteprojetos de leis a serem encaminhados ao Prefeito Municipal; A defesa em juízo, ou fora dele, dos direitos e interesses do PREVICOB; A execução de cobrança de valores devidos ao PREVICOB; A seleção de informações sobre leis e anteprojetos legislativos federais, estaduais e municipais de interesse do PREVICOB; e, A execução de outras atividades correlatas.

Os atos emanados por esta Autarquia são remetidos ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, órgão responsável pelo controle externo dos atos de gestão dos institutos próprios de Previdência Social existentes no estado do Espírito Santo, ocorrendo, após a verificação de conformidade dos atos praticados, a homologação dos mesmos.

A Controladoria Municipal do Município de Conceição da Barra, criada pela Lei Complementar 27/2012, exerce o controle interno do Instituto, em sintonia com as orientações e determinações da Corte de Contas.

Também exerce o controle interno dos atos praticados pela Presidência do PREVICOB, o Conselho Fiscal, o Conselho de Administração e Comitê de Investimentos, os quais possuem atribuições previstas na Lei Complementar

municipal 10/2006 (artigos 52 e 61) e legislação federal (atuação deliberativa, fiscalizatória e análise da carteira de investimentos).

## ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

### Despachos e Manifestações

No biênio 2021/2022 foram produzidos, pela Procuradoria Jurídica, pareceres em processos diversos e judiciais, os que tramitaram na autarquia, bem como participação em cursos e palestras diversas, conforme se constada:

| PROVIDÊNCIA                                  | 2021 | 2022 |
|--|------|------|
| Parecer em aposentadoria e pensões           | 35   | 21   |
| Parecer licitação e afins                    | 13   | 12   |
| Atuação em processos judiciais <sup>1</sup>  | 3    | 4    |
| Atuação processos TCEES                      | 5    | 8    |
| Atuação processos diversos não listados      | 8    | 8    |
| Reuniões Diretoria Executiva e outros órgãos | 14   | 18   |
| Cursos palestras                             | 5    | 5    |

### Temas Enfrentados

Alguns temas exigiram análise acurada pela Diretoria Executiva no biênio que se finda. As alterações promovidas pela Emenda Constitucional 103/2019 com a respectiva projeção no Instituto foi assunto muito debatido e consultado, haja vista a necessidade de ajuste na legislação municipal e no sistema de processamento de dados.

<sup>1</sup> 5000225-90.20208080015; 0000112-71.20138080015; 0001524-60.20158080015; 0001694-04.20168080015; 5000067-64.20228080015; 0000640-66.8080015

O impacto das mudanças inseridas pela EC 103/2019, certamente se projetarão nos próximos cálculos atuariais, eis que a referida alteração constitucional modificou, drasticamente, os componentes utilizados na confecção do referido estudo anual.

Acresça-se que no ano de 2022, o Município expediu a Lei Complementar municipal 65 a qual redefiniu temas relativos à aposentadoria e pensões, como tempo de contribuição, responsabilidade previdenciária, requisitos para obtenção de aposentadoria etc., as quais, uma vez inseridas na base de dados utilizada no estudo atuarial produzirá significativa mudança em seu resultado.

Neste particular, entendo por observar que o texto aprovado na referida lei complementar traz inconsistências que necessitam ser reparadas. Explico: o artigo 11 da referida legislação, por exemplo, estabeleceu regra de transição com aplicação pretérita e não futura, tornando-se sem aplicação o seu texto, haja vista que ao entrar em vigor o prazo se encontrava transcorrido.

Impôs-se ao Ente a obrigação de recolher ao PREVICOB as contribuições previdenciária patronal relativa dos servidores em gozo de licença sem vencimentos<sup>2</sup>, o que privilegia uma casta que poderá aposentar-se sem laborar para a Municipalidade e nem ter contribuição patronal oriunda de outro regime.

Também foi objeto de atenção da atual gestão financeira do Instituto, o posicionamento do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo concernente à cobertura da insuficiência financeira, a qual, segundo aquele sodalício, deve ser suportada pelo ente no momento de sua verificação.

---

<sup>2</sup> Art.31§2º da LC 65/2022

Este entendimento se revelou objeto de vários estudos, pois exorta interpretações diversas entre alguns atuários consultados, inclusive com defensores tenazes no sentido de que uma vez verificado o *déficit* financeiro a sua exigência se mitiga com a soma deste montante no valor a equacionar através da atualização do Plano de Amortização em vigor.

Na busca de solução quanto ao tema, a Diretoria buscou por várias vezes se reunir com o Chefe do Executivo, Procuradoria Municipal e Controladoria Municipal para equacionamento da insuficiência financeira, não obtendo êxito quanto à solução do tema.

É importante destacar que uma vez agendada reunião (ofício 90/2022, processo 9577/2022) com a Controladora Municipal e o Chefe do Executivo, sequer as ilustres autoridades compareceram ao ato.

Também não foram respondidos os ofícios que apontaram a existência e cobraram a solução para o *déficit* financeiro apurado<sup>3</sup>.

Observe-se que a insuficiência financeira não se fundamenta por um único elemento, mas por vários motivos, os quais ao longo dos anos não foram devidamente enfrentados pelo Ente.

É o caso do aumento paulatino do número de aposentados cujos cargos não são devidamente repostos por servidores cuja contribuição se destinaria ao Instituto. As

---

<sup>3</sup> Ofício 32/2021, processo 11.906/2021; Ofício 34/2021, processo 11.909/2021; ofício 41/2021, processo 12.734/2021; ofício 43/2021, processo 12.811/2021; ofício 51/2021, processo 13527/2021; ofício 60/2021, processo 13.811/2021; ofício 62/2021, processo 13.812/2021; ofício 66/2021, processo 14.986/2021; ofício 68/2021, processo 14.987/2021; ofício 77/2021, processo 15900/2021; ofício 79/2021, processo 15.901/2021; ofício 85/2021, processo 16.789/2021;



eventuais contratações são nos moldes de contratos temporários e comissionados, com contribuição para o Regime Geral.

Neste particular, deve-se registrar que a contribuição patronal para o PREVICOB é no percentual de 14,55% enquanto para o RGPS o percentual é de 21% sobre a folha de pagamento, o que provoca duplo desequilíbrio a prejudicar o Instituto: os recursos do erário são drenados para outro regime de previdência, impedindo o aporte de recurso para o Instituto e a contribuição patronal para o RGPS é quase a metade do destinado ao RGPS.

Não se olvide que os servidores efetivos suportam, indistintamente, o desconto de 14% sobre os seus vencimentos enquanto os contratados temporariamente arcam com, em média, 9% para o INSS (em sua grande maioria).

Vale destacar também que a contribuição de 14,55% em favor do Instituto inclui a taxa de administração de 2% para o seu funcionamento, sendo, na verdade, o percentual de 12,55% o de efetiva contribuição contrariando o que dispõe a Lei Complementar Federal 9717/98<sup>4</sup> em duas oportunidades: 1- a contribuição pelo Ente para o Instituto se verifica em percentual inferior ao pago pelos servidores e 2- se demonstra incapaz de suportar a insuficiência financeira, o que precisa ser revisto de forma urgente.

---

<sup>4</sup> Art. 2º A contribuição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, aos regimes próprios de previdência social a que estejam vinculados seus servidores não poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo, nem superior ao dobro desta contribuição.

O art. 40 da Constituição Federal e a Lei n. 9.717/98 estabelecem expressamente em nosso ordenamento jurídico a necessidade de observância de critérios que preservem o **equilíbrio financeiro e atuarial dos regimes de previdência próprios dos servidores públicos.**

A falta de repasse pelo Município de elevada quantia oriunda da insuficiência financeira, assume contornos alarmantes, pois é cediço que a contribuição previdenciária é composta por parcelas calculadas a partir do salário pago ao empregado; sendo parte paga pelo empregador e parte pelo empregado, e, bem como, os repasses para equacionamento do déficit atuarial e os repasses para complementação da folha de pagamentos dos aposentados e pensionistas (déficit financeiro).

Desta feita, deixar de repassar o valor necessário de cobertura do *déficit*, deve ser entendido no sentido de não levar a efeito o recolhimento aos cofres da previdência social, não obstante ser obrigatório e necessário tal repasse.

Este tema, embora enfrentado com veemência pela Diretoria atual não recebeu a devida atenção pela Controladoria Municipal na busca de solução, não obstante os vários expedientes do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo para aquele órgão e para a Chefia do Executivo.

### **Da Alteração de Parte da Legislação Municipal**

Parte da legislação municipal fora alterada no ano de 2020, alusiva à desoneração do Instituto para suportar o pagamento de afastamentos temporários e auxílios outros (Lei Complementar municipal 59/2020) ficando as atribuições do Instituto

limitadas a pensões e aposentadorias, e as verbas assistenciais previstas no ordenamento do servidor, a cargo exclusivo do Ente, contudo, o tema relativo ao aumento da alíquota patronal não foi objeto de alteração, sendo tais alterações que efetivamente teriam impacto sobre a insuficiência financeira.

## **Estatísticas dos Estudos Atuariais**

Ao se compulsar a avaliação atuarial disponível no site do instituto, no endereço <http://previcob.es.gov.br/menu-transparencia/avaliacao> atuarial2021 cujo acesso se deu em 23/12/2022, constata-se que o numero de servidores aposentados e pensionistas, até a expedição daquele estudo (dezembro de 2020) era de 448, sendo 69 mantidos pelo tesouro, enquanto 379 são do Fundo Previdenciário.

### **Ano 2021 (ano base 2020);**

| <b>Valores</b>        | <b>Masculino</b>      | <b>Feminino</b>       | <b>Total Geral</b>    |
|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Número de Servidores  | 153                   | 450                   | 603                   |
| Mín de Idade          | 21                    | 21                    | 21                    |
| Máx de Idade          | 73                    | 71                    | 73                    |
| Média de Idade        | 46                    | 48                    | 47                    |
| Mín de Remuneração    | R\$ 1.100,00          | R\$ 1.100,00          | R\$ 1.100,00          |
| Máx de Remuneração    | R\$ 9.354,27          | R\$ 18.337,16         | R\$18.337,16          |
| Média de Remuneração  | R\$ 1.800,10          | R\$ 1.687,35          | R\$ 1.715,96          |
| <b>Total da Folha</b> | <b>R\$ 275.414,56</b> | <b>R\$ 759.306,36</b> | <b>R\$1.034.720,9</b> |

### **Ano 2020 (ano base 2019);**

| <b>Valores</b>       | <b>Masculino</b> | <b>Feminino</b> | <b>Total Geral</b> |
|----------------------|------------------|-----------------|--------------------|
| Número de Servidores | 180              | 515             | 695                |
| Mín de Idade         | 19               | 19              | 19                 |
| Máx de Idade         | 71               | 69              | 71                 |
| Média de Idade       | 44               | 46              | 46                 |

|                       |                       |                      |                        |
|-----------------------|-----------------------|----------------------|------------------------|
| Mín de Remuneração    | R\$ 983,85            | R\$ 998,00           | R\$ 983,85             |
| Máx de Remuneração    | R\$ 8.587,07          | R\$ 15.177,81        | R\$ 15.177,81          |
| Média de Remuneração  | R\$ 1.585,19          | R\$ 1.585,55         | R\$ 1.585,46           |
| <b>Total da Folha</b> | <b>R\$ 285.334,49</b> | <b>R\$816.559,21</b> | <b>R\$1.101.893,70</b> |

Um meio de minimizar os efeitos causados pela insuficiência financeira seria o aumento da alíquota patronal que hoje está em 14,55% (quatorze vírgula cinquenta e cinco por cento, inclusa taxa adm 2%), para no mínimo 22% (vinte e dois por cento), ainda que a elevação seja progressiva para evitar desmonte da máquina pública, bem como, abertura de concurso público de provimento efetivo - o que aumentaria a base contributiva do Instituto.

## DA ESTRUTURA FISICA E ADMINISTRATIVA

A estrutura administrativa do Instituto conta com servidores cedidos pela Municipalidade e contratados diretamente pela autarquia para preenchimento via cargos comissionados, além dos membros da diretoria e dos conselhos, os quais possuem investidura via mandato.

A contratação via nomeação por cargo comissionado não é adequada aos termos da Constituição Federal, haja vista a ausência de contribuição para o próprio Instituto, devendo, portanto, haver realização de concurso público de provas e títulos.

Oportuno registrar, que o funcionamento do instituto se dá em imóvel alugado, tratando-se de uma casa de dois andares que foi adaptada para funcionamento do PREVICOB.

Desta forma, além da realização de concurso público, tenho por sugerir a aquisição (ou doação pelo Ente), de imóvel adequado ao funcionamento do PREVICOB e com estrutura física de imóvel comercial.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A missão do Instituto consagrada pela Lei Complementar 01/2002 e posteriores alterações, se resume na gestão dos recursos destinados a garantir o pagamento de pensões e aposentadorias dos servidores públicos municipais de Conceição da Barra, tendo como órgão instituidor e responsável pela saúde financeira da autarquia o Ente Municipal.

Várias são as metas e poucas são as formas de equacionamento das contas do Instituto, contudo, salta aos olhos a necessidade de alinhamento entre este órgão previdenciário e seu instituidor, com busca incessante de diálogo e qualificação dos agentes envolvidos neste diálogo.

A Previdência no Brasil tem os seus primeiros passos no início do século passado com o advento da Lei Eloy Chaves que estabeleceu um benefício para os trabalhadores nas estradas de ferro que impossibilitados de trabalhar não ficavam a mercê da sorte ou generosidade de familiares.

Na evolução das relações trabalhistas e da grande transformação experimentada nos meados do século passado, quando o país deixou de ser rural e passou a ser mais cosmopolita, a preocupação com o destino da classe trabalhadora quando atingisse a idade avançada fez com que os institutos de previdência passassem a ser importante mecanismo de suporte deste benefício.

A par destas mudanças, com o advento da Constituição Federal e alterações legislativas que se seguiram - citamos EC 19/98, 20/98 e recentemente 103/2019) - o tema “previdência” alcançou contornos de política pública a ser implementada e

executada com eficiência, impondo uma nova ordem na gestão dos institutos e nos recursos destinados ao referido tema.

Neste contexto, é imperioso que os trabalhos desenvolvidos no último biênio tenham seguimento com a constante qualificação dos servidores envolvidos, busca de cumprimento de metas e repasses e, principalmente, a incessante perseguição do equacionamento do déficit atuarial e adimplemento da insuficiência financeira, a qual deve ser suportada no momento de sua identificação.

Posto isto, apresenta-se este singelo relatório para conhecimento das ações, contribuições e visão da Procuradoria Jurídica a Gestão do RPPS do Município.

**Paulo Cezar Alves de Oliveira**

**Procurador Jurídico**

**Portaria 492/2020**

## **DA GESTÃO DE BENEFÍCIOS**

### **Plano de Benefícios do RPPS**

O RPPS de Conceição da Barra visa dar cobertura contra os riscos a que estão sujeitos os seus segurados e compreende benefícios que atendam à finalidade de garantir meios de subsistência nos eventos de invalidez, idade avançada, inatividade e morte.

De acordo o artigo 26 da Lei Complementar Municipal 10/2006 o RPPS tem a previsão de conceder os benefícios em consonância com os previstos pelo Regime Geral, firmados nas Leis nº 9.717/1998 e Lei nº 10.887/2004.

O plano de benefícios do PREVICOB compreende os seguintes pagamentos:

#### **Quadro ao servidor:**

- a) aposentadoria por invalidez;
- b) aposentadoria compulsória;
- c) aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição;
- d) aposentadoria voluntária por idade;

#### **Quanto ao dependente**

- a) pensão por morte

### **Registros de Aposentadorias e Pensões**

Durante o exercício de 2022 foram concedidas **20** aposentadorias, sendo: 09 Aposentadorias Voluntárias por Tempo de Contribuição, 03 Aposentadorias Voluntárias por Tempo de Contribuição magistério, 08 Aposentadoria Voluntária por Idade e 02 Pensões por Morte.

Sendo que contêm 88 processos de Aposentadorias e 14 processos de Pensões encaminhados para homologação do TCEES, totalizando **102** processos. Quanto aos processos enviados ao TCE-ES segue relação:

1. 47 processos de benefícios em diligências;
2. 89 processos em análise;
3. 165 homologados.

Através de tabelas e gráficos, a seguir, apresenta-se a evolução histórica dos benefícios previdenciários no decorrer dos últimos anos, em que demonstra um volume crescente de benefícios concedidos sem a ocorrência, no entanto, de um crescimento no mesmo patamar da massa de segurados.

### **Evolução Histórica dos Benefícios**

- **Evolução do número de segurados do Regime Próprio de Previdência Social de Conceição da Barra**

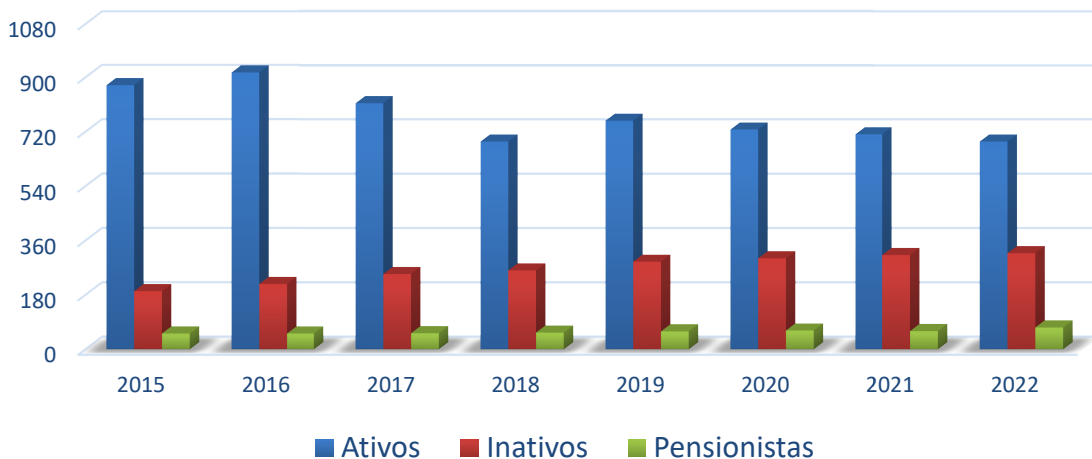
| <b>CATEGORIA</b>    | <b>2015</b> | <b>2016</b> | <b>2017</b> | <b>2018</b> | <b>2019</b> | <b>2020</b> | <b>2021</b> | <b>2022</b> |
|---------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| <b>Ativos</b>       | 874         | 916         | 815         | 688         | 757         | 728         | 712         | 715         |
| <b>Inativos</b>     | 192         | 216         | 249         | 261         | 290         | 301         | 312         | 318         |
| <b>Pensionistas</b> | 52          | 52          | 53          | 55          | 59          | 62          | 60          | 72          |
| <b>TOTAL</b>        | <b>1118</b> | <b>1184</b> | <b>1117</b> | <b>1004</b> | <b>1106</b> | <b>1091</b> | <b>1084</b> | <b>1105</b> |

MÊS BASE: dezembro

Quanto aos ativos mantiveram-se equilibrados, em função das alterações das regras de concessão promovidas pela Lei Complementar Municipal 65/2021, principalmente, por aumentar prazos para conceder benefícios que estavam para acontecerem durante o exercício 2022, bem como, a ausência de novos concursos públicos tanto no Executivo como no Legislativo, resultando, ao Instituto, até melhoria da arrecadação e função, também, da promoção de reajuste da remuneração dos servidores no exercício 2022, contribuindo para obtenção do equilíbrio financeiro do fundo previdenciário.



### Evolução Quantitativa de Segurados

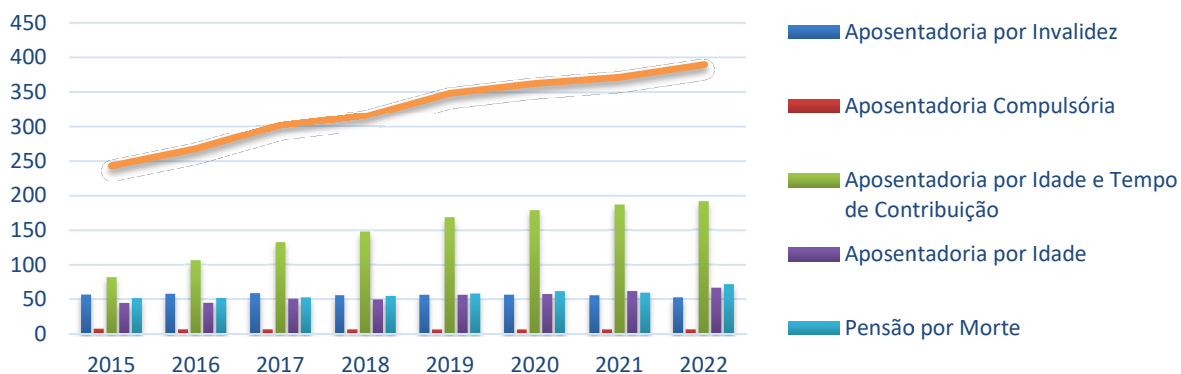


- **Evolução do quantitativo de benefícios concedidos pelo Regime Próprio de Previdência Social de Conceição da Barra.**

| BENEFÍCIOS                                      | 2015       | 2016       | 2017       | 2018       | 2019       | 2020       | 2021       | 2022       |
|---|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Aposentadoria por Invalidez                     | 57         | 58         | 59         | 56         | 57         | 57         | 56         | 53         |
| Aposentadoria Compulsória                       | 8          | 7          | 7          | 7          | 7          | 7          | 7          | 7          |
| Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição | 82         | 106        | 132        | 148        | 169        | 179        | 187        | 191        |
| Aposentadoria por Idade                         | 45         | 45         | 51         | 50         | 57         | 58         | 62         | 67         |
| Pensão por Morte                                | 52         | 52         | 53         | 55         | 59         | 62         | 60         | 72         |
| <b>TOTAL</b>                                    | <b>244</b> | <b>268</b> | <b>302</b> | <b>316</b> | <b>349</b> | <b>363</b> | <b>372</b> | <b>390</b> |

MÊS BASE: dezembro

### Evolução de Quantitativos



- **Números de servidores Vinculados ao PREVICOB (\*)<sup>5</sup>:**

| ÓRGÃO                | ATIVOS     | INATIVOS   | PENSIONISTAS | TOTAL       |
|----------------------|------------|------------|--------------|-------------|
| Prefeitura Municipal | 697        | 318        | 72           | 1087        |
| Câmara Municipal     | 18         | -          | -            | 18          |
| <b>TOTAL</b>         | <b>715</b> | <b>318</b> | <b>72</b>    | <b>1105</b> |

- **Evolução do quantitativo de benefícios concedidos com reajuste atribuídos aos servidores ativos – COM PARIDADE.**

| BENEFÍCIOS       | 2015      | 2016       | 2017       | 2018       | 2019       | 2020       | 2021       | 2022       |
|------------------|-----------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Aposentadoria    | 74        | 100        | 161        | 175        | 195        | 203        | 218        | 209        |
| Pensão por Morte | 13        | 12         | 13         | 15         | 14         | 14         | 15         | 12         |
| <b>TOTAL</b>     | <b>87</b> | <b>112</b> | <b>174</b> | <b>190</b> | <b>209</b> | <b>217</b> | <b>233</b> | <b>221</b> |

MÊS BASE: dezembro

- **Evolução do quantitativo de benefícios concedidos com reajuste na mesma data em que decorrer a atualização dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) – SEM PARIDADE.**

| BENEFÍCIOS       | 2015       | 2016       | 2017       | 2018       | 2019       | 2020       | 2021       | 2022       |
|------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Aposentadoria    | 118        | 116        | 88         | 86         | 95         | 98         | 107        | 109        |
| Pensão por Morte | 39         | 40         | 40         | 40         | 45         | 48         | 53         | 60         |
| <b>TOTAL</b>     | <b>157</b> | <b>156</b> | <b>128</b> | <b>126</b> | <b>140</b> | <b>146</b> | <b>160</b> | <b>169</b> |

MÊS BASE: dezembro

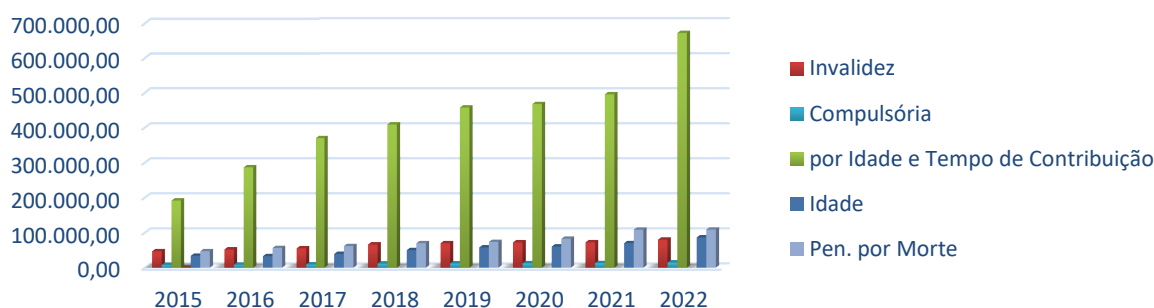
- **Evolução dos valores despendidos com o pagamento dos benefícios concedidos pelo Regime Próprio de Previdência Social de Conceição da Barra.**

<sup>5</sup> (\*) A Constituição Federal, em seu artigo 40, § 20, acrescentado pela Emenda Constitucional n. 41/2003, veda a existência de mais de uma unidade gestora do respectivo Regime Próprio de Previdência em cada ente estatal. Vedação que já vigora pela Lei Nacional n. 9.717 de 1998. No Município de Conceição da Barra - ES, com advento da Lei Complementar Municipal 01/2002, os servidores inativos e pensionistas do Poder Executivo, Fundos, Legislativo e Autarquias, que obtiveram os seus benefícios concedidos antes da criação do PREVICOB, em 18/03/2002, passaram a receber os seus proventos de aposentadoria e pensão através do PREVICOB. Ficando mantida a responsabilidade do Tesouro Municipal pelo pagamento do benefício, nos termos da Lei Municipal n. 10/2006.

| BENEFÍCIOS                        | 2016              | 2017              | 2018              | 2019              | 2020              | 2021              | 2022              |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| Invalidez                         | 52.256,46         | 55.334,00         | 66.465,73         | 70.051,44         | 72.396,57         | 72.620,75         | 80.085,09         |
| Compulsória                       | 8.685,16          | 9.256,64          | 11.854,79         | 12.227,12         | 12.784,06         | 13.472,97         | 14.842,79         |
| Por Idade e Tempo de Contribuição | 286.644,71        | 370.215,35        | 408.881,33        | 457.246,39        | 467.340,58        | 495.147,17        | 670.166,71        |
| Idade                             | 33.233,44         | 39.638,84         | 50.259,86         | 57.864,34         | 60.467,62         | 70.412,22         | 86.578,51         |
| Pen. Por Morte                    | 56.521,70         | 62.049,98         | 70.109,50         | 73.662,40         | 82.622,33         | 108.588,11        | 108.743,70        |
| <b>TOTAL</b>                      | <b>437.341,47</b> | <b>536.494,81</b> | <b>607.571,21</b> | <b>671.051,69</b> | <b>695.611,16</b> | <b>760.241,22</b> | <b>960.416,80</b> |

MÊS BASE: dezembro

### Evolução Dispêndios



Resumidamente, percebe-se um aumento expressivo de 26,33% nos valores despendidos com benefícios, especialmente, com aposentadorias concedidas por idade e tempo de contribuição, do grupo de benefícios especiais, representam o grupo com maior crescimento ao longo dos anos.

## Da Perícia Médica

É uma concessão de benefício, em função de doença que impeça o servidor de trabalhar ou que possa prejudicar a saúde em razão do trabalho ou função efetuada.

Em suma, é o ato médico ou conjunto de procedimentos técnicos atribuídos aos médicos ou conjunto pela legislação realizado por profissional da medicina, legalmente habilitado.

Em 21 de Junho de 2022, o Executivo municipal editou a Portaria nº 176/2022, alterando a composição da Junta Médica Oficial do Município vigente e dispôs sobre a regulamentação e o seu funcionamento.

A respectiva Junta Médica é composta de 03 médicos do quadro de servidores do Município de Conceição da Barra, vinculando à Secretaria Municipal de Saúde.

Os Médicos designados para compor a Junta Médica Oficial do Município de Conceição da Barra, são os seguintes:

- Dr. Jocelym Rodrigues da Penha Filho – Coordenador da Equipe
- Dr. Álvaro Henrique de Nascimento Machado
- Dr. Joaquim Cardozo Lima dos Santos

No ano de 2022, não houve concessão de aposentadorias por invalidez.

Os trabalhos da comissão ficaram restritos a municipalidade na análise dos benefícios assistências de Auxílio-Doença, Salário Maternidade e Auxílios Reclusão, que, após a edição da Lei Complementar Municipal nº 59/2020, ficaram a encargo do Poder Executivo.

Abaixo, demonstram-se os benefícios concedidos até 2020.

- **Evolução do quantitativo de Auxílios concedidos pelo Regime Próprio de Previdência Social de Conceição da Barra até o ano de 2020.**

| Benefícios          | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
|---------------------|------|------|------|------|------|------|
| Auxílio-Doença      | 94   | 94   | 86   | 27   | 78   | 33   |
| Salário Maternidade | 14   | 8    | 10   | 7    | 18   | 15   |
| Auxílio Reclusão    | -    | 3    | -    | 1    | -    | 1    |

MÊS BASE: dezembro (novembro em 2020)

### Benefícios Assistenciais



Enquanto a gestão dos benefícios assistenciais era de responsabilidade do PREVICOB, as inspeções médicas eram realizadas, quinzenalmente, até o mês de novembro/2020. Após essa data a gestão passou a ser integralmente de responsabilidade do Poder Executivo.

## **DA GESTÃO DA COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA**

A Compensação Previdenciária foi estabelecida pela Emenda Constitucional nº 20/1998 que alterou o artigo 201 da Constituição, com intuito de possibilitar a transferência de valores ao Fundos/Institutos de Previdência, proveniente das contribuições dos servidores efetivos efetuadas ao Regime Geral de Previdência Social (INSS) que tem por objetivo operacionalizar a Compensação Previdenciária entre o Regime Geral de Previdência Social e os Regimes Próprios de Previdência Social dos Servidores Públicos dos Entes Federativos, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadorias e pensões, visando atender as disposições da Lei nº 9.796, de 05 de maio de 1999 e ao Decreto nº 3.112, de 6 de julho de 1999, alterado pelo Decreto nº 3.217, de 22 de Outubro de 1.999 e a Portaria MPAS nº 6.209, de 16 de Dezembro de 1999.

Compensação Previdenciária é o acerto de contas entre o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) e destes entre si, na hipótese de contagem recíproca de tempo de contribuição (aposentadorias e pensões decorrentes).

O Decreto nº 10.188, de 20 de dezembro de 2019, veio regulamentar alguns procedimentos em relação à compensação previdenciária, no andamento da análise dos requerimentos de compensação financeira, como: a Criação do Conselho Nacional dos Regimes Próprios de Previdência Social; Prazo de Prescrição para o Recebimento de Valores Retroativos, que agora passa a contar a partir da Homologação da Aposentadoria pelo Tribunal de Contas competente, que antes, o prazo corria a partir da concessão da aposentadoria registrada pelo INSS, e, Criação de um Sistema Único Informatizado de Compensação Previdenciária, para os dois regimes. As mudanças nas regras da compensação previdenciária trás perspectivas de melhorias para os RPPS, na análise dos processos de compensação previdenciária.

O Município de Conceição da Barra/PREVICOB possui Acordo de Cooperação Técnica firmado com a Secretaria de Política de Previdência Social X Ministério da Economia X INSS para a operacionalização da compensação previdenciária, enquanto houver obrigações a compensar financeiramente.

Demonstra-se a seguir, por tabelas e gráficos a evolução da compensação previdenciária no âmbito da previdência municipal desde a sua criação e adesão ao convênio de compensação mútua.

- Fluxo anual dos últimos 05 (anos), dos valores do Regime de origem, referente ao número de benefícios e valores.

| Anos         | Nº de Benefícios | Valores          |
|--------------|------------------|------------------|
| 2018         | 0                | 0,00             |
| 2019         | 1                | 17.632,65        |
| 2020         | 1                | 1.602,12         |
| 2021         | 1                | 2.133,03         |
| 2022         | 1                | 2.016,04         |
| <b>TOTAL</b> |                  | <b>23.383,84</b> |

Fonte: [HTTPS://gestaocomprev.dataprev.gov.br/](https://gestaocomprev.dataprev.gov.br/)

Esta tabela demonstra a dificuldade encontrada pelo RPPS em relação à análise dos processos enviados para a compensação previdenciária, apesar de termos vários processos cadastrados no sistema de compensação, muitos com mais de 3.000 dias de atraso na análise.

- Resumo Total de Processos de Compensação - Atualizado até 31/12/2022

| Comp. | Solicitante | Destinatário | Aguardando Análise | Em Compensação | Em Exigência | Indeferido | Exigência / Indeferido |
|-------|-------------|--------------|--------------------|----------------|--------------|------------|------------------------|
| 2018  | RGPS        | PREVICOB     | 0                  | 0              | 1            | 0          | 0                      |
| 2018  | PREVICOB    | RGPS         | 0                  | 1              | 16           | 0          | 0                      |
| 2019  | RGPS        | PREVICOB     | 0                  | 0              | 1            | 0          | 0                      |
| 2019  | PREVICOB    | RGPS         | 26                 | 1              | 16           | 0          | 0                      |
| 2020  | RGPS        | PREVICOB     | 0                  | 0              | 1            | 0          | 0                      |
| 2020  | PREVICOB    | RGPS         | 28                 | 1              | 96           | 0          | 0                      |
| 2021  | RGPS        | PREVICOB     | 0                  | 0              | 2            | 2          | 3                      |
| 2021  | PREVICOB    | RGPS         | 146                | 1              | 26           | 0          | 0                      |
| 2022  | RGPS        | PREVICOB     | 0                  | 0              | 0            | 0          | 0                      |
| 2022  | PREVICOB    | RGPS         | 174                | 1              | 34           | 16         | 0                      |

Fonte: [HTTPS://gestaocomprev.dataprev.gov.br/](https://gestaocomprev.dataprev.gov.br/)

Apesar do curto espaço de tempo no planejamento, treinamento e desenvolvimento das tarefas voltadas a compensação, destaca-se a realização da qualificação da equipe técnica responsável pela compensação previdenciária no Instituto, que possibilitou um salto no número de processos cadastrados no sistema COMPREV, bem como a busca ativa dos processos em exigência, que depois de sanadas as pendências da importação para o sistema atual de compensação, possibilita o aumento efetivo da arrecadação da compensação previdenciária do PREVICOB.

- **Resumo Total de Processos cadastrados e passíveis de compensação previdenciária - Atualizado até 31/12/2021**

#### HISTÓRICO DE PROCESSOS COMPREV

|                               | <b>Quantidade<br/>Processos</b> | <b>*ATRASADOS<br/>(Valor Estimado)</b> | <b>*PRO RATA<br/>(Valor Estimado)</b> |
|-------------------------------|---------------------------------|--|---------------------------------------|
| <b>Processos em Exigência</b> | 34                              | R\$ 3.708.185,52                       | R\$ 14.592,85                         |
| <b>Processos em Análise</b>   | 174                             | R\$ 12.671.242,68                      | R\$ 63.877,71                         |
| <b>TOTALIZAÇÃO</b>            | <b>208</b>                      | <b>R\$ 16.379.428,20</b>               | <b>R\$ 78.470,56</b>                  |

Fonte: Sistema BG-COMPREV

\* Valores referentes a dez de 2021

Esta simulação leva em consideração duas variáveis: o valor do benefício e o valor médio dos benefícios pagos pelo RGPS, escolhendo sempre o menor, conforme o Artigo 6º do Decreto 10.188/19.

Todos os valores apresentados configuram-se em estimativas dentro das condições especificadas acima e dependem exclusivamente das informações fornecidas pelo sistema.

Os valores acima demonstram a importância da compensação previdenciária dentro do Instituto. Levando em consideração estes dados, o PREVICOB fez uma alteração no quadro de servidores, fortalecendo a equipe de compensação previdenciária, que dentro período conseguiu realizar avanços consideráveis no atendimento as exigências do RGPS. Infelizmente não conseguimos ver este desempenho no



próprio RGPS, pois dentro do universo da compensação previdenciária, há um alongamento nos prazos de resposta das análises dos processos.

Com a publicação da Portaria nº 15.829, de 2020, e do Decreto nº 10.188, de 2019, a partir de 1º de janeiro de 2022, os requerimentos de compensação financeira apresentados pelos regimes instituidores deverão ser analisados pelos regimes de origem em até 1.080 (mil e oitenta) dias, sob pena de incidir a mesma atualização dos valores dos recolhimentos em atraso de contribuições previdenciárias arrecadadas pelo RGPS aos requerimentos que ultrapassarem esse prazo. Assim sendo, os prazos pré-determinados por Lei deixará célere o sistema de compensação previdenciária, pois em 2026 o prazo para análise será de 90 (noventa) dias.

Apesar do curto espaço de tempo no planejamento, treinamento e desenvolvimento das tarefas voltadas a compensação, destaca-se o fortalecimento da equipe responsável com a realização de aprimoramento do conhecimento através de participação nos cursos preparatórios realizados pela ABIPEM e ACIP, bem como, a participação de forma direta com a Secretaria de Previdência Social nas salas de bate papo. Fatores que tem resultado num melhor conhecimento da realidade dos processos de compensação previdenciária gerando mais capacidade técnica para captação dos recursos represados no INSS.

## DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

### Da Execução Orçamentária e Financeira

#### Das Receitas

O regime previdenciário tem caráter contributivo e solidário, sendo financiado mediante contribuição dos poderes e órgãos, bem como dos servidores ativos, inativos e pensionistas, sendo administrado com base em critérios técnicos que visam a preservar sua solvência, seu equilíbrio financeiro e atuarial.

- **Análise do comportamento das receitas orçada com a arrecadada em 2022.**

R\$ Centavos

| Descrição                                 | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS (c) | SALDO (a-c)    |
|---|------------------|-------------------------|-------------------------|----------------|
| RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) | 7.978.000,00     | 7.978.000,00            | 7.524.098,40            | 453.901,60     |
| RECEITAS DE CAPITAL                       | -                | -                       | -                       | -              |
| RECEITAS CORRENTES                        | 7.978.000,00     | 7.978.000,00            | 7.524.098,40            | 453.901,60     |
| CONTRIBUIÇÕES                             | 2.088.000,00     | 2.088.000,00            | 3.098.084,18            | (1.010.084,18) |
| CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS                     | 2.088.000,00     | 2.088.000,00            | 3.098.084,18            | (1.010.084,18) |
| RECEITA PATRIMONIAL                       | 5.870.000,00     | 5.870.000,00            | 4.411.665,84            | 1.458.334,16   |
| VALORES MOBILIÁRIOS                       | 5.870.000,00     | 5.870.000,00            | 4.411.665,84            | 1.458.334,16   |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES                 | 20.000,00        | 20.000,00               | 14.348,38               | 5.651,62       |
| DEMAIS RECEITAS CORRENTES                 | 20.000,00        | 20.000,00               | 14.348,38               | 5.651,62       |
| RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)       | 4.762.000,00     | 4.762.000,00            | 9.498.596,78            | (4.736.596,78) |
| TOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)       | 12.740.000,00    | 12.740.000,00           | 17.022.695,18           | (4.282.695,18) |

- **Análise do comportamento das receitas arrecadadas nos últimos cinco exercícios.**

| Exercício | Estimado          | Realizado         | % Realização |
|-----------|-------------------|-------------------|--------------|
| 2018      | R\$ 10.702.000,00 | R\$ 9.581.474,46  | 89,53%       |
| 2019      | R\$ 10.801.000,00 | R\$ 12.891.452,89 | 119,35%      |
| 2020      | R\$ 10.948.220,00 | R\$ 15.237.054,17 | 139,17%      |
| 2021      | R\$ 12.179.951,00 | R\$ 4.886.480,79  | 40,12%       |
| 2022      | R\$ 12.740.000,00 | R\$ 17.022.695,18 | 133,62%      |

- **Análise do comportamento das receitas arrecadadas, evidenciadas por categoria econômica, origem e espécie, nos últimos cinco exercícios.**

R\$ Centavos

| DESCRIÇÃO  | EXERCÍCIO<br>2018   | EXERCÍCIO<br>2019    | EXERCÍCIO<br>2020    | EXERCÍCIO<br>2021    | EXERCÍCIO<br>2022    |
|--|---------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| <b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b> | <b>9.581.474,46</b> | <b>11.278.198,63</b> | <b>11.169.462,35</b> | <b>1.484.688,02</b>  | <b>7.524.098,40</b>  |
| <b>CONTRIBUIÇÕES</b>                             | <b>4.141.053,57</b> | <b>4.283.754,70</b>  | <b>2.362.227,28</b>  | <b>2.443.584,62</b>  | <b>3.098.084,18</b>  |
| CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS                            | 4.141.053,57        | 4.283.754,70         | 2.362.227,28         | 2.443.584,62         | 3.098.084,18         |
| <b>RECEITA PATRIMONIAL</b>                       | <b>3.686.028,19</b> | <b>6.975.916,75</b>  | <b>8.804.519,21</b>  | <b>-2.031.353,81</b> | <b>4.411.665,84</b>  |
| VALORES MOBILIÁRIOS                              | 3.686.028,19        | 6.975.916,75         | 8.804.519,21         | -2.031.353,83        | 4.411.665,84         |
| VALORES MOBILIÁRIOS DEDUÇÕES                     | -                   | -                    | -                    | -                    | -                    |
| <b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>                 | <b>1.754.392,70</b> | <b>18.527,18</b>     | <b>2.715,56</b>      | <b>1.700,09</b>      | <b>14.348,38</b>     |
| DEMAIS RECEITAS CORRENTES                        | 1.754.392,70        | 18.527,18            | 2.715,56             | 1.700,09             | 14.348,38            |
| <b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>       | <b>-</b>            | <b>1.613.254,26</b>  | <b>4.067.591,82</b>  | <b>4.472.549,89</b>  | <b>9.498.596,78</b>  |
| <b>TOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>       | <b>9.581.474,46</b> | <b>12.891.452,89</b> | <b>15.237.054,17</b> | <b>4.886.480,79</b>  | <b>17.022.695,18</b> |

O normativo da SPS estabelece que sejam considerados recursos previdenciários as contribuições e quaisquer valores, bens, ativos e seus rendimentos vinculados ao RPPS ou ao fundo, inclusive, a totalidade dos créditos do ente instituidor, reconhecidos pelo regime de origem, relativos à compensação financeira disciplinada na Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999.

E ainda, que os recursos serão utilizados apenas para o pagamento dos benefícios previdenciários e para a Taxa de Administração do RPPS, cujos critérios encontram-se estabelecidos no art. 15 da Portaria MPS nº 402/2008.

Sendo vedada a utilização dos recursos previdenciários para finalidades diversas daquelas referidas no § 1º deste artigo 15, dentre elas consideradas: a utilização dos recursos destinados à taxa de administração em desacordo com os critérios estabelecidos no art. 15. (Incluído pela Portaria MPS nº 21, de 14/01/2014).

Para cobertura das despesas do RPPS, poderá ser estabelecida, em lei, Taxa de Administração de até dois pontos percentuais do valor total das remunerações, proventos e pensões dos segurados vinculados ao RPPS, relativo ao exercício financeiro anterior, observando-se que: Será destinada exclusivamente a

custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento da unidade gestora do RPPS, inclusive para a conservação de seu patrimônio;

### **Das Despesas**

Nos termos da Lei Municipal nº 2.926 de 10 de dezembro de 2021, o orçamento do PREVICOB para o exercício de 2022, estimou a Receita e fixou a Despesa em **R\$12.740.000,00** (Doze milhões setecentos e quarenta mil reais).

A despesa efetiva executada (empenhada) equivale a um montante de **R\$ 12.677.457,48** enquanto o saldo final da Reserva do RPPS de dotação ficou em **R\$ 295,00** cuja finalidade é constituir as Reservas Técnicas necessárias para eliminar gradualmente o déficit existente e assegurar os benefícios futuros.

Do montante demonstrado na execução da despesa orçamentária, tem-se que **R\$ 368.810,34** referem às despesas com a Manutenção das Atividades do PREVICOB e **R\$ 12.288.722,14** às despesas com Pagamento de Aposentadorias e Pensões.

Na despesa com a Manutenção das Atividades do PREVICOB são consideradas as seguintes despesas:

**Gestão de Pessoal** - Pagamento dos vencimentos dos servidores ativos e à disposição, bem como despesas com remuneração, férias, encargos, adiantamentos, benefícios, gratificações, auxílios, indenizações, diárias, abonos, obrigações patronais e outras despesas correlatas;

**Manutenção da Unidade** - Despesas com materiais de consumo, viagens e locomoção, capacitação de pessoal, contratação de terceiros, aquisição de equipamentos e materiais permanentes, ampliação, manutenção e conservação de imóveis próprios ou alugados, e demais atividades necessárias para garantir a execução dos programas finalísticos;

Enquanto nas despesas com pagamento de **Aposentadorias e Pensões**, temos o seguinte:

\* Pagamento de aposentados e pensionistas segurados e mantidos pelo Regime Próprio de Previdência Social do Município de Conceição da Barra, na forma estabelecida na Lei Complementar Municipal nº 10/2006.

\* Pagamento dos benefícios de aposentadoria e pensão por morte já concedidos e decorrentes de sistema próprio não contributivo serão custeados pelo PREVICOB, mediante aporte dos recursos pelo município ou entes públicos responsáveis, ou seja, antes da LCM 10/2006, nos termos do art. 3º, parágrafo 3º.

- **Análise do comportamento das despesas empenhadas, liquidadas e pagas, evidenciadas por categoria econômica, grupo de natureza da despesa, modalidade de aplicação e elemento de despesa.**

| DESPESAS  | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS (b) | DESPESAS LIQUIDADAS (c) | DESPESAS PAGAS (d)   | SALDO DE DOTAÇÃO (a-b) |
|---|------------------------|-------------------------|-------------------------|----------------------|------------------------|
| <b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b> | <b>12.739.705,00</b>   | <b>12.677.457,48</b>    | <b>12.602.537,44</b>    | <b>12.587.970,78</b> | <b>62.247,52</b>       |
| <b>DESPESAS CORRENTES</b>                           | <b>12.719.780,00</b>   | <b>12.657.532,48</b>    | <b>12.582.612,44</b>    | <b>12.568.045,78</b> | <b>62.247,52</b>       |
| PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS                          | 12.321.008,00          | 12.288.722,14           | 12.288.283,01           | 12.273.716,35        | 32.285,86              |
| JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA                          | 0,00                   | 0,00                    | 0,00                    | 0,00                 | 0,00                   |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES                           | 398.722,20             | 368.810,34              | 294.329,43              | 294.329,43           | 29.961,66              |
| <b>DESPESAS DE CAPITAL</b>                          | <b>19.925,00</b>       | <b>19.925,00</b>        | <b>19.925,00</b>        | <b>19.925,00</b>     | <b>0,00</b>            |
| INVESTIMENTOS                                       | 19.925,00              | 19.925,00               | 19.925,00               | 19.925,00            | 0,00                   |
| INVERSÕES FINANCEIRAS                               | 0,00                   | 0,00                    | 0,00                    | 0,00                 | 0,00                   |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA                               | 0,00                   | 0,00                    | 0,00                    | 0,00                 | 0,00                   |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA                             | 0,00                   | 0,00                    | 0,00                    | 0,00                 | 0,00                   |
| DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)                 | 0,00                   | 0,00                    | 0,00                    | 0,00                 | 0,00                   |
| <b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>      | <b>12.739.705,00</b>   | <b>12.677.457,78</b>    | <b>12.602.537,44</b>    | <b>12.587.970,78</b> | <b>62.247,52</b>       |
| <b>AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)</b>   | <b>0,00</b>            | <b>0,00</b>             | <b>0,00</b>             | <b>0,00</b>          | <b>0,00</b>            |
| <b>Amortização da Dívida Interna</b>                | <b>0,00</b>            | <b>0,00</b>             | <b>0,00</b>             | <b>0,00</b>          | <b>0,00</b>            |
| Dívida Mobiliária                                   | 0,00                   | 0,00                    | 0,00                    | 0,00                 | 0,00                   |
| Outras Dívidas                                      | 0,00                   | 0,00                    | 0,00                    | 0,00                 | 0,00                   |
| <b>Amortização da Dívida Externa</b>                | <b>0,00</b>            | <b>0,00</b>             | <b>0,00</b>             | <b>0,00</b>          | <b>0,00</b>            |
| Dívida Mobiliária                                   | 0,00                   | 0,00                    | 0,00                    | 0,00                 | 0,00                   |
| Outras Dívidas                                      | 0,00                   | 0,00                    | 0,00                    | 0,00                 | 0,00                   |
| <b>TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)</b>          | <b>12.739.705,00</b>   | <b>12.677.457,48</b>    | <b>12.602.537,44</b>    | <b>12.587.970,78</b> | <b>62.247,52</b>       |
| <b>SUPERÁVIT (XIII)</b>                             | <b>0,00</b>            | <b>0,00</b>             | <b>0,00</b>             | <b>0,00</b>          | <b>0,00</b>            |
| <b>TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)</b>     | <b>12.739.705,00</b>   | <b>17.022.695,18</b>    | <b>17.022.695,18</b>    | <b>17.022.695,18</b> | <b>-4.282.990,18</b>   |

Percebe-se, na execução da despesa orçamentária, a ocorrência de economia de **R\$ 62.247,52**.

- **Análise do comportamento dos saldos das despesas inscritas em resto a pagar, evidenciadas pelos valores pagos e cancelados.**

**Restos a Pagar Processados**

| Exercício    | Inscrição        | Liquidação | Pagamento | Anulação | Saldo            |
|--------------|------------------|------------|-----------|----------|------------------|
| 2021         | 1.145,65         |            |           |          | 1.145,65         |
| 2022         | 14.566,66        |            |           |          | 14.566,66        |
| <b>TOTAL</b> | <b>15.712,31</b> |            |           |          | <b>15.712,31</b> |

**Restos a Pagar Não Processados**

| Exercício    | Inscrição        | Liquidação | Pagamento | Anulação | Saldo            |
|--------------|------------------|------------|-----------|----------|------------------|
| 2021         | 22.796,31        | 18.070,80  |           |          | 4.725,51         |
| 2022         | 74.920,04        |            |           | -        | 74.920,04        |
| <b>TOTAL</b> | <b>96.716,31</b> |            |           |          | <b>79.645,55</b> |

**Restos a Pagar Não Processados – Liquidados**

| Exercício    | Inscrição        | Liquidação       | Pagamento        | Anulação Líq. | Saldo Empenho    |
|--------------|------------------|------------------|------------------|---------------|------------------|
| 2021         | 18.070,80        | 18.070,80        | 18.070,80        | -             | 5.871,16         |
| 2022         |                  |                  | -                | -             | 89.486,70        |
| <b>TOTAL</b> | <b>18.070,80</b> | <b>18.070,80</b> | <b>18.070,80</b> | -             | <b>95.357,86</b> |

Da análise da Tabela acima, extrai-se que do montante registrado em Restos a Pagar, processados e não processados, de R\$ 112.428,62.

**Da Execução Financeira**

O valor realizado das Receitas e Despesas Orçamentárias conferem com a Execução Financeira, conforme demonstrações a seguir:

O PREVICOB iniciou o exercício de 2022 com o saldo financeiro contábil de R\$ 46.084.733,12. (Quarenta e seis milhões, oitenta e quatro mil, setecentos e trinta e três reais e doze centavos) e finalizou com o saldo de R\$ 53.084.766,02. (Cinquenta e três milhões, oitenta e quatro mil, setecentos e sessenta e seis reais e dois centavos).

No capítulo específico sobre investimentos, serão encontradas as informações pormenorizadas, referentes ao resultado financeiro do exercício de 2022, às estratégias de gestão e outras informações pertinentes.

### **Da Análise dos Resultados**

A receita e despesa previstas no montante de R\$ 12.740.000,00 apresentando um equilíbrio na previsão orçamentária.

A receita orçamentária e realizada alcançou o valor de R\$ 7.524.098,40, enquanto a receita intra-orçamentária ficou em R\$ 9.498.596,78, totalizando o na arrecadação de 2022, o montante de R\$ 17.022.695,18.

A despesa realizada, por outro lado, alcançou um montante de empenhos da ordem de R\$ 12.677.457,48, promovendo um equilíbrio, em relação à proposta orçamentária, no montante de R\$ 12.740.000,00;

### **Da Execução Patrimonial**

Os ativos financeiros são aqueles cuja realização independe de autorização orçamentária. São registrados no balanço patrimonial e fornecem recursos para pagamento de obrigações ou manutenção de operações.

No caso dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, no ativo financeiro estarão dispostos, substancialmente, os recursos provenientes das receitas de contribuições e receita patrimonial, os quais devem ser empregados exclusivamente para pagamento de benefícios previdenciários, à exceção da taxa de administração, conforme Lei nº 17/2006.

Os ativos não financeiros ou permanentes, normalmente, são destinados à manutenção das operações do RPPS e sua mobilização ou alienação ficam na dependência de autorização legislativa. Já os passivos financeiros referem-se principalmente às faturas de bens e serviços, benefícios previdenciários, entre outros, que estavam pendentes na data do encerramento do exercício. Também se referem a valores restituíveis de consignações em folha de pagamento.

### **Ativo Circulante**

O ativo circulante em 2022 soma o total de R\$ 53.514.375,79 (Cinquenta e três milhões, quinhentos e quatorze mil trezentos e setenta e cinco reais e setenta e nove centavos), com a seguinte composição:

|                                   |     |               |
|-----------------------------------|-----|---------------|
| CREDITOS A CURTO PRAZO            | R\$ | 404.862,50    |
| CAIXA, INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES | R\$ | 53.084.766,02 |
| ESTOQUES                          | R\$ | 25.747,27     |

Quanto aos investimentos, as informações financeiras mais relevantes foram abordadas na gestão financeira.

Quanto ao estoque, houve o ingresso, a título de material de consumo, do valor total de R\$ 39.262,44, conforme despesas liquidadas no decorrer do exercício.

Conforme informações do setor responsável, as saídas foram na ordem de R\$37.609,64.

### **Ativo não Circulante**

O imobilizado do PREVICOB apresentou saldo de R\$ 5.055.548,30 (Cinco milhões, cinquenta e cinco reais e trinta centavos), no final do exercício de 2021, apresentado da seguinte forma:

|                       |     |              |
|-----------------------|-----|--------------|
| CREDITOS A LOGO PRAZO | R\$ | 4.951.477,45 |
| IMOBILIZADO           | R\$ | 104.070,85   |



A depreciação, exaustão e amortização dos bens móveis são calculadas pelo Setor de Patrimônio e Almoxarifado do PREVICOB e encaminhadas à Contabilidade para registro.

No entanto, ainda não há publicação de taxas próprias do município para a depreciação de bens, considerando a especificidade de cada bem, vida útil, etc., posto que o tema seja jovem no âmbito do setor público municipal, o qual está se adequando gradativamente às novas regras.

### **Passivo Circulante e não Circulante**

O passivo circulante finalizou com um saldo de R\$ 75.985,74 (Setenta e cinco mil novecentos e oitenta e cinco reais e setenta e quatro centavos), com a seguinte composição:

|  |     |           |
|--|-----|-----------|
| OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTE | R\$ | 51,27     |
| FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO        | R\$ | 16.071,77 |
| DEMAIS PROVISÕES A CURTO PRAZO                     | R\$ | 59.862,70 |

No passivo não circulante estão contabilizadas as provisões matemáticas previdenciárias, as quais apresentaram um saldo de R\$ 224.994.775,56 (Duzentos e vinte e quatro milhões, novecentos e noventa e quatro mil, setecentos e setenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos).

Entende-se por provisão matemática previdenciária a diferença entre os valores provisionados pelos RPPS para fazer face à totalidade dos compromissos futuros do plano e as contribuições futuras correspondentes. Ou seja, a provisão matemática previdenciária, também conhecida como Passivo Atuarial, representa o total dos recursos necessários ao pagamento dos compromissos dos planos de benefícios, calculados atuarialmente, em determinada data, a valor presente. Tais provisões

devem ser calculadas por profissional habilitado, conforme Lei Complementar Municipal nº 054/2019, de 16 de setembro de 2019.

Em 2022, os valores das Provisões foram atualizados de acordo com a Avaliação atuarial data-base 31/12/2022.

### **Patrimônio Líquido e Resultado do Exercício**

O saldo das variações patrimoniais do exercício de 2022 foi negativo.

No exercício apurou-se um resultado de R\$ (28.621.497,83) Vinte e oito milhões seiscentos e vinte e um mil quatrocentos e noventa e sete reais e oitenta e três centavos. Onde o exercício encerrou-se com um patrimônio líquido negativo de R\$ (166.500.837,21) Cento e sessenta e seis milhões quinhentos mil, oitocentos e trinta e sete reais e vinte e um centavos.

### **Da Taxa de Administração**

A Lei Complementar Municipal nº 17/2006, Art. 3º, § 1º, Inciso I, fixou a taxa de administração em 2% do valor total das remunerações, proventos e pensões dos segurados vinculados ao RPPS de Conceição da Barra, relativamente ao exercício anterior, permitindo, ainda, que o RPPS possa constituir reserva com as sobras do custeio das despesas do exercício, cujos valores serão utilizados para os mesmos fins a que se destina a taxa de administração.

Conforme demonstrado abaixo, verifica-se, além das informações comparativas dos gastos 2018 a 2021, que o limite prescrito em Lei Municipal, foi observado em 2022.

#### **A) Base de Cálculo para fins de Limite de Gastos com Despesas Administrativas**

- a.1) Remuneração Total - Servidores Vinculados ao RPPS (Exercícios Anteriores a PCA)

| Órgão                     | 2018                    | 2019                    | 2020                    | 2021                    |
|---------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Prefeitura                | R\$18.225.152,91        | R\$18.905.958,76        | R\$21.862.738,54        | R\$22.416.063,71        |
| Câmara                    | R\$530.110,04           | R\$841.678,09           | R\$850.079,76           | R\$856.398,16           |
| PREVICOB                  | R\$17.885,14            | R\$21.639,33            | R\$23.214,40            | R\$23.985,00            |
| Auxílio-Doença / PREVICOB | R\$230.608,37           | R\$200.672,07           | R\$227.909,41           | R\$0,00                 |
| Auxílio Reclusão/PREVICOB | R\$23.319,31            | R\$24.249,80            | R\$23.451,81            | R\$0,00                 |
| Salário Maternidade       | R\$43.703,36            | R\$109.834,94           | R\$68.540,64            | R\$0,00                 |
| <b>TOTAL</b>              | <b>R\$19.070.779,13</b> | <b>R\$20.104.032,99</b> | <b>R\$23.055.934,56</b> | <b>R\$23.296.446,87</b> |

• a.2) Total de Proventos de Aposentadorias – Exercício Anterior ao da PCA

| Órgão        | 2018                   | 2019                   | 2020                   | 2021                   |
|--------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| PREVICOB     | R\$5.626.152,53        | R\$6.274.815,91        | R\$6.879.102,46        | R\$7.271.998,16        |
| PMCB         | R\$1.196.871,52        | R\$1.165.215,18        | R\$1.361.679,63        | R\$1.028.722,17        |
| <b>TOTAL</b> | <b>R\$6.823.024,05</b> | <b>R\$7.440.031,09</b> | <b>R\$8.240.782,09</b> | <b>R\$8.300.720,33</b> |

• a.3) Total de Proventos de Pensões – Exercício Anterior ao da PCA

| Órgão        | 2018                 | 2019                 | 2020                   | 2021                   |
|--------------|----------------------|----------------------|------------------------|------------------------|
| PREVICOB     | R\$352.974,99        | R\$350.635,16        | R\$393.480,73          | R\$490.163,41          |
| PMCB         | R\$539.578,56        | R\$609.471,44        | R\$661.370,44          | R\$725.481,52          |
| <b>TOTAL</b> | <b>R\$892.553,55</b> | <b>R\$960.106,60</b> | <b>R\$1.054.851,17</b> | <b>R\$1.215.644,93</b> |

**B) Limite de Gastos Administrativos para o Exercício de Referência da PCA**

| Descrição   | 2019                 | 2020                 | 2021                 | 2022                 |
|---|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| Total das Remunerações dos Servidores Ativos (a.1)  | R\$19.070.779,13     | R\$20.104.032,99     | R\$23.055.934,56     | R\$23.296.446,87     |
| Total dos Proventos de Aposentadorias (a.2)   | R\$6.823.024,05      | R\$7.440.031,09      | R\$8.240.782,09      | R\$8.300.720,33      |
| Total dos Proventos de Pensões (a.3)  | R\$892.553,55        | R\$960.106,60        | R\$1.054.851,17      | R\$1.215.644,93      |
| Total da base de cálculo para fins de apuração do limite de gastos com despesas administrativas do RPPS (b.1) | R\$26.786.356,73     | R\$28.504.170,68     | R\$32.351.567,82     | R\$32.812.812,13     |
| Percentual fixado na Legislação do RPPS (%) (b.2)   | 2%                   | 2%                   | 2%                   | 2%                   |
| Limite de Gastos Administrativos no Exercício do PCA (b3=b1*b2)   | <b>R\$535.727,13</b> | <b>R\$570.083,41</b> | <b>R\$647.031,36</b> | <b>R\$656.256,24</b> |

### C) Despesas Administrativas Realizadas no Exercício de Competência (2020)

| Código da Despesa                    | Descrição da Despesa                    | Despesa Empenhada     | Despesa Liquidada | Despesa Paga      |
|--------------------------------------|---|-----------------------|-------------------|-------------------|
| <b>3.1 Pessoal e Encargos</b>        |   |                       |                   |                   |
| 3.1.90.04                            | Contratação Por Tempo Determinado       | R\$ 7.918,40          | R\$ 7.918,40      | R\$ 7.918,40      |
| 3.1.90.11                            | Vencimento e Vantagens Fixas            | R\$ 199.389,36        | R\$ 199.389,36    | R\$ 184.822,70    |
| 3.1.90.13                            | Obrigações Patronais                    | R\$ 31.582,58         | R\$ 31.582,58     | R\$ 31.582,58     |
| <b>3.3 Outras Despesas Correntes</b> |   |                       |                   |                   |
| 3.3.90.14                            | Diária Pessoal Civil                    | R\$ 32.280,00         | R\$ 32.280,00     | R\$ 32.280,00     |
| 3.3.90.30                            | Material de Consumo                     | R\$ 14.129,30         | R\$ 9.515,08      | R\$ 9.515,08      |
| 3.3.90.33                            | Passagens e Despesa com Locomoção       | R\$ 10.289,41         | R\$ 10.289,41     | R\$ 10.289,41     |
| 3.3.90.35                            | Serviços de Consultoria                 | R\$ 34.400,00         | R\$ 24.600,00     | R\$ 24.600,00     |
| 3.3.90.36                            | Outros Serviços de Terceiro P. Física   | R\$ 8.500,00          | R\$ -             | R\$ -             |
| 3.3.90.39                            | Outros Serviços de Terceiro P. Jurídica | R\$ 62.486,79         | R\$ 60.887,79     | R\$ 60.887,79     |
| 3.3.90.40                            | Outros Serviços de Terceiro P. Jurídica | R\$ 166.161,03        | R\$ 116.193,34    | R\$ 116.193,34    |
| 3.3.90.46                            | Auxílio - Alimentação                   | R\$ 15.660,00         | R\$ 15.660,00     | R\$ 15.660,00     |
| 3.3.90.47                            | Obrigações Tributárias e Contributivas  | R\$ 4.503,81          | R\$ 4.503,81      | R\$ 4.503,81      |
| 3.3.90.91                            | Indenizações e Restituições             | R\$ 20.400,00         | R\$ 20.400,00     | R\$ 20.400,00     |
| <b>4.4 Despesa de Capital</b>        |   |                       |                   |                   |
| 4.4.90.52                            | Equipamento e Material Permanente       | R\$ 19.925,00         | R\$ 19.925,00     | R\$ 19.925,00     |
| <b>Total (c3)</b>                    |   | <b>R\$ 627.625,68</b> | <b>553.144,77</b> | <b>538.578,11</b> |

### D) Verificação da Observância do Limite de Gastos Administrativos

| Descrição   | 2019                 | 2020                 | 2021                 | 2022              |
|---|----------------------|----------------------|----------------------|-------------------|
| Limite de Gastos Administrativos no exercício da PCA (b.3)          | R\$535.727,13        | R\$570.083,41        | R\$647.031,36        | R\$656.256,24     |
| Total Despesas Administrativas Liquidadas no Exercício da PCA (c.3) | <b>R\$505.879,67</b> | <b>R\$469.199,99</b> | <b>R\$473.980,51</b> | <b>553.144,77</b> |
| (Sobra ou Excesso) de gastos no exercício (c.3- b.3)                | R\$29.847,46         | R\$100.883,42        | R\$173.050,85        | R\$103.111,47     |
| (Limite de Gastos efetuados no exercício (c.3/b.3)                  | 94,40%               | 82,30%               | 73,25%               | 84,29%            |

Resume-se, no tocante à sobra da Taxa de Administração, prevista no Art. 3º, § 1º, Inciso I, letra “c” da Lei Complementar Municipal nº 17/2006, que o valor anual da despesa administrativa para manutenção do PREVICOB, equivalente aos 2%, ficou estipulada em 2022, monetariamente, em R\$ 656.256,24 (Seiscentos e cinquenta e seis mil, duzentos e cinquenta e seis reais e vinte e quatro centavos). No entanto, ocorreu, no exercício, sobra de taxa de Administração de R\$ 103.111,47 (Cento e três mil, cento e onze reais e quarenta e sete centavos), com o índice de utilização de 84,29% do limite definido em Lei.

Na análise comparativa dos gastos, observa-se que tenha ocorrido um aumento discreto das disponibilidades financeiras para utilização em 2022, R\$ 656 mil ante R\$ 647 mil em 2021, utilizou-se, apenas R\$ 553.144,77 (Quinhentos e cinquenta e três mil, cento e quarenta e quatro reais e setenta e sete centavos). Constituindo, portanto, reservas de taxa de administração e ficando abaixo do limite estabelecido em Lei no presente exercício.

## **Licitações**

Durante o exercício de 2022, o PREVICOB realizou as seguintes modalidades licitatórias:

- Inelegibilidade - Contrato nº 01-2022 – Objeto: Prestação de serviços estratégicos de solução de tecnologia da informação (TI). Vencedor: DATAPREV, no valor estimado de 36.000,00 (Trinta e seis mil reais);
- Dispensa de licitação – Contrato nº 02/2022 – Objeto: Aquisição de materiais alimentícios, higiene, limpeza e recomposição de estoque. Vencedor: HG ROSA SUPERMERCADO SUPERGIRO, no valor total de R\$ 7.109,30 (Sete mil cento e nove reais e trinta centavos);
- Dispensa de Licitação - Contrato nº 03-2022 - Objeto: Contratação de empresa especializada em Serviço de Consultoria Financeira. Vencedor: MOSAICO CONSULTORIA FINANCEIRO LTDA, no valor total de R\$ 17.400,00 (Dezessete mil e quatrocentos reais);
- PREGÃO PRESENCIAL nº 01-2022 – Adesão ATA de Registro de Preço - nº 056/2022 - Contrato nº 04-2022 – Objeto: da presente licitação é a aquisição de mobiliário geral.

Vencedor: GV3 COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA, no valor total de R\$ 19.925,00 (Dezenove mil e novecentos e vinte cinco reais);

- Dispensa licitação – Contrato nº 05-2022 – Objeto: aquisição de vasilhames vazios em garrações de 20 litros, água mineral e botijão de gás de 13kg (GLP). Vencedor: DISTRIBUIDORA DA BARRA LTDA, no valor total de R\$ 1.620,00 (Hum mil, seiscentos e vinte reais);

- **ADITIVOS**

- PREGÃO PRESENCIAL nº 01-2019 – Contrato nº 03-2019 - 3º ADITIVO – Objeto: Contratação de empresa para locação de solução informatizada de Gestão Pública, contemplando licença de uso, serviços de Implantação, treinamento. Vencedor: UNIVERSALPREV SOFTWARE E CONSULTORIA LTDA, no valor de R\$ 67.200,00 (Sessenta e sete mil e duzentos reais).
- Dispensa de Licitação - Contrato nº 07-2019 – 3º ADITIVO - Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviço em link de internet, banda larga, com velocidade de 600 Mbps, instalação em fibra Óptica, roteador e IP fixo. Vencedor: CAPIXABA TELECOMUNICAÇÃO LTDA-ME, no valor total de R\$ 1.918,80 (Hum mil, novecentos e dezoito reais e oitenta centavos);
- Dispensa de Licitação - Contrato nº 03-2020 – 2º ADITIVO - Objeto: Locação de Imóvel. Vencedor: Zakia Najjar Castro, no valor total de R\$ 20.400,00 (Vinte mil e quatrocentos reais);
- PREGÃO PRESENCIAL nº 01-2021 – Contrato nº 04-2021 – 1º ADITIVO - Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de Tecnologia e Segurança da Informação. Vencedor: FLAVIO JOSÉ DE PAULA - ME, no valor de R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais);
- Dispensa de Licitação - Contrato nº 01-2021 – 1º ADITIVO - Objeto: Contratação de empresa especializada em Consultoria para estudo e/ou Reavaliação atuarial. Vencedor: DVALONI CONSULTORIA LTDA, no valor total de R\$ 17.000,00 (Dezessete mil reais);

## Contratos

Em 2022 administraram-se contratos de prestação de serviços, conforme apresentação na tabela abaixo:

| Nº DO CONTRATO     | EMPRESA VENCEDORA                         | MODALIDADE                   | OBJETO   | PRAZO    | VALOR TOTAL   |
|--------------------|---|------------------------------|--|----------|---------------|
| 01/2022            | DATAPREV                                  | Inegibilidade                | Prestação de serviços estratégicos de solução de tecnologia da informação (TI).  | 12 meses | R\$ 36.000,00 |
| 02/2022            | HG ROSA SUPERMERCADO SUPERGIRO            | Dispensa de Licitação        | Aquisição de materiais alimentícios, higiene, limpeza e recomposição de estoque.   | 12 meses | R\$ 7.109,30  |
| 03/2022            | MOSAICO CONSULTORIA FINANCEIRO LTDA       | Dispensa de Licitação        | O presente contrato refere-se à empresa especializada na prestação de Serviço de Consultoria Financeira.   | 12 meses | R\$ 17.400,00 |
| 04/2022            | GV3 COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA             | PREGÃO PRESENCIAL nº01-2022  | A presente licitação é a aquisição de mobiliário geral, para atender a demanda do instituto.   | 12 meses | R\$ 19.925,00 |
| 05/2022            | DISTRIBUIDORA DA BARRA LTDA               | Dispensa de Licitação        | Aquisição de vasilhames vazios em garrafas de 20 litros, água mineral e botijão de gás de 13kg (GLP).  | 12 meses | R\$ 1.620,00  |
| 03/2019 3º ADITIVO | UNIVERSALPREV SOFTWARE E CONSULTORIA LTDA | PREGÃO PRESENCIAL nº 01-2019 | Constitui o objeto do presente contrato a Locação de uma solução informatizada de Gestão Pública, contemplando licenças de uso, serviços de implantação, treinamento para capacitação de pessoal técnico, conforme especificações constantes no TERMO DE REFERÊNCIA, que passa a fazer parte integrante do presente contrato como se transcritos fossem. | 12 meses | R\$ 67.200,00 |
| 07/2019 3º ADITIVO | CAPIXABA TELECOMUNICAÇÕES LTDA-ME         | Dispensa de Licitação        | O presente contrato refere-se Contratação de empresa prestadora de serviços especializados nas seguintes condições:<br><br>Um link de internet banda larga com alta velocidade de 120 Mbps, instalação de fibra Óptica, roteador e IP fixo.  | 12 meses | R\$ 1.918,80  |
| 03/2020 2º ADITIVO | ZAKIA NAJAR CASTRO                        | Dispensa de Licitação        | O presente Contrato refere-se à locação de Imóvel.   | 12 meses | R\$ 20.400,00 |
| 04/2021 1º ADITIVO | FLAVIO JOSÉ DE PAULA - ME                 | PREGÃO PRESENCIAL nº 01-2021 | Contratação de empresa para prestação de serviços de Tecnologia e Segurança da Informação  | 12 meses | R\$ 45.000,00 |
| 01/2021 1º ADITIVO | Dvaloni Consultoria LTDA                  | Dispensa de Licitação        | O presente contrato se se refere à contratação de empresa especializada em Consultoria para estudo e/ou Reavaliação atuarial.  | 12 meses | R\$ 17.000,00 |

## DA GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

A gestão de investimentos do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE CONCEIÇÃO DA BARRA – PREVICOB é própria. A estrutura de gestão da autarquia obedece a Lei de criação nº 01/2002 de 18 de março de 2002, reestruturada pela LCM 10/2006, de 20 de março de 2006. Nela consta a composição da Diretoria Executiva, que é formada pelo Diretor Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Procurador Jurídico, responsáveis diretos pela gestão dos recursos da autarquia, que obrigatoriamente precisam atender aos requisitos previstos no Art. 76, da Portaria nº 1.467/2022<sup>6</sup>. A assessoria financeira desempenha o controle e monitoramento dos fundos, aplicação, pesquisa e análise do mercado e dos fundos e instituições.

O Diretor Presidente, em conjunto com o Comitê de Investimentos, analisa os percentuais e avalia as atividades da assessoria financeira, porém os aportes, as definições e estratégias são discutidas no Comitê de Investimentos.

O Comitê de Investimentos é composto por servidores da autarquia ou do ente, e devem possuir certificação citada acima. Os encontros são mensais, mas podem ocorrer outras reuniões caso o Gestor de Recursos julgue necessário.

Nas reuniões do Comitê de Investimento são apresentados: os relatórios mensais da carteira de investimentos, as rentabilidades e o desempenho da autarquia (gastos, ganhos e/ou perdas), além de sugestões de novos fundos de investimentos analisados e instituições financeiras. A Consultoria de Investimentos contratada tem como função auxiliar nas decisões de investimentos, apresentar cenários econômicos, analisar fundos de investimentos, principalmente os mais estruturados, e dar a sua

6

[https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-no-servico-publico/legislacao-dos-rpps/portarias/copy2\\_of\\_PortariaMTPn1.467de02jun2022.pdf](https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-no-servico-publico/legislacao-dos-rpps/portarias/copy2_of_PortariaMTPn1.467de02jun2022.pdf)



avaliação para ajudar a diretoria executiva na tomada de decisão. A consultoria fornece uma plataforma que permite monitoramento diário da carteira com a atualização da rentabilidade dos fundos, evolução quantitativa e qualitativa dos fundos de investimentos, simulações de composições e enquadramentos da carteira, emissão de relatórios com análises e visões de mercado e de gestão financeira e, ainda, elabora um ranking demonstrativo do desempenho de todos RPPS que são usuários.

## **Cenário Econômico**

O ano de 2022 foi atípico e caracterizado por volatilidade tanto no cenário nacional, quanto no internacional. Os principais acontecimentos que marcaram os 12 meses foram conflitos, inflação, pandemia, elevação de taxas de juros e diminuição da atividade econômica.

### **Internacional**

O ano começou com desaceleração econômica ao redor do mundo em razão da variante Ômicron ter se espalhado por diversos países. Todavia, a variante foi passageira, sendo controlada em poucas semanas.

Em fevereiro, a Rússia invadiu a Ucrânia após o país ucraniano se mostrar próximo da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), o que poderia fazer com que a influência russa diminuísse sobre o país, e com que os demais países pertencentes à organização protegessem a Ucrânia.

Como resultado do conflito diversas pessoas foram mortas ou perderam entes queridos e bens materiais, além de procurarem abrigo em países vizinhos da Ucrânia. Por outro lado, a Rússia interrompeu o fornecimento de gás natural para diversos países na Europa, o que gerou uma crise de abastecimento e inflação.

Com o objetivo de diminuir o poder da Rússia durante a guerra, muitos países programaram sanções contra o país russo, como por exemplo, fechamento do espaço aéreo e corte das importações de produtos, inclusive commodities. Como resultado, o preço das commodities subiram, situação que beneficiou o Brasil, já que somos um dos principais países exportadores do produto.

Conforme dados preliminares informados pela Eurostat, o Índice de Preços ao Consumidor (CPI) da zona do euro encerrou em 9,2% em 2022, sendo impactado principalmente pelo preço da energia. Com isso, o Banco Central Europeu (BCE) realizou quatro elevações na taxa básica de juros durante o ano, que anteriormente estava negativa, e o encerrou a 2% ao ano.

Já no Reino Unido, a inflação atingiu o maior nível em 41 anos ao alcançar 11,1% em outubro após aumento, principalmente, das contas de energia e dos preços dos alimentos. Por outro lado, a taxa básica de juros da região foi elevada nove vezes consecutivas e atingiu 3,5%, sendo a mais alta em 14 anos.

Na China, os casos de Covid-19 aumentaram e bateram novos recordes durante 2022. Porém com o objetivo de conter a disseminação do vírus, o país programou lockdowns nomeados como “Covid zero” que impactaram não só a economia chinesa, como a economia mundial. Entretanto, em maio, a China sinalizou a injeção de estímulos fiscais de US\$ 5,3 trilhões na economia do país, além do corte de impostos para minimizar os impactos das restrições.

Após meses de restrições, o governo flexibilizou as medidas a fim de reduzir os impactos negativos na economia do país e voltou a abrir progressivamente o comércio. Ainda assim, o PIB da China cresceu 3% em 2022, porém está abaixo da meta de 5,5% definida.

Conforme informado pelo Departamento do Trabalho, a inflação dos Estados Unidos subiu 6,5% em 2022, após passar por meses de alta, onde atingiu o maior patamar em 41 anos no mês de junho, quando alcançou 9,12%.

Como resultado, o Federal Reserve (Fed) elevou a taxa básica de juros diversas vezes durante 2022, e atingiu o intervalo de 4,25% a 4,5% em dezembro após aumento de 0,5 p.p.. Com isso, já é possível verificar os resultados de tais elevações, já que a inflação do país apresentou queda acumulada no segundo semestre do ano.

As principais bolsas de Nova Iorque registraram resultados negativos em 2022, tendo em vista que a Dow Jones caiu 14,71%, o S&P recuou 24,68% e a Nasdaq apresentou queda de 37,33%.

As bolsas de todo o mundo foram fortemente impactadas, pois as elevações das taxas de juros em diversos países ocasionaram baixo crescimento econômico e elevaram a perspectiva de recessão econômica para 2023. Com isso, os investidores se mostraram cautelosos para aportar em renda variável.

### **Nacional**

No Brasil, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou alta acumulada de 5,79% em 2022 e está acima da meta de inflação definida pelo CMN, que era de 3,50%.

Nos meses de janeiro a julho, a inflação estava acima de 10%, onde o pico foi em abril ao acumular 12,13% no período de 12 meses. Já nos meses de julho, agosto e setembro houve deflação após redução nos preços dos combustíveis.

O dólar passou por momentos de grande volatilidade, onde em alguns meses foi possível observar valorização da moeda e em outros, desvalorização.

Entretanto, no acumulado de 2022, a moeda norte americana apresentou queda de 5,32%. O Comitê de Política Monetária (COPOM) elevou a taxa Selic algumas vezes durante o ano com o objetivo de conter os avanços da inflação, porém nas últimas reuniões foi realizada apenas a manutenção da taxa, a qual está em 13,75% ao ano.

O crescimento econômico brasileiro surpreendeu positivamente durante o ano, tendo em vista que a expectativa era de que o desenvolvimento da economia fosse baixo. Entretanto, de acordo com o IPEA, a projeção de crescimento do PIB para 2022 é de 3,1%.

Em abril a Câmara aprovou a medida que torna o “Auxílio Brasil” no valor de R\$ 400,00 permanente, o qual inicialmente seria apenas até o final de 2022. Como resultado o governo federal elevará o desembolso de cerca de R\$ 90 bilhões.

Além disso, a PEC dos Auxílios foi aprovada em junho pelo Senado, onde o impacto dos recursos para custearem tais ações é estimado em R\$ 41,25 bilhões, que ficarão fora do teto de gastos e da meta de resultados fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2022, com isso houve um aumento da preocupação do mercado com relação ao controle fiscal apresentado pelo governo.

A bolsa de valores brasileira apresentou bastante volatilidade em 2022. Porém, o Ibovespa encerrou o ano com alta acumulada de 4,69%.

Um dos principais acontecimentos de 2022 foi a eleição, que trouxe instabilidade para o mercado, tendo em vista que a votação foi acirrada. Além disso, os discursos pós-resultados, incluindo as nomeações dos novos ministros, agitaram o mercado.

Foi divulgada a PEC da Transição, que permite ao governo Lula aumentar em R\$ 145 bilhões o teto de gastos no Orçamento de 2023 com o objetivo de bancar algumas despesas, como o Bolsa Família, o Auxílio Gás, a Farmácia Popular e outras políticas públicas. Entretanto, a PEC trouxe aumento do risco fiscal ao Brasil e, conseqüentemente, fuga do capital estrangeiro. Como resultado, o Ibovespa apresentou queda. A balança comercial apresentou superávit de US\$ 62,31 bilhões em 2022, sendo o maior valor desde que a série foi iniciada em 1989.

### **Política de Investimentos**

Atendendo à Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 4.963, de 25 de novembro de 2021, o Comitê de Investimentos e a Diretoria Executiva do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE CONCEIÇÃO DA BARRA - PREVICOB, elaborou sua Política de Investimentos para o exercício de 2022, devidamente analisada e aprovada por seu órgão superior competente Conselho Administrativo.

A elaboração da Política de Investimentos representa uma formalidade legal que fundamentam e norteiam todos os processos de tomadas de decisões relativos aos investimentos dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, empregada como instrumento necessário para garantir a consistência da gestão dos recursos em busca do equilíbrio econômico-financeiro.

Os fundamentos para a elaboração da presente Política de Investimentos estão centrados em critérios técnicos de grande relevância. Ressalta-se que o principal a ser observado, para que se trabalhe com parâmetros sólidos, é aquele referente à análise do fluxo de caixa atuarial do PREVICOB, ou seja, o equilíbrio entre ativo e passivo, levando-se em consideração as reservas técnicas atuariais (ativos) e as reservas matemáticas (passivo) projetadas pelo cálculo atuarial.

A atual Política de Investimentos tem como objetivo estabelecer as diretrizes das aplicações dos recursos garantidores dos pagamentos dos segurados e beneficiários do regime, visando atingir a meta atuarial definida para garantir a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro e atuarial, tendo sempre presentes os princípios da boa governança, da segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência.

A Política de Investimentos tem ainda, como objetivo específico, zelar pela eficiência na condução das operações relativas às aplicações dos recursos, buscando alocar os investimentos em instituições que possuam as seguintes características: **padrão ético de conduta, solidez patrimonial, histórico e experiência positiva, com reputação considerada ilibada no exercício da atividade de administração e gestão de grandes volumes de recursos e em ativos com adequada relação risco x retorno.**

Para cumprimento do objetivo específico e considerando as perspectivas do cenário econômico, a Política de Investimentos estabelece o plano de contingência, os parâmetros, as metodologias, os critérios, as modalidades e os limites legais e operacionais, buscando a mais adequada alocação dos ativos, à vista do perfil do passivo no curto, médio e longo prazo, atendendo aos requisitos da Resolução CMN nº 4.963/2021.

### **Metodologia e Critérios de Avaliação de Riscos**

O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE CONCEIÇÃO DA BARRA – PREVICOB utiliza critérios pré-definidos pela Política de Investimentos do exercício corrente para determinar e avaliar os riscos dos investimentos estruturados. A escala de ratings dada pelas agências de risco é um dos critérios. O patrimônio do fundo, a volatilidade, sua relação com o benchmark, a

composição da carteira, seu enquadramento e principalmente seu comportamento ao longo dos períodos.

A estrutura e seriedade dos gestores, administradores e custodiantes, como é a instituição financeira que irá administrar os fundos de investimentos que receberá os recursos previdenciários dos nossos servidores. Os investimentos do INSTITUTO são de longo prazo e necessitam de estabilidade e rentabilidade, porém os gestores dos recursos precisam constantemente prestar contas, no curto prazo. É uma tarefa difícil.

## Análise da Carteira de Investimentos

### Composição da Carteira de Investimentos – Base 12/2022



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE CONCEIÇÃO DA BARRA ES - CONSOLIDADO  
Relatório de Análise, Enquadramentos, Rentabilidade e Risco - 30/12/2022

Carteira consolidada de investimentos - base (Dezembro / 2022)

| Produto / Fundo                                     | Resgate    | Carência      | Saldo         | Particip. S/ Total | Cotistas | % S/ PL do Fundo | Enquadramento                       |
|---|------------|---------------|---------------|--------------------|----------|------------------|-------------------------------------|
| BANESTES IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA       | D+0        | Não há        | 263.436,12    | 0,50%              | 31       | 0,16%            | Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b '   |
| BANESTES IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA     | D+1        | Não há        | 2.534.867,65  | 4,79%              | 20       | 0,73%            | Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b '   |
| BB AUTOMÁTICO FIC RENDA FIXA CURTO PRAZO            | D+0        | Não há        | 5.361.927,66  | 10,13%             | 70.791   | 0,00%            | Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b '   |
| BB IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVL... | D+2        | Não há        | 725.129,38    | 1,37%              | 213      | 0,09%            | Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b '   |
| BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVL... | D+0        | Não há        | 11.597.888,76 | 21,91%             | 1.114    | 0,18%            | Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b '   |
| BB IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDEN... | D+1        | Não há        | 4.626.615,03  | 8,74%              | 478      | 0,12%            | Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b '   |
| BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA FI RENDA FIXA PREVIDENC... | D+0        | 16/05/2023    | 3.538.080,23  | 6,68%              | 356      | 0,09%            | Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b '   |
| CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC RENDA FIXA        | D+0        | Não há        | 18.574,78     | 0,04%              | 324      | 0,00%            | Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b '   |
| CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RENDA FIXA      | D+0        | Não há        | 1.616.298,79  | 3,43%              | 810      | 0,03%            | Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b '   |
| CAIXA BRASIL IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA ... | D+0        | Não há        | 581.630,16    | 1,10%              | 248      | 0,05%            | Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b '   |
| CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIX... | D+0        | Não há        | 245.340,88    | 0,48%              | 739      | 0,01%            | Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b '   |
| CAIXA BRASIL IRF-M 1+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA ... | D+0        | Não há        | 2.113.602,19  | 3,99%              | 202      | 0,13%            | Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b '   |
| BANESTES INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA                | D+0        | Não há        | 263.888,78    | 0,50%              | 77       | 0,15%            | Artigo 7º, Inciso III, Alínea ' a ' |
| BANESTES INVEST PUBLIC AUTOMÁTICO FI RENDA FIXA ... | D+0        | Não há        | 236.170,88    | 0,45%              | 1.934    | 0,01%            | Artigo 7º, Inciso III, Alínea ' a ' |
| BANESTES LIQUIDEZ FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI     | D+0        | Não há        | 7.427.112,22  | 14,03%             | 284      | 0,23%            | Artigo 7º, Inciso III, Alínea ' a ' |
| BANESTES VIP DI FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI      | D+0        | Não há        | 7.379.002,93  | 13,94%             | 2.430    | 2,43%            | Artigo 7º, Inciso III, Alínea ' a ' |
| BB FLUXO FIC RENDA FIXA SIMPLES PREVIDENCIÁRIO      | D+0        | Não há        | 336.779,50    | 0,64%              | 895      | 0,01%            | Artigo 7º, Inciso III, Alínea ' a ' |
| CAIXA BRASIL IBX-50 FI AÇÕES                        | D+4        | Não há        | 3.357.219,67  | 6,34%              | 88       | 0,50%            | Artigo 8º, Inciso I                 |
| CAIXA RIO BRAVO FUNDO DE FUNDOS FII - CXRI11        | Não se ... | Não se aplica | 504.000,00    | 0,95%              |          | 0,51%            | Artigo 11º                          |
| DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS                        | D+0        |               | 0,01          | 0,00%              |          | 0,00%            | DF - Artigo 6º                      |

| Produto / Fundo                                    | Resgate | Carência | Saldo                | Particip. S/ Total | Cotistas | % S/ PL do Fundo | Enquadramento |
|--|---------|----------|----------------------|--------------------|----------|------------------|---------------|
| <b>Total para cálculo dos limites da Resolução</b> |         |          | <b>52.927.565,61</b> |                    |          |                  |               |
| DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS                       |         |          | <b>0,01</b>          |                    |          |                  | Artigo 6º     |
| <b>PL Total</b>                                    |         |          | <b>52.927.565,62</b> |                    |          |                  |               |

A carteira de investimentos do PREVICOB está concentrada, majoritariamente, no segmento de renda fixa, contemplando quase o limite total permitido pela Resolução CMN nº4.963/2022 para o segmento.

A disposição da carteira demonstra uma gestão conservadora, que busca a obtenção ajustada dos investimentos na volatilidade dos fundos de investimentos compostos de títulos públicos, que pode proporcionar resultados no curto prazo, havendo apenas a diligência na mitigação dos riscos em títulos públicos para a obtenção dos retornos. A eficiência transcorre da análise adequada dos ativos que contemplam a carteira de investimentos, bem como os ativos que virão a contemplar, e acompanhamento constante do cenário econômico atual.

O perfil conservador, porém, atento as movimentações do mercado, está presente nos últimos quatro anos consecutivos. A estratégia de manutenção nesta classe de ativos deu-se principalmente em função da redução da taxa de juros básica (SELIC) pelo Banco Central do Brasil ao longo do triênio, chegando a 2,00% ao ano e tendo sua rápida elevação durante o ano de 2022, chegando aos atuais 13,75% ao ano.



Outra característica da carteira de investimentos é a pulverização dos ativos investidos.



Com a pulverização<sup>7</sup> do portfólio, diferentemente da diversificação, contribuiu para que o PREVICOB obtivesse resultado satisfatório em termos de retornos dos investimentos em 2022.

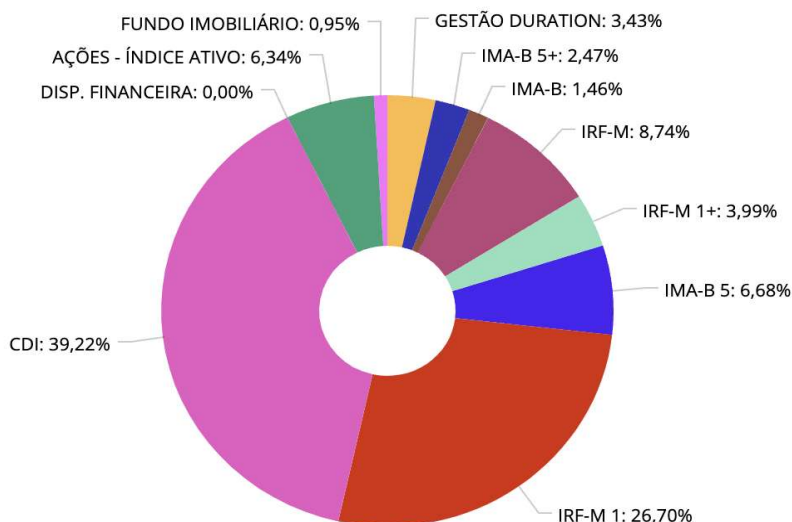
No exercício de 2022, o INSTITUTO manteve seus recursos, majoritariamente, em fundos que aplicam seus recursos em Títulos Públicos Federais (pré e pós-fixados) com diversos vencimentos. Com 65% dos fundos de investimentos que seguem o CDI, a alta taxa de juros básica da economia brasileira favoreceu fortemente o desempenho do portfólio, já que o CDI rentabilizou, em média, 12,27% no acumulado do ano, de janeiro a dezembro. Com a reversão da curva de juros, e consequentemente resultado aquém do esperado nos ativos de renda fixa pré-fixado, o PREVICOB decidiu pela diversificação no segmento de renda variável, de forma contida e sempre com o apoio da Consultoria contratada para dar suporte aos membros do Comitê de Investimentos, com análises prévias dos fundos de investimentos.

| Resumo          |             |        |          |          |          |
|-----------------|-------------|--------|----------|----------|----------|
| Nome            | Retorno (%) |        |          |          |          |
|                 | Mês         | Ano    | 12 meses | 24 meses | 60 meses |
| CDI             | 1,12        | 12,37  | 12,41    | 17,33    | 36,10    |
| IDkA Pré 2 Anos | 1,87        | 8,27   | 8,32     | 4,84     | 42,40    |
| IMA Geral       | 0,77        | 9,66   | 9,71     | 10,82    | 45,27    |
| IMA-B           | -0,19       | 6,37   | 6,42     | 5,27     | 56,20    |
| IMA-B 5         | 0,94        | 9,78   | 9,83     | 15,02    | 54,89    |
| IMA-B 5+        | -1,19       | 3,30   | 3,35     | -3,21    | 54,16    |
| IRF-M           | 1,48        | 8,82   | 8,87     | 6,75     | 41,74    |
| IRF-M 1         | 1,18        | 12,02  | 12,06    | 15,32    | 36,88    |
| IRF-M 1+        | 1,62        | 7,41   | 7,46     | 2,19     | 42,65    |
| Ibovespa        | -2,45       | 4,69   | 4,69     | -8,10    | 45,95    |
| S&P 500         | -7,26       | -24,68 | -24,88   | 3,48     | 124,81   |

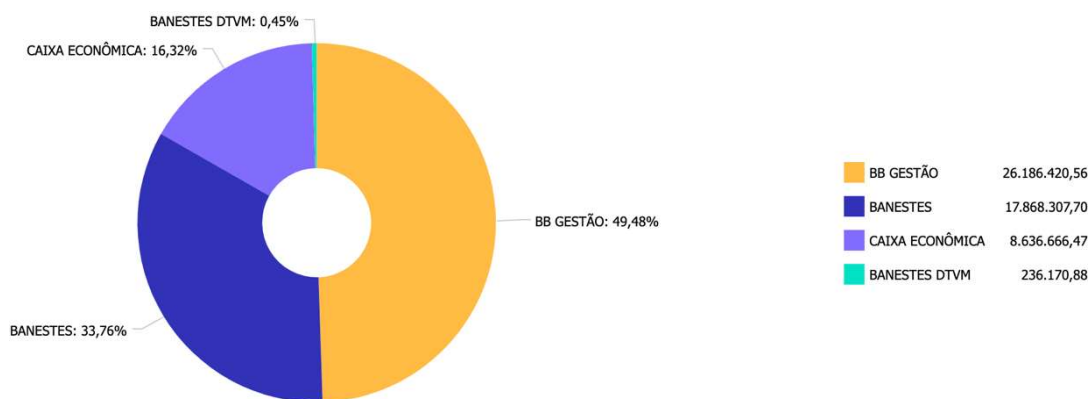
<sup>7</sup> Diversificação é uma técnica de redução de risco a partir da alocação de investimentos entre vários ativos de diferentes categorias. A maioria dos profissionais concorda que apesar desta técnica não prevenir perda, diversificação é o componente principal para atingir objetivos de longo prazo com menor risco. Nem mesmo a melhor análise dos fundamentos de uma empresa e suas demonstrações financeiras podem garantir que ela não seja um mal investimento. A diversificação não impede uma perda, mas pode reduzir seu impacto no portfólio. Com a diversificação é possível maximizar os retornos investindo em ativos que se comportam diferente ao mesmo evento do mercado. Sem isso, não importa quão diversificados sejam seus tipos de ativos, eles podem estar vulneráveis ao mesmo risco. Portanto, é fundamental para os investidores evitar a escolha de investimentos para seus portfólios altamente correlacionados. É importante notar que, dentro das práticas de gerenciamento de portfólio, há uma distinção entre diversificação ingênua e diversificação efetiva (também chamada de diversificação ótima).

## Distribuição dos Ativos

### Por subsegmento



### Por Administrador e por Gestão



Na carteira de investimentos PREVICOB, estão presentes quatro Instituições Financeiras, sendo a maior concentração no BB Gestão de Recursos DTVM e em seguida no Banco do Estado do Espírito Santo – BANESTES, tanto para a Administração quanto para a Gestão dos Recursos, o mesmo acontece com a terceira Instituição Financeira, a CAIXA ECONOMICA FEDERAL. Tal cenário não se trata de

uma situação que se manteve estática ao longo do ano, houve migrações de recursos de acordo com as oportunidades para alcançar melhores resultados;

Todas as instituições financeiras das quais recebem recursos são idôneas e obviamente de baixo risco, além de deterem posições importantes, segundo informações disponibilizadas no site da ANBIMA – Ranking de Administradores e Gestores<sup>8</sup>.

## Rentabilidade

### Rentabilidade da Carteira de Investimentos no exercício de 2022

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE CONCEIÇÃO DA BARRA ES - CONSOLIDADO  
Relatório de Análise, Enquadramentos, Rentabilidade e Risco - Base: 30/12/2022

Retorno e Meta de Rentabilidade acumulados no ano de 2022

| Mês       | Saldo Anterior | Aplicações    | Resgates      | Saldo no Mês  | Retorno     | Retorno Acum | Retorno Mês | Retorno Acum | Meta Mês | Meta Acum | Gap Acum | VaR   |
|-----------|----------------|---------------|---------------|---------------|-------------|--------------|-------------|--------------|----------|-----------|----------|-------|
| Janeiro   | 45.913.470,18  | 2.425.048,70  | 1.788.039,21  | 46.796.323,70 | 245.844,03  | 245.844,03   | 0,53%       | 0,53%        | 0,95%    | 0,95%     | 55,43%   | 1,51% |
| Fevereiro | 46.796.323,70  | 1.224.534,33  | 1.015.528,66  | 47.276.530,14 | 271.200,77  | 517.044,80   | 0,58%       | 1,11%        | 1,39%    | 2,35%     | 47,13%   | 1,23% |
| Março     | 47.276.530,14  | 14.507.697,03 | 14.389.772,91 | 47.871.520,50 | 477.066,24  | 994.111,04   | 1,01%       | 2,13%        | 2,06%    | 4,46%     | 47,70%   | 1,52% |
| Abril     | 47.871.520,50  | 1.664.948,26  | 1.465.971,55  | 48.018.336,08 | -52.161,13  | 941.949,91   | -0,11%      | 2,02%        | 1,44%    | 5,96%     | 33,83%   | 1,15% |
| Mai       | 48.018.336,08  | 1.500.881,99  | 1.425.655,11  | 48.533.463,33 | 439.900,37  | 1.381.850,28 | 0,91%       | 2,95%        | 0,90%    | 6,91%     | 42,65%   | 1,27% |
| Junho     | 48.533.463,33  | 7.018.594,67  | 6.964.629,54  | 48.463.297,83 | -124.130,63 | 1.257.719,65 | -0,26%      | 2,69%        | 1,08%    | 8,07%     | 33,27%   | 1,19% |
| Julho     | 48.463.297,83  | 1.805.241,33  | 1.571.189,24  | 49.231.530,73 | 534.180,81  | 1.791.900,46 | 1,10%       | 3,81%        | -0,27%   | 7,78%     | 49,02%   | 1,05% |
| Agosto    | 49.231.530,73  | 5.544.416,20  | 5.316.758,91  | 50.321.160,19 | 861.972,17  | 2.653.872,63 | 1,74%       | 5,62%        | 0,09%    | 7,87%     | 71,41%   | 1,22% |
| Setembro  | 50.321.160,19  | 1.381.361,41  | 1.252.348,50  | 50.991.272,74 | 541.099,64  | 3.194.972,27 | 1,07%       | 6,75%        | 0,12%    | 8,00%     | 84,42%   | 1,25% |
| Outubro   | 50.991.272,74  | 1.863.351,74  | 1.712.162,36  | 51.895.070,34 | 752.608,22  | 3.947.580,49 | 1,47%       | 8,32%        | 0,98%    | 9,06%     | 91,86%   | 1,42% |
| Novembro  | 51.895.070,34  | 1.992.006,52  | 1.842.367,41  | 52.085.920,27 | 41.210,82   | 3.988.791,31 | 0,08%       | 8,41%        | 0,80%    | 9,94%     | 84,63%   | 1,85% |
| Dezembro  | 52.085.920,27  | 2.757.963,71  | 2.289.045,21  | 52.927.565,61 | 372.726,84  | 4.361.518,15 | 0,71%       | 9,18%        | 1,05%    | 11,09%    | 82,73%   | 1,19% |

O PREVICOB auferiu a critério de rentabilidade, o retorno anualizado de 9,18% frente à meta atuarial IPCA+5,04% de 11,09%, cumprindo 82,73% do resultado esperado.

Quanto ao retorno de rendimentos aquém do esperado no período, não são frutos de má gestão, e sim de momentos atípicos e imprevisíveis promovidos pelo mercado. Pode-se basear em acontecimentos passados, analisar o cenário econômico atual e traçar estratégias com viés racional e histórico, a fim de obter as melhores

<sup>8</sup> Acesso: [http://www.anbima.com.br/pt\\_br/informar/ranking/fundos-de-investimento/gestores.htm](http://www.anbima.com.br/pt_br/informar/ranking/fundos-de-investimento/gestores.htm)

rentabilidades, de acordo com a realidade do mercado. Entretanto, tais medidas não garantem a total proteção das carteiras, principalmente em períodos de crise, e sim retratam estratégias que buscam a mitigação dos riscos sistêmicos aliados à procura de rentabilidade no longo prazo.

No caso concreto a rentabilidade abaixo da meta atuarial é justificada pelos retornos negativos nos meses de abril e de junho de 2022, quando o fundo CAIXA BRASIL IBX-50 FI AÇÕES amargou queda de 8,45%, e 12,79%, respectivamente. Já o seu índice de referência, o IBX-50 apresentou queda de mais de 10% em cada mês naqueles dois meses.

### Evolução do Patrimônio

O retorno aquém da meta atuarial foi ocasionado pelo cenário econômico local e internacional conforme narrado acima.

No entanto, houve uma evolução positiva patrimonial de R\$ 7.014.095,43, no exercício de 2022 e um retorno financeiro de R\$ 4.361.518,15.

Evolução do Patrimônio



A evolução positiva patrimonial, no exercício de 2022, advém de dois principais fatores: retomada do plano de Amortização Atuarial a partir de 2018, com maior grau de maturidade em 2022, perfazendo arrecadação exclusiva de 6.815.276,54 (que deverá manter os mesmos padrões de arrecadação nos exercícios seguintes) e, maior eficiência e eficácia no modelo de investimento dos recursos do PREVICOB contribuíram para que a situação de arrecadação e patrimonial em 2022 tivesse um acréscimo percentual de 15,27%.

### Enquadramento da Carteira de Investimentos / Política de Investimentos

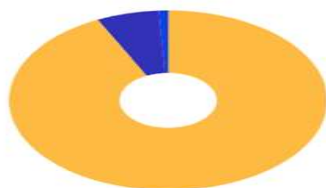
O PREVICOB adotou todas as medidas de proteção e modelos de investimentos de acordo com a Resolução nº 4.963/2021/CMN e, também, com a Política de Investimentos traçada para o ano, concluiu o exercício 2022, com resultados dentro das expectativas do planejamento.

### Enquadramento

| Artigos - Renda Fixa                | Resolução      | Carteira \$          | Carteira      | Estratégia de Alocação - 2022 |               |                | GAP Superior  |
|-------------------------------------|----------------|----------------------|---------------|-------------------------------|---------------|----------------|---------------|
|                                     |                |                      |               | Inf                           | Alvo          | Sup            |               |
| Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' a '   | 100,00%        | 0,00                 | 0,00%         | 0,00%                         | 10,00%        | 100,00%        | 52.927.565,61 |
| Artigo 7º, Inciso I, Alínea ' b '   | 100,00%        | 33.423.391,63        | 63,15%        | 25,00%                        | 34,00%        | 100,00%        | 19.504.173,98 |
| Artigo 7º, Inciso III, Alínea ' a ' | 60,00%         | 15.642.954,31        | 29,56%        | 25,00%                        | 30,00%        | 60,00%         | 16.113.585,06 |
| Artigo 7º, Inciso IV                | 20,00%         | 0,00                 | 0,00%         | 0,00%                         | 0,00%         | 20,00%         | 10.585.513,12 |
| Artigo 7º, Inciso V, Alínea ' a '   | 5,00%          | 0,00                 | 0,00%         | 0,00%                         | 0,00%         | 5,00%          | 2.646.378,28  |
| Artigo 7º, Inciso V, Alínea ' b '   | 5,00%          | 0,00                 | 0,00%         | 0,00%                         | 0,00%         | 5,00%          | 2.646.378,28  |
| <b>Total Renda Fixa</b>             | <b>100,00%</b> | <b>49.066.345,94</b> | <b>92,70%</b> | <b>50,00%</b>                 | <b>74,00%</b> | <b>290,00%</b> |               |

| Artigos - Renda Variável / Estruturado / Imobiliário    | Resolução     | Carteira \$         | Carteira     | Estratégia de Alocação - 2022 |               |               | GAP Superior  |
|---|---------------|---------------------|--------------|-------------------------------|---------------|---------------|---------------|
|   |               |                     |              | Inf                           | Alvo          | Sup           |               |
| Artigo 8º, Inciso I                                     | 30,00%        | 3.357.219,67        | 6,34%        | 5,00%                         | 15,00%        | 30,00%        | 12.521.050,01 |
| Artigo 10º, Inciso I                                    | 10,00%        | 0,00                | 0,00%        | 0,00%                         | 5,00%         | 10,00%        | 5.292.756,56  |
| Artigo 11º  | 5,00%         | 504.000,00          | 0,95%        | 1,00%                         | 1,00%         | 5,00%         | 2.142.378,28  |
| <b>Total Renda Variável / Estruturado / Imobiliário</b> | <b>30,00%</b> | <b>3.861.219,67</b> | <b>7,30%</b> | <b>6,00%</b>                  | <b>21,00%</b> | <b>45,00%</b> |               |

| Artigos - Exterior    | Resolução     | Carteira \$ | Carteira     | Estratégia de Alocação - Limite - 2022 |              |               | GAP Superior |
|-----------------------|---------------|-------------|--------------|--|--------------|---------------|--------------|
|                       |               |             |              | Inferior                               | Alvo         | Superior      |              |
| Artigo 9º, Inciso I   | 10,00%        | 0,00        | 0,00%        | 0,00%                                  | 0,00%        | 10,00%        | 5.292.756,56 |
| Artigo 9º, Inciso II  | 10,00%        | 0,00        | 0,00%        | 0,00%                                  | 0,00%        | 10,00%        | 5.292.756,56 |
| Artigo 9º, Inciso III | 10,00%        | 0,00        | 0,00%        | 0,00%                                  | 5,00%        | 10,00%        | 5.292.756,56 |
| <b>Total Exterior</b> | <b>10,00%</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00%</b> | <b>0,00%</b>                           | <b>5,00%</b> | <b>30,00%</b> |              |



■ RENDA FIXA 49.066.345,94  
■ RENDA VARIÁVEL 3.357.219,67  
■ FUNDO IMOBILIÁRIO 504.000,00

■ 7º I b ■ 7º III a ■ 8º I ■ 11º

## Liquidez

### Liquidez da Carteira de Investimentos Ano 2022

| Finalidade        | Valor R\$                | %           |
|-------------------|--------------------------|-------------|
| Liquidez imediata | R\$ 49.389.485,38        | 93,32%      |
| Acima de D+33     | R\$ 3.538.080,23         | 6,68%       |
| Ilíquidos         | R\$ 0,00                 | 0,00%       |
| <b>Total</b>      | <b>R\$ 52.927.565,61</b> | <b>100%</b> |

A carteira de investimentos possui liquidez imediata de 93,32% para auxílio no cumprimento das obrigações do INSTITUTO.

## Segmento Renda Variável

### Composição do Segmento (Base 12/2022)

| Ativos Renda Variável/Estruturados/Imobiliário | Saldo Anterior      | Aplicações  | Resgates    | Saldo Atual         | Retorno (R\$)      | Retorno (%)   | (%) Instit | Var - Mês    |
|--|---------------------|-------------|-------------|---------------------|--------------------|---------------|------------|--------------|
| CAIXA BRASIL IBX-50 FI AÇÕES                   | 3.442.927,34        | 0,00        | 0,00        | 3.357.219,67        | -85.707,67         | -2,49%        | -2,49%     | 9,28%        |
| CAIXA RIO BRAVO FUNDO DE FUNDOS FII - CXRI11   | 551.840,00          | 0,00        | 0,00        | 504.000,00          | -47.840,00         | -8,67%        | -8,67%     | 14,39%       |
| <b>Total Renda Variável</b>                    | <b>3.994.767,34</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>3.861.219,67</b> | <b>-133.547,67</b> | <b>-3,34%</b> |            | <b>9,94%</b> |

## Segmento Renda Fixa

### Composição do Segmento (Base 12/2022)

| Ativos Renda Fixa                                     | Saldo Anterior       | Aplicações          | Resgates            | Saldo Atual          | Retorno (R\$)     | Retorno (%)  | (%) Instit | Var - Mês    |
|---|----------------------|---------------------|---------------------|----------------------|-------------------|--------------|------------|--------------|
| CAIXA BRASIL IRF-M 1+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FI... | 2.080.913,04         | 0,00                | 0,00                | 2.113.602,19         | 32.689,15         | 1,57%        | 1,57%      | 2,54%        |
| BB IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCI... | 4.561.237,84         | 0,00                | 0,00                | 4.626.615,03         | 65.377,19         | 1,43%        | 1,43%      | 1,73%        |
| BANESTES IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA       | 2.505.240,54         | 0,00                | 0,00                | 2.534.867,65         | 29.627,11         | 1,18%        | 1,18%      | 0,11%        |
| BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDE... | 11.465.226,96        | 0,00                | 0,00                | 11.597.888,76        | 132.661,80        | 1,16%        | 1,16%      | 0,08%        |
| CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RENDA FIXA        | 1.795.839,31         | 0,00                | 0,00                | 1.816.298,79         | 20.459,48         | 1,14%        | 1,14%      | 0,37%        |
| BANESTES LIQUIDEZ FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI       | 7.345.690,86         | 0,00                | 0,00                | 7.427.112,22         | 81.421,36         | 1,11%        | 1,11%      | 0,03%        |
| BANESTES VIP DI FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI        | 7.302.237,25         | 0,00                | 0,00                | 7.379.002,93         | 76.765,68         | 1,05%        | 1,05%      | 0,03%        |
| BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁ... | 3.504.612,34         | 0,00                | 0,00                | 3.538.080,23         | 33.467,89         | 0,95%        | 0,95%      | 0,60%        |
| BB FLUXO FIC RENDA FIXA SIMPLES PREVIDENCIÁRIO        | 382.827,08           | 322,44              | 50.000,00           | 336.779,50           | 3.629,98          | 0,95%        | 1,03%      | 0,00%        |
| BB AUTOMÁTICO FIC RENDA FIXA CURTO PRAZO              | 4.619.269,24         | 2.096.178,60        | 1.398.424,41        | 5.361.927,66         | 44.904,23         | 0,67%        | 0,89%      | 0,01%        |
| BB AUTOMÁTICO SETOR PÚBLICO FIC RENDA FIXA CURTO P... | 4.742,29             | 0,00                | 4.771,52            | 0,00                 | 29,23             | 0,62%        | 0,96%      | 0,00%        |
| BANESTES INVEST PUBLIC AUTOMÁTICO FI RENDA FIXA CP    | 311.234,36           | 397.062,67          | 474.381,29          | 236.170,88           | 2.255,14          | 0,32%        | 0,86%      | 0,00%        |
| CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC RENDA FIXA          | 115.086,97           | 264.400,00          | 361.467,99          | 18.574,78            | 555,80            | 0,15%        | 0,96%      | 0,00%        |
| BANESTES IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA         | 263.788,05           | 0,00                | 0,00                | 263.436,12           | -351,93           | -0,13%       | -0,13%     | 2,48%        |
| CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA ... | 245.923,36           | 0,00                | 0,00                | 245.340,88           | -582,48           | -0,24%       | -0,24%     | 2,52%        |
| BANESTES INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA                  | 264.537,23           | 0,00                | 0,00                | 263.888,78           | -648,45           | -0,25%       | -0,25%     | 2,40%        |
| BB IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDE... | 733.855,76           | 0,00                | 0,00                | 725.129,38           | -8.726,38         | -1,19%       | -1,19%     | 3,82%        |
| CAIXA BRASIL IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FI... | 588.890,45           | 0,00                | 0,00                | 581.630,16           | -7.260,29         | -1,23%       | -1,23%     | 3,81%        |
| <b>Total Renda Fixa</b>                               | <b>48.091.152,93</b> | <b>2.757.963,71</b> | <b>2.289.045,21</b> | <b>49.066.345,94</b> | <b>506.274,51</b> | <b>1,04%</b> |            | <b>0,50%</b> |

## Risco e Retorno

A relação risco-retorno faz parte da rotina do investidor, em proporções previsíveis: quanto maior o risco, maior o retorno esperado. Os grandes riscos estão correlacionados com os grandes retornos e vice-versa. O gráfico a seguir demonstra o comportamento dos fundos perante o Risco de Mercado<sup>9</sup>, durante o período de 12 (doze) meses.

<sup>9</sup> Risco de Mercado: origina-se da variação no valor dos ativos causada pelas incertezas acerca das mudanças nos preços e taxas de mercado (estando aí incluso juros, ações, cotações de moedas estrangeiras e preços de commodities), mudanças na correlação (interação) entre eles e nas suas volatilidades.

| Nome  | Retorno (%) |        |          |          |          | VaR    | Volatilidade |
|---|-------------|--------|----------|----------|----------|--------|--------------|
|   | Mês         | Ano    | 06 meses | 12 meses | 03 meses |        |              |
| BANESTES IMA-B FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO               | 0,07        | -7,16  | -3,81    | -7,01    | 0,08     | 3,88%  | 8,17%        |
| BANESTES INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA                      | 0,43        | -5,86  | -2,09    | -5,66    | 1,09     | 3,88%  | 8,18%        |
| BANESTES INVESTIDOR AUTOMÁTICO FI RENDA FIXA CURTO PRAZO  | 0,53        | 2,33   | 1,87     | 2,33     | 1,22     | 0,05%  | 0,11%        |
| BANESTES LIQUIDEZ FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI           | 0,79        | 5,50   | 3,54     | 5,52     | 1,99     | 0,12%  | 0,26%        |
| BANESTES REFERENCIAL IRF-M 1 FI RENDA FIXA                | 0,79        | 1,81   | 2,18     | 1,82     | 1,53     | 0,42%  | 0,88%        |
| BANESTES VIP DI FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI            | 0,73        | 5,05   | 3,20     | 5,06     | 1,83     | 0,16%  | 0,35%        |
| BB AUTOMÁTICO SETOR PÚBLICO FIC RENDA FIXA CURTO PRAZO    | 0,59        | 2,51   | 2,09     | 2,52     | 1,36     | 0,06%  | 0,13%        |
| BB FLUXO FIC RENDA FIXA SIMPLES PREVIDENCIÁRIO            | 0,67        | 3,27   | 2,47     | 3,27     | 1,58     | 0,06%  | 0,13%        |
| BB IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO | -0,33       | -6,78  | -4,71    | -6,72    | 0,01     | 4,30%  | 9,05%        |
| BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO | 0,84        | 2,64   | 1,94     | 2,65     | 1,10     | 0,30%  | 0,64%        |
| BB IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO    | 1,88        | -2,28  | -0,54    | -2,27    | 0,93     | 1,67%  | 3,51%        |
| CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC RENDA FIXA              | 0,63        | 3,29   | 2,39     | 3,29     | 1,49     | 0,06%  | 0,12%        |
| CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RENDA FIXA            | 0,83        | -0,11  | -0,83    | -0,08    | 1,07     | 1,10%  | 2,32%        |
| CAIXA BRASIL IBX-50 FI AÇÕES                              | 3,82        | -11,29 | -19,69   | -11,29   | -5,58    | 9,93%  | 20,90%       |
| CAIXA BRASIL IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP   | -0,34       | -7,00  | -4,91    | -6,94    | -0,14    | 4,27%  | 8,99%        |
| CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP      | 0,21        | -1,53  | -1,02    | -1,47    | 1,00     | 2,73%  | 5,76%        |
| CAIXA BRASIL IRF-M 1+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP   | 2,27        | -5,31  | -1,85    | -5,30    | 0,86     | 2,41%  | 5,08%        |
| CAIXA RIO BRAVO FUNDO DE FUNDOS FII - CXRI11              | 1,02        | -46,52 | -11,96   | -46,52   | -3,40    | 10,81% | 22,77%       |

| Nome  | dez/21 | nov/21 | out/21 | set/21 | ago/21 | jul/21 | jun/21 | mai/21 | abr/21 | mar/21 | fev/21 | jan/21 |
|---|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| BANESTES IMA-B FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO               | 0,07   | 3,24   | -3,13  | -0,87  | -1,95  | -0,72  | 0,74   | 1,14   | 0,75   | -1,53  | -2,46  | -2,48  |
| BANESTES INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA                      | 0,43   | 3,17   | -2,43  | -0,60  | -1,65  | -0,56  | 0,61   | 1,29   | 1,32   | -1,88  | -2,62  | -2,89  |
| BANESTES INVESTIDOR AUTOMÁTICO FI RENDA FIXA CURTO PRAZO  | 0,53   | 0,39   | 0,30   | 0,25   | 0,23   | 0,17   | 0,16   | 0,13   | 0,07   | 0,04   | 0,01   | 0,01   |
| BANESTES LIQUIDEZ FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI           | 0,79   | 0,67   | 0,52   | 0,61   | 0,43   | 0,50   | 0,37   | 0,35   | 0,27   | 0,41   | 0,26   | 0,21   |
| BANESTES REFERENCIAL IRF-M 1 FI RENDA FIXA                | 0,79   | 0,59   | 0,14   | 0,33   | 0,27   | 0,07   | 0,08   | 0,10   | 0,38   | -0,26  | -0,27  | -0,43  |
| BANESTES VIP DI FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI            | 0,73   | 0,62   | 0,46   | 0,56   | 0,37   | 0,44   | 0,32   | 0,29   | 0,21   | 0,57   | 0,21   | 0,15   |
| BB AUTOMÁTICO SETOR PÚBLICO FIC RENDA FIXA CURTO PRAZO    | 0,59   | 0,44   | 0,33   | 0,28   | 0,26   | 0,20   | 0,16   | 0,12   | 0,07   | 0,04   | 0,01   | 0,01   |
| BB FLUXO FIC RENDA FIXA SIMPLES PREVIDENCIÁRIO            | 0,67   | 0,51   | 0,40   | 0,35   | 0,30   | 0,25   | 0,22   | 0,19   | 0,11   | 0,10   | 0,05   | 0,08   |
| BB IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO | -0,33  | 4,44   | -3,93  | -1,30  | -2,24  | -0,78  | 0,77   | 1,35   | 0,48   | -1,19  | -2,32  | -1,70  |
| BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO | 0,84   | 0,77   | -0,52  | 0,37   | 0,33   | 0,16   | 0,18   | 0,18   | 0,24   | 0,02   | 0,00   | 0,03   |
| BB IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO    | 1,88   | 1,80   | -2,68  | -0,38  | -0,65  | -0,50  | 0,17   | 0,16   | 0,81   | -0,85  | -1,19  | -0,80  |
| CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC RENDA FIXA              | 0,63   | 0,47   | 0,38   | 0,33   | 0,32   | 0,26   | 0,24   | 0,20   | 0,14   | 0,12   | 0,07   | 0,08   |
| CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RENDA FIXA            | 0,83   | 0,91   | -0,66  | 0,35   | -1,45  | -0,78  | 0,00   | 0,24   | 0,66   | 0,30   | -0,51  | 0,03   |
| CAIXA BRASIL IBX-50 FI AÇÕES                              | 3,82   | -2,58  | -6,64  | -7,25  | -4,05  | -3,74  | 0,57   | 6,33   | 3,35   | 5,92   | -3,54  | -2,87  |
| CAIXA BRASIL IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP   | -0,34  | 4,35   | -3,98  | -1,27  | -2,36  | -0,76  | 0,77   | 1,39   | 0,45   | -1,20  | -2,35  | -1,70  |
| CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP      | 0,21   | 3,44   | -2,56  | -0,16  | -1,14  | -0,40  | 0,40   | 1,04   | 0,63   | -0,47  | -1,54  | -0,87  |
| CAIXA BRASIL IRF-M 1+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP   | 2,27   | 2,19   | -3,49  | -0,78  | -1,16  | -0,87  | 0,17   | 0,15   | 1,11   | -1,49  | -1,99  | -1,39  |
| CAIXA RIO BRAVO FUNDO DE FUNDOS FII - CXRI11              | 1,02   | -3,59  | -0,82  | -1,41  | -0,41  | -10,98 | -8,03  | -2,98  | -3,95  | 2,13   | -13,66 | -16,19 |
| CDI   | 0,76   | 0,59   | 0,48   | 0,44   | 0,42   | 0,36   | 0,30   | 0,27   | 0,21   | 0,20   | 0,13   | 0,15   |



## Retorno dos Investimentos nos Últimos Anos

### 2017

| Mês              | Saldo Anterior | Aplicações   | Resgates     | Saldo Atual   | Retorno (\$) | Retorno (%) | Meta (%) | Gap (%) | VaR (%) |
|------------------|----------------|--------------|--------------|---------------|--------------|-------------|----------|---------|---------|
| Janeiro          | 33.442.231,15  | 496.366,32   | 335.749,99   | 34.087.769,64 | 484.922,16   | 1,44%       | 0,93%    | 154,82% | 1,63%   |
| Fevereiro        | 34.087.769,64  | 333.039,65   | 282.784,80   | 34.884.760,72 | 746.736,23   | 2,19%       | 0,66%    | 332,39% | 0,96%   |
| Março            | 34.884.760,72  | 700.704,20   | 1.563.818,94 | 34.331.122,78 | 309.476,80   | 0,89%       | 0,85%    | 103,77% | 1,24%   |
| Abril            | 34.331.122,78  | 1.009.526,01 | 542.586,39   | 34.880.173,14 | 82.110,74    | 0,24%       | 0,50%    | 47,44%  | 1,01%   |
| Mai              | 34.880.173,14  | 382.270,48   | 479.593,21   | 34.793.152,03 | 10.301,62    | 0,03%       | 0,87%    | 3,39%   | 5,11%   |
| Junho            | 34.793.152,03  | 752.030,75   | 840.911,82   | 35.000.911,30 | 296.640,34   | 0,85%       | 0,19%    | 460,12% | 1,14%   |
| Julho            | 35.000.911,30  | 350.299,12   | 505.156,65   | 35.533.370,02 | 687.316,25   | 1,96%       | 0,66%    | 298,63% | 1,20%   |
| Agosto           | 35.533.370,02  | 413.813,54   | 551.450,39   | 35.664.776,51 | 269.043,34   | 0,76%       | 0,50%    | 150,51% | 0,95%   |
| Setembro         | 35.664.776,51  | 1.399.041,72 | 1.414.605,64 | 36.121.150,23 | 471.937,64   | 1,32%       | 0,44%    | 298,41% | 0,83%   |
| Outubro          | 36.121.150,23  | 439.183,48   | 648.842,97   | 35.985.094,72 | 73.603,98    | 0,20%       | 0,86%    | 23,73%  | 1,07%   |
| Novembro         | 35.985.094,72  | 419.400,29   | 596.656,89   | 35.804.873,72 | -2.964,40    | -0,01%      | 0,64%    | -1,29%  | 0,92%   |
| Dezembro         | 35.804.873,72  | 348.758,14   | 692.456,44   | 35.694.657,30 | 233.481,88   | 0,65%       | 0,72%    | 89,98%  | 0,72%   |
| Acumulado no ano |                |              |              |               | 3.662.606,58 | 11,02%      | 8,11%    | 135,85% |         |

Em 2017, a carteira de ativos estava distribuída em fundos cuja composição buscavam os índices referenciados da ANBIMA, sendo que 44% eram atrelados ao IRF-M1, 24% IMA-B e 25% em CDI. O saldo ficou em fundos estruturados, de baixa liquidez. A rentabilidade auferida foi de 11,02%. Já a Meta Atuarial, em igual período atingiu 8,11%, o PREVICOB, alcançou, portanto 135% da meta estabelecida.

### 2018

| Mês       | Saldo Anterior | Aplicações   | Resgates      | Saldo no Mês  | Retorno     | Retorno Acum | Retorno Mês | Retorno Acum | Meta Mês | Meta Acum | Gap Acum | VaR   |
|-----------|----------------|--------------|---------------|---------------|-------------|--------------|-------------|--------------|----------|-----------|----------|-------|
| Janeiro   | 35.694.657,30  | 909.470,61   | 1.144.966,93  | 36.041.674,15 | 582.513,17  | 582.513,17   | 1,63%       | 1,63%        | 0,80%    | 0,80%     | 203,62%  | 0,88% |
| Fevereiro | 36.041.674,15  | 254.560,58   | 350.468,48    | 36.136.338,87 | 190.572,62  | 773.085,79   | 0,53%       | 2,17%        | 0,74%    | 1,55%     | 140,34%  | 0,91% |
| Março     | 36.136.338,87  | 459.840,83   | 491.262,63    | 36.347.718,73 | 242.801,66  | 1.015.887,45 | 0,67%       | 2,86%        | 0,58%    | 2,13%     | 133,95%  | 0,72% |
| Abril     | 36.347.718,73  | 354.914,35   | 606.846,70    | 36.162.642,31 | 66.855,93   | 1.082.743,38 | 0,18%       | 3,04%        | 0,71%    | 2,85%     | 106,66%  | 0,76% |
| Mai       | 36.162.642,31  | 216.594,83   | 522.182,82    | 35.539.283,38 | -317.770,94 | 764.972,44   | -0,88%      | 2,14%        | 0,89%    | 3,77%     | 56,77%   | 1,42% |
| Junho     | 35.539.283,38  | 289.748,73   | 559.553,76    | 35.227.936,54 | -41.541,81  | 723.430,63   | -0,12%      | 2,02%        | 1,75%    | 5,59%     | 36,15%   | 1,64% |
| Julho     | 35.227.936,54  | 289.842,24   | 630.543,47    | 35.317.323,59 | 430.088,28  | 1.153.518,91 | 1,22%       | 3,27%        | 0,84%    | 6,48%     | 50,42%   | 0,85% |
| Agosto    | 35.317.323,59  | 350.577,29   | 618.479,25    | 35.062.070,28 | 12.648,65   | 1.166.167,56 | 0,04%       | 3,30%        | 0,44%    | 6,95%     | 47,53%   | 1,21% |
| Setembro  | 35.062.070,28  | 387.332,74   | 568.164,67    | 35.027.635,77 | 146.397,42  | 1.312.564,98 | 0,42%       | 3,73%        | 0,92%    | 7,93%     | 47,06%   | 0,87% |
| Outubro   | 35.027.635,77  | 472.152,06   | 536.795,31    | 35.780.767,59 | 817.775,07  | 2.130.340,05 | 2,33%       | 6,16%        | 0,96%    | 8,97%     | 68,60%   | 1,31% |
| Novembro  | 35.780.767,59  | 374.389,02   | 575.419,24    | 35.834.563,54 | 254.826,17  | 2.385.166,22 | 0,71%       | 6,91%        | 0,25%    | 9,25%     | 74,74%   | 0,71% |
| Dezembro  | 35.834.563,54  | 9.922.444,09 | 10.136.178,43 | 35.960.953,34 | 340.124,14  | 2.725.290,36 | 0,95%       | 7,93%        | 0,61%    | 9,92%     | 79,91%   | 0,76% |

Em 2018, o padrão não foi muito diferente dos últimos anos em termos de disposição de ativos no portfólio. No entanto, os gestores optaram por elevar o conservadorismo, já que o mercado financeiro, àquela época ainda estava muito volátil. Os fundos cujas carteiras são atreladas aos títulos de curto e curtíssimos prazos foram destaques no portfólio, com 74% do patrimônio líquido do INSTITUTO, distribuídos em IRF-M1, IRF-M e CDI. O saldo ficou aplicado em fundos IMA-B (prazo médio de vencimento das curvas de juros) e fundos ilíquidos (FII e Crédito Privado). A rentabilidade foi de 7,93%, contra a meta atuarial 9,92%. O Ano de 2018 foi marcado pela paralisação dos caminhoneiros, que impactou fortemente a inflação brasileira.

## 2019

| Mês       | Saldo Anterior | Aplicações    | Resgates      | Saldo no Mês  | Retorno      | Retorno Acum | Retorno Mês | Retorno Acum | Meta Mês | Meta Acum | Gap Acum | VaR   |
|-----------|----------------|---------------|---------------|---------------|--------------|--------------|-------------|--------------|----------|-----------|----------|-------|
| Janeiro   | 35.960.953,34  | 406.682,26    | 669.600,17    | 36.329.454,05 | 631.418,62   | 631.418,62   | 1,76%       | 1,76%        | 0,83%    | 0,83%     | 211,13%  | 1,03% |
| Fevereiro | 36.329.454,05  | 957.814,49    | 980.514,17    | 36.478.731,79 | 171.977,42   | 803.396,04   | 0,47%       | 2,24%        | 0,90%    | 1,73%     | 129,00%  | 1,03% |
| Março     | 36.478.731,79  | 4.370.867,42  | 4.507.104,22  | 36.516.012,59 | 173.517,60   | 976.913,64   | 0,48%       | 2,72%        | 1,19%    | 2,95%     | 92,37%   | 1,97% |
| Abril     | 36.516.012,59  | 623.829,09    | 784.871,12    | 36.587.416,93 | 232.446,37   | 1.209.360,01 | 0,64%       | 3,38%        | 1,06%    | 4,04%     | 83,61%   | 0,90% |
| Mai       | 36.587.416,93  | 9.382.430,50  | 9.457.335,46  | 37.425.652,25 | 913.140,28   | 2.122.500,29 | 2,50%       | 5,96%        | 0,64%    | 4,71%     | 126,60%  | 1,62% |
| Junho     | 37.425.652,25  | 3.177.762,30  | 3.478.890,65  | 38.292.122,61 | 1.167.598,71 | 3.290.099,00 | 3,12%       | 9,26%        | 0,45%    | 5,18%     | 178,91%  | 1,95% |
| Julho     | 38.292.122,61  | 704.143,24    | 741.596,42    | 38.828.369,14 | 573.699,71   | 3.863.798,71 | 1,50%       | 10,90%       | 0,72%    | 5,94%     | 183,53%  | 1,29% |
| Agosto    | 38.828.369,14  | 6.633.048,87  | 6.748.024,88  | 38.443.310,08 | -270.083,05  | 3.593.715,66 | -0,70%      | 10,13%       | 0,62%    | 6,60%     | 153,54%  | 2,59% |
| Setembro  | 38.443.310,08  | 81.197.392,23 | 81.465.321,23 | 39.360.658,09 | 1.185.277,01 | 4.778.992,67 | 3,08%       | 13,52%       | 0,45%    | 7,07%     | 191,22%  | 2,23% |
| Outubro   | 39.360.658,09  | 79.305.310,88 | 79.353.743,40 | 40.878.189,08 | 1.565.963,51 | 6.344.956,18 | 3,98%       | 18,04%       | 0,63%    | 7,75%     | 232,74%  | 2,46% |
| Novembro  | 40.878.189,08  | 66.561.739,95 | 66.704.656,16 | 40.348.586,43 | -386.686,44  | 5.958.269,74 | -0,95%      | 16,92%       | 0,98%    | 8,80%     | 192,26%  | 2,27% |
| Dezembro  | 40.348.586,43  | 99.447.921,23 | 99.207.544,41 | 41.708.995,45 | 1.120.032,20 | 7.078.301,94 | 2,76%       | 20,15%       | 1,64%    | 10,59%    | 190,28%  | 3,36% |

Em 2019, o padrão permaneceu igual ao dos últimos anos em termos de disposição de ativos no portfólio. Os gestores mantiveram o conservadorismo. Os fundos cujas carteiras são atreladas aos títulos de curto a longuíssimos prazos foram destaques no portfólio, com quase 100% do patrimônio líquido do PREVICOB, distribuídos em IRF-M1, IRF-M e CDI, IMA-B, etc. A rentabilidade auferida foi de 20,15%. Já a Meta Atuarial, em igual período atingiu 10,59%, o PREVICOB, alcançou, portanto 190,28% da meta estabelecida.

## 2020

| Mês       | Saldo Anterior | Aplicações     | Resgates       | Saldo no Mês  | Retorno (\$) | Retorno Acum (\$) | Retorno Mês (%) | Retorno Acum (%) | Meta Mês(%) | Meta Acum (%) | Gap Acum (%) | VaR (%) |
|-----------|----------------|----------------|----------------|---------------|--------------|-------------------|-----------------|------------------|-------------|---------------|--------------|---------|
| Janeiro   | 41.708.995,45  | 70.282.314,89  | 70.910.071,28  | 41.350.050,74 | 268.811,68   | 268.811,68        | 0,64%           | 0,64%            | 0,71%       | 0,71%         | 90,53%       | 2,67%   |
| Fevereiro | 41.350.050,74  | 81.991.739,49  | 82.008.192,99  | 41.278.277,57 | -55.319,67   | 213.492,01        | -0,13%          | 0,51%            | 0,66%       | 1,38%         | 37,02%       | 2,29%   |
| Março     | 41.278.277,57  | 172.538.259,16 | 172.631.699,95 | 42.808.766,55 | 1.623.929,77 | 1.837.421,78      | 3,93%           | 4,46%            | 0,57%       | 1,96%         | 228,18%      | 11,07%  |
| Abril     | 42.808.766,55  | 33.790.585,62  | 33.846.457,84  | 43.154.591,25 | 201.696,92   | 2.039.118,70      | 0,47%           | 4,95%            | 0,14%       | 2,10%         | 235,59%      | 8,22%   |
| Mai       | 43.154.591,25  | 3.164.640,44   | 3.471.122,34   | 43.393.860,44 | 545.751,09   | 2.584.869,79      | 1,26%           | 6,28%            | 0,07%       | 2,18%         | 288,41%      | 3,43%   |
| Junho     | 43.393.860,44  | 161.885.061,47 | 162.093.888,17 | 44.613.929,27 | 1.428.895,53 | 4.013.765,32      | 3,29%           | 9,78%            | 0,74%       | 2,93%         | 333,44%      | 2,55%   |
| Julho     | 44.613.929,27  | 109.691.745,07 | 109.716.045,24 | 46.810.801,26 | 2.221.172,16 | 6.234.937,48      | 4,98%           | 15,25%           | 0,89%       | 3,85%         | 396,54%      | 2,93%   |
| Agosto    | 46.810.801,26  | 119.244.479,31 | 119.326.245,75 | 46.783.842,41 | 54.807,59    | 6.289.745,07      | 0,12%           | 15,38%           | 0,72%       | 4,59%         | 334,98%      | 2,32%   |
| Setembro  | 46.783.842,41  | 51.332.828,68  | 51.524.017,55  | 46.340.915,46 | -251.738,08  | 6.038.006,99      | -0,54%          | 14,76%           | 1,12%       | 5,76%         | 256,07%      | 1,80%   |
| Outubro   | 46.340.915,46  | 19.176.832,16  | 18.888.498,56  | 46.537.090,18 | -92.158,88   | 5.945.848,11      | -0,20%          | 14,53%           | 1,34%       | 7,18%         | 202,31%      | 3,06%   |
| Novembro  | 46.537.090,18  | 28.376.793,01  | 28.456.517,96  | 46.984.279,79 | 526.914,56   | 6.472.762,67      | 1,13%           | 15,83%           | 1,35%       | 8,63%         | 183,44%      | 3,08%   |
| Dezembro  | 46.984.279,79  | 49.958.015,31  | 49.637.093,02  | 49.650.267,70 | 2.345.065,62 | 8.817.828,29      | 4,96%           | 21,57%           | 1,86%       | 10,65%        | 202,60%      | 2,45%   |

Em 2020, o padrão permaneceu similar ao exercício 2019 em termos de disposição de ativos no portfólio e taxa de retorno. Os gestores mantiveram o conservadorismo. Os fundos cujas carteiras são atreladas aos títulos de curto a longuíssimos prazos foram destaques no portfólio, com quase 100% do patrimônio líquido do PREVICOB, distribuídos em IRF-M1, IRF-M e CDI, IMA-B, etc. A rentabilidade auferida foi de 21,57%. Já a Meta Atuarial, em igual período atingiu 10,65%, o PREVICOB, alcançou, portanto 202,06%, mais que o dobro da meta estabelecida.

## 2021

| Mês       | Saldo Anterior | Aplicações    | Resgates      | Saldo no Mês  | Retorno (\$) | Retorno Acum (\$) | Retorno Mês (%) | Retorno Acum (%) | Meta Mês(%) | Meta Acum (%) | Gap Acum (%) | VaR (%) |
|-----------|----------------|---------------|---------------|---------------|--------------|-------------------|-----------------|------------------|-------------|---------------|--------------|---------|
| Janeiro   | 49.650.267,70  | 79.164.892,79 | 79.719.717,05 | 48.441.661,43 | -653.782,01  | -653.782,01       | -1,32%          | -1,32%           | 0,67%       | 0,67%         | -196,51%     | 3,19%   |
| Fevereiro | 48.441.661,43  | 957.598,49    | 1.013.282,37  | 47.543.115,70 | -842.861,95  | -1.496.643,86     | -1,74%          | -3,03%           | 1,24%       | 1,92%         | -158,12%     | 2,43%   |
| Março     | 47.543.115,70  | 37.246.006,73 | 37.266.278,05 | 47.208.650,63 | -314.193,75  | -1.810.837,61     | -0,66%          | -3,67%           | 1,42%       | 3,36%         | -109,29%     | 3,02%   |
| Abril     | 47.208.650,63  | 1.397.657,28  | 1.467.566,67  | 47.400.321,75 | 261.580,51   | -1.549.257,10     | 0,55%           | -3,14%           | 0,73%       | 4,12%         | -76,29%      | 2,21%   |
| Mai       | 47.400.321,75  | 1.545.926,81  | 1.596.096,17  | 47.640.362,48 | 290.210,09   | -1.259.047,01     | 0,61%           | -2,55%           | 1,27%       | 5,44%         | -46,81%      | 2,13%   |
| Junho     | 47.640.362,48  | 14.708.083,78 | 14.734.311,11 | 47.666.836,34 | 52.701,19    | -1.206.345,82     | 0,11%           | -2,44%           | 0,97%       | 6,47%         | -37,72%      | 2,46%   |
| Julho     | 47.666.836,34  | 872.041,31    | 922.625,39    | 47.205.097,65 | -411.154,61  | -1.617.500,43     | -0,86%          | -3,28%           | 1,43%       | 7,99%         | -41,09%      | 2,52%   |
| Agosto    | 47.205.097,65  | 3.015.480,36  | 3.032.302,49  | 46.514.913,53 | -673.361,99  | -2.290.862,42     | -1,43%          | -4,66%           | 1,34%       | 9,43%         | -49,44%      | 3,54%   |
| Setembro  | 46.514.913,53  | 10.133.433,27 | 10.181.541,47 | 46.077.529,67 | -389.275,86  | -2.680.138,08     | -0,84%          | -5,46%           | 1,61%       | 11,18%        | -48,81%      | 2,29%   |
| Outubro   | 46.077.529,67  | 10.751.279,11 | 10.889.107,70 | 45.051.014,48 | -888.686,80  | -3.568.824,88     | -1,93%          | -7,28%           | 1,67%       | 13,05%        | -55,82%      | 2,40%   |
| Novembro  | 45.051.014,48  | 1.441.403,45  | 1.506.392,88  | 45.552.318,09 | 566.293,04   | -3.002.531,84     | 1,26%           | -6,12%           | 1,37%       | 14,60%        | -41,90%      | 2,05%   |
| Dezembro  | 45.552.318,09  | 1.630.111,95  | 1.711.329,63  | 45.913.470,18 | 442.369,77   | -2.560.161,87     | 0,97%           | -5,21%           | 1,22%       | 15,99%        | -32,55%      | 1,48%   |

Em 2021, o padrão permaneceu similar aos anos anteriores em termos de disposição de ativos no portfólio, porém com taxa de retorno muito aquém do esperado. Os

gestores mantiveram o conservadorismo. Os fundos cujas carteiras são atreladas aos títulos de curto a longuíssimos prazos foram destaques no portfólio, com quase 100% do patrimônio líquido do PREVICOB, distribuídos em IRF-M1, IRF-M e CDI, IMA-B, etc. A rentabilidade auferida foi de (- 5,21%). Já a Meta Atuarial, em igual período atingiu 15,99%, o PREVICOB, não alcançou, ficando, portanto -32,55%, da meta estabelecida.

### **Desempenho dos Investimentos nos Últimos Cinco Anos**

A carteira de investimentos do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE CONCEIÇÃO DA BARRA – PREVICOB se mostra pulverizada com aplicações em diversos fundos de investimentos que aplicam em títulos públicos de vários vértices, principalmente os de médio, longo e longuíssimos prazos, representados pelos subíndices da família IMA.

Embora não seja o suficiente para garantir a não ocorrência de perdas, investir em ativos que reagem de forma equânime ao mesmo evento certamente pode elevar o risco ao investir, no entanto, aqui estamos aplicados no risco soberano, e com as sucessivas quedas na taxa básica de juros, a SELIC, os resultados, exceto o ano de 2021, foram surpreendentes em todos períodos analisados, com destaque para os anos **2019, 2020 e 2022**.

A análise dos pontos abordados no relatório no tocante a investimentos é reforçada na demonstração do ranking do desempenho das aplicações financeiras, comparado com outros RPPS brasileiros de vários portes, mais de 700 usuários da mesma ferramenta utilizada no Instituto, observa-se, na tabela abaixo que o PREVICOB conseguiu aplicar de maneira mais eficiente à carteira no exercício 2022, uma vez que conseguiu restabelecer cenários de retorno na carteira com resultados positivos a exemplo do que ocorreu nos anos anteriores a 2021.

Verifica-se, também, uma mudança consistente no posicionamento no ranking em 2022, ficando em 147º entre os 479 avaliados até o momento, ocorrendo assim uma evolução para melhor em relação ao ano imediatamente anterior em que esteve na posição 479 entre os 679 avaliados, embora não tenha repetido os resultados extraordinários do ano **2020 (3º colocado geral entre os 710 avaliados)**.

| <i>Ano</i> | <i>Meta</i> | <i>Retorno</i> | <i>Retorno/<br/>Meta</i> | <i>Ranking</i> | <i>RPPS<br/>Avaliados</i> |
|------------|-------------|----------------|--------------------------|----------------|---------------------------|
| 2017       | 8,10%       | 11,02%         | 135,85%                  | 376º           | 645                       |
| 2018       | 9,92%       | 7,93%          | 79,91%                   | 324º           | 689                       |
| 2019       | 10,59%      | 20,15%         | 190,28%                  | 10º            | 710                       |
| 2020       | 10,65%      | 21,57%         | 202,60%                  | 3º             | 700                       |
| 2021       | 15,99%      | -5,21%         | -32,55%                  | 479º           | 679                       |
| 2022       | 11,09%      | 9,18%          | 82,73%                   | 147º           | 481                       |

Verifica-se que houve melhoria no posicionamento do ranking em relação ao ano anterior. Sabe-se que o cenário econômico de 2021 mostrou-se bastante instável, tornando assim, árdua a missão de bater meta atuarial para todos RPPS do país, principalmente para àqueles que mantêm as suas carteiras de investimentos posicionadas quase que exclusivamente em renda fixa. Sendo assim, verifica-se que 2021 mostrou-se como um ano completamente fora dos padrões de investimento do PREVUCOB e dos demais Institutos do País, digno de ser riscado das análises estatísticas.

O resultado dos retornos de captação financeira acumulado nos últimos cinco anos foi na ordem de R\$ 24.085.383,45, em valores nominais, sendo 15,21% do valor em 2017, 11,32% em 2018, 29,33% em 2019, 36,61% em 2020, 18,11% em 2022, sendo apenas o ano de 2021 que apresentou resultado negativo em -10,63%, portando, reduzindo parte dos resultados conquistados nos últimos cinco anos. Importante salientar que este resultado considera apenas a rentabilidade dos investimentos, excluindo aqui as novas aplicações e resgates no período.

| <i>Ano</i>   | <i>Valor</i>            | <i>%</i>    |
|--------------|-------------------------|-------------|
| 2017         | R\$3.662.606,58         | 15,21%      |
| 2018         | R\$2.725.290,36         | 11,32%      |
| 2019         | R\$7.078.301,94         | 29,39%      |
| 2020         | R\$8.817.828,29         | 36,61%      |
| 2021         | -R\$2.560.161,87        | -10,63%     |
| 2022         | R\$4.361.518,15         | 18,11%      |
| <b>TOTAL</b> | <b>R\$24.085.383,45</b> | <b>100%</b> |

Ainda, em se tratando do cenário atual, no exercício 2023, o Comitê de Investimentos deverá buscar a diversificação mesmo em títulos públicos, que possa proporcionar a busca por maiores prêmios no curto prazo ou ainda a conservação da posição, não comprometendo a liquidez da carteira de investimentos em honrar seus compromissos.

Assim como a diversificação dos ativos que compõe a carteira de investimentos é de suma importância, e, a compreensão da necessidade da diversificação dos prestadores de serviços ligados aos fundos de investimentos, as instituições financeiras (as que exercem a função de Administração, Gestão e Custódia dos fundos de investimentos).

Este tipo de diversificação minimiza os riscos dos ativos quanto a possíveis imprudências de gestão e/ou administração.

Embora não seja o suficiente para garantir a não ocorrência de perdas, investir em ativos que reagem de forma equânime ao mesmo evento certamente pode elevar o risco ao investir, no entanto, aqui estamos aplicados no risco soberano, e com as sucessivas altas na taxa básica de juros, a SELIC, durante o ano (saindo de 2% ao ano para 9,25% ao ano), o resultado foi aquém do esperado.

Ademais, o Comitê de Investimentos sempre buscará a cautela e acompanhamento a respeito da sugestão da Consultoria contratada e dos diversos meios de obtenção das informações acerca do mercado financeiro, buscando a melhor saída para o retorno das aplicações, em um contexto favorável ao desinvestimento.

## **CONSIDERAÇÕES SOBRE A CARTEIRA DE INVESTIMENTOS**

A carteira de investimentos do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE CONCEIÇÃO DA BARRA – PREVICOB se mostra pulverizada com aplicações em diversos fundos de investimentos que aplicam em títulos públicos de vários vértices, principalmente os de curto prazos, representados pelo CDI e pelo subíndices da família IRF-M1.

Embora não seja o suficiente para garantir a não ocorrência de perdas, investir em ativos que reagem de forma equânime ao mesmo evento certamente pode elevar o risco ao investir, no entanto, aqui estamos aplicados no risco soberano, e com as sucessivas altas na taxa básica de juros, a SELIC, durante o ano, saindo de 9,25% ao ano para 13,75% ao ano, o resultado foi levemente aquém do esperado.

Além do mais, em junho de 2022 o Ibovespa mergulhou nada menos que 11,50%. Isso que em abril já havia caído 10,50%, e em ambas as quedas, os motivos foram a desvalorização nos preços de commodities importantes e aos sucessivos lockdowns adotados pelo governo chinês.

O Comitê de Investimentos continua buscando a cautela e acompanhamento a respeito da sugestão da Consultoria contratada e dos diversos meios de obtenção das informações acerca do mercado financeiro, buscando a melhor saída para o retorno das aplicações, em um contexto favorável ao desinvestimento.

Por fim, o Comitê de Investimento manteve neste exercício 2022 a diversificação em um grau baixo, mesmo contemplando fundos de investimentos imobiliários e de ações, sendo sabedores que a diversificação é uma técnica que permite reduzir os riscos através da alocação em fundos de investimentos de vários vértices e ativos, principalmente os de crédito, tornando-se uma importante ferramenta para maximizar o retorno correndo menos riscos, mas durante todo o exercício foi unanime entre os membros que enquanto o risco apresentado pelos investimentos se mostrarem elevados, a preservação do patrimônio terá prioridade, em detrimento ao atingimento da meta atuarial.



## DA GESTÃO ATUARIAL

### Apresentação

A Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios Previdenciários de Regime Próprio de Previdência Social do Município de Conceição da Barra, além de ser uma exigência legal, prevista na Lei nº. 2.499/2005 e na Portaria nº. 1.467/22, é essencial para a organização e revisão dos planos de custeio e de benefícios, no sentido de manter ou atingir o equilíbrio financeiro e atuarial.

### Base de Dados e Estatísticas

As bases de dados apresentadas pelos órgãos responsáveis da administração do Município e pelo próprio RPPS do Município de Conceição da Barra possuem qualidade satisfatória para a realização do cálculo atuarial, sendo que algumas informações foram estimadas dentro dos princípios atuariais mais conservadores.

Cabe ressaltar a existência de um grupo de inativos mantido pelo tesouro.

### Constituição da massa de servidores dos quatro últimos exercícios:

| Constituição           | Dez/19 | Dez/20 | Dez/21 | Dez/22 |
|------------------------|--------|--------|--------|--------|
| Ativos                 | 695    | 605    | 603    | 715    |
| Inativos               | 246    | 306    | 308    | 290    |
| Inativos – Tesouro     | 45     | 37     | 37     | 36     |
| Pensionistas           | 38     | 39     | 39     | 36     |
| Pensionistas – Tesouro | 23     | 32     | 32     | 35     |

### Custo Normal

O Custo Normal do Plano corresponde ao somatório dos valores necessários para a formação das reservas para o pagamento de aposentadorias programadas, dos benefícios de risco (pensão por morte de servidores ativos e aposentadoria por invalidez) adicionado à Taxa de Administração. Como o próprio nome diz, os valores

do Custo Normal Anual correspondem ao valor que manterá o Plano equilibrado durante um ano, a partir da data da avaliação atuarial.

As alíquotas de contribuição normal em exercício no RPPS do Município de Conceição da Barra, estabelecidas pela Lei Complementar 10/2006 e alterada pela Lei Complementar 23/2011 e pela Lei Complementar 059/2020, se distribui da seguinte forma:

- O produto de arrecadação referente às contribuições de caráter compulsório, dos servidores ativos de qualquer dos Poderes do Município, suas Autarquias e Fundações será 14,00% (quatorze por cento) sobre a remuneração de contribuição; (Alterada pela Lei complementar 059/2020).

- O produto de arrecadação referente às contribuições dos aposentados e pensionistas de qualquer dos Poderes do Município, suas Autarquias e Fundações será de 14,00% (quatorze por cento), incidentes sobre a parcela dos benefícios que ultrapasse o teto do Regime Geral, conforme trata o art. 201 da Constituição Federal; (Alterada pela Lei complementar 059/2020).

- O produto de arrecadação referente à contribuição do Município, suas Autarquias e Fundações corresponderá a 14,55%<sup>10</sup> (quatorze vírgula cinquenta e cinco por cento) da totalidade da remuneração de contribuição dos segurados em atividade; (Alterada

---

<sup>10</sup> Em relação à alíquota patronal ficou apurado no último Calculo Atuarial, definido pela Diretoria Executiva, aprovado pelo Conselho Administrativo e transformado em minuta de Projeto de Lei enviado ao Executivo para análise e envio ao Legislativo para ser aprovado e implementado através de Lei a seguinte mudança:

- O produto de arrecadação referente à contribuição do Município, suas Autarquias e Fundações corresponderá a 22,00% (vinte e dois por cento) da totalidade da remuneração de contribuição. Dos segurados em atividade; (Não implementado em legislação ainda, medida exigida pelo TCE-ES para atendimento da questão da cobertura de folha de inativos).

pela Lei complementar 23/2011 e ainda vigente até o momento de envio da PCA2022).

### **Patrimônio do Plano**

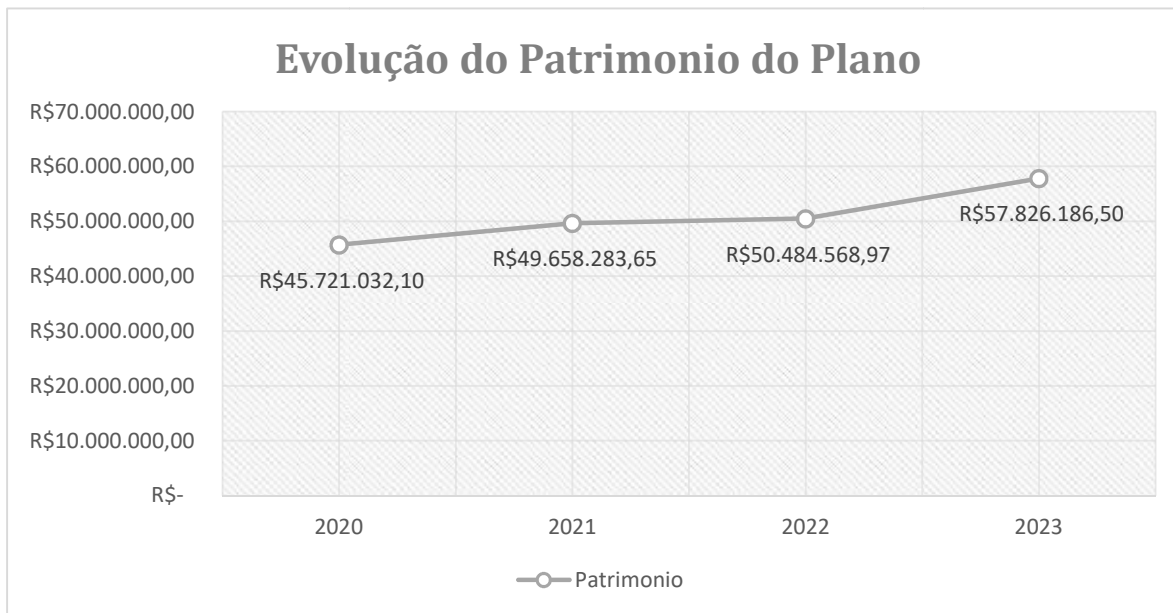
Entende-se por ativos garantidores o montante dos recursos já acumulados pelo RPPS, garantidores dos benefícios previdenciários. Na Avaliação Atuarial referente ao exercício 2023 foi informado o valor de R\$ 53.084.766,02 (cinquenta e três milhões, oitenta e quatro mil, setecentos e sessenta e seis reais e dois centavos) como o somatório dos bens vinculados ao Plano, posicionado em 31/12/2022 e, em consonância, com o Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR, relativo ao mês de dezembro do exercício anterior ao da realização da avaliação atuarial.

Somando-se aos ativos garantidores do RPPS, considerou-se o total dos saldos devedores dos Termos de Parcelamentos celebrados entre a Prefeitura Municipal de Conceição da Barra e o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Conceição da Barra, posicionados em 31/12/2022, equivalente ao montante de R\$ 4.741.420,48 (quatro milhões setecentos e quarenta e um mil, quatrocentos e vinte reais e quarenta e oito centavos).

Dando o total de R\$ 57.826.186,50 (cinquenta e sete milhões, oitocentos e vinte e seis mil, cento e vinte e seis reais e cinquenta centavos) de patrimônio do plano.

O referido patrimônio será comparado às provisões matemáticas para se apurar o resultado técnico do Plano. Entende-se por provisão matemática o montante calculado atuarialmente, em determinada data, que expressa, em valor presente, o total dos recursos necessários ao pagamento dos compromissos do plano de benefícios ao longo do tempo, considerando também as contribuições futuras.

Nos 4 (quatro) últimos exercícios foi possível observar um crescimento do Patrimônio do Plano como era esperado devido ao acúmulo de bens e recursos:



O Crescimento percentual do Patrimônio nos 4 (quatro) últimos exercícios se mantiveram entre 2% (dois por cento) e 15% (onze por cento), de forma crescente, obtendo média de 10% ao ano.

| Ano  | Patrimônio    | Aumento (%) |
|------|---------------|-------------|
| 2016 | 32.942.311,22 | -           |
| 2017 | 33.842.915,78 | 3%          |
| 2018 | 35.595.233,96 | 5%          |
| 2019 | 40.074.605,67 | 13%         |
| 2020 | 45.721.032,10 | 14%         |
| 2021 | 49.658.283,65 | 9%          |
| 2022 | 50.484.568,97 | 2%          |
| 2023 | 57.826.186,50 | 15%         |

## Despesas do Plano

O RPPS tem a previsão de conceder os benefícios previstos pelo Regime Geral e de acordo com a Lei nº 9.717/1998 e Lei nº 10.887/2004.

São abrangidos:

### - Aos Servidores:

Aposentadoria por Invalidez;

Aposentadoria Compulsória;

Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição;

Aposentadoria por Idade;

Aposentadoria Especial do Professor

### - Aos Dependentes:

Pensão por Morte;

**Apresentamos a seguir os valores para todas as despesas do plano, dos quatro últimos exercícios, com base nas informações disponibilizadas pelo RPPS:**

| DESPEASAS               |               |               |               |               |
|-------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| DESCRIÇÃO               | Dez/19        | Dez/20        | Dez/21        | Dez/22        |
| FOLHA ANUAL ATIVOS      | 14.324.618,10 | 13.451.371,96 | 13.494.178,13 | 21.746.837,58 |
| FOLHA ANUAL INATIVOS    | 6.603.439,83  | 8.369.728,90  | 8.599.109,01  | 9.997.455,91  |
| FOLHA ANUAL PENSIONISTA | 457.869,10    | 694.847,27    | 702.978,92    | 761.020,00    |

As folhas anuais de ativos, inativos e pensionistas são referentes às bases para definição de valores de contribuição dos servidores.

A seguir os valores referentes à remuneração bruta e outras despesas referentes aos servidores do município:

| NOME DO ENTE                                     | BASE DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIARIA |                          |                          |
|--|-------------------------------------|--------------------------|--------------------------|
|  | 2020                                | 2021                     | 2022                     |
| <b>Folha de salários dos servidores ativos</b>   |                                     |                          |                          |
| Janeiro  | R\$ 1.486.382,83                    | R\$ 1.672.364,55         | R\$ 1.616.689,09         |
| Fevereiro  | R\$ 1.529.082,86                    | R\$ 1.688.116,90         | R\$ 1.742.200,62         |
| Março  | R\$ 1.499.582,84                    | R\$ 1.760.503,76         | R\$ 2.240.777,11         |
| Abril  | R\$ 1.834.750,72                    | R\$ 1.760.287,15         | R\$ 2.084.563,62         |
| Maio   | R\$ 1.678.663,25                    | R\$ 1.743.875,96         | R\$ 2.086.159,59         |
| Junho  | R\$ 1.737.316,05                    | R\$ 1.751.983,79         | R\$ 2.075.672,52         |
| Julho  | R\$ 1.731.601,92                    | R\$ 1.762.882,46         | R\$ 2.182.842,46         |
| Agosto   | R\$ 1.725.560,35                    | R\$ 1.734.342,35         | R\$ 2.122.683,86         |
| Setembro   | R\$ 1.809.629,05                    | R\$ 1.707.492,28         | R\$ 2.158.709,33         |
| Outubro  | R\$ 1.784.830,51                    | R\$ 1.708.163,08         | R\$ 2.101.743,74         |
| Novembro   | R\$ 1.795.190,07                    | R\$ 1.731.932,37         | R\$ 2.121.335,53         |
| Dezembro   | R\$ 2.254.801,50                    | R\$ 4.414.177,48         | R\$ 2.619.900,95         |
| <b>TOTAL ANUAL</b>                               | <b>R\$ 20.867.391,95</b>            | <b>R\$ 23.436.122,13</b> | <b>R\$ 25.153.278,42</b> |
| <b>Folha de salários dos aposentados (RPPS)</b>  |                                     |                          |                          |
| Janeiro  | R\$ 577.573,99                      | R\$ 587.953,53           | R\$ 646.528,30           |
| Fevereiro  | R\$ 583.672,00                      | R\$ 592.542,84           | R\$ 668.340,80           |
| Março  | R\$ 569.732,95                      | R\$ 582.218,89           | R\$ 799.661,19           |
| Abril  | R\$ 569.347,12                      | R\$ 602.835,72           | R\$ 804.785,52           |
| Maio   | R\$ 575.934,67                      | R\$ 601.232,00           | R\$ 826.599,03           |
| Junho  | R\$ 564.433,22                      | R\$ 601.029,06           | R\$ 811.830,17           |
| Julho  | R\$ 566.863,42                      | R\$ 602.514,24           | R\$ 803.053,79           |
| Agosto   | R\$ 555.753,67                      | R\$ 594.861,27           | R\$ 784.728,79           |
| Setembro   | R\$ 573.437,19                      | R\$ 615.305,99           | R\$ 826.919,29           |
| Outubro  | R\$ 583.927,07                      | R\$ 641.219,02           | R\$ 827.885,94           |
| Novembro   | R\$ 584.827,15                      | R\$ 608.766,33           | R\$ 811.942,96           |
| Dezembro   | R\$ 573.600,01                      | R\$ 641.108,58           | R\$ 870.221,55           |
| <b>TOTAL ANUAL</b>                               | <b>R\$ 6.879.102,46</b>             | <b>R\$ 7.271.587,47</b>  | <b>R\$ 9.482.497,33</b>  |
| <b>Folha de salários dos pensionistas (RPPS)</b> |                                     |                          |                          |
| Janeiro  | R\$ 34.556,78                       | R\$ 40.085,13            | R\$ 46.894,85            |
| Fevereiro  | R\$ 29.824,55                       | R\$ 32.794,90            | R\$ 49.963,99            |
| Março  | R\$ 33.686,99                       | R\$ 42.088,22            | R\$ 50.357,40            |
| Abril  | R\$ 32.290,66                       | R\$ 36.864,18            | R\$ 56.181,67            |
| Maio   | R\$ 32.664,23                       | R\$ 49.744,46            | R\$ 62.787,64            |
| Junho  | R\$ 30.281,44                       | R\$ 35.926,91            | R\$ 50.587,86            |
| Julho  | R\$ 29.940,22                       | R\$ 35.619,06            | R\$ 49.201,24            |
| Agosto   | R\$ 29.726,69                       | R\$ 35.372,16            | R\$ 55.461,91            |
| Setembro   | R\$ 29.223,62                       | R\$ 40.921,84            | R\$ 50.016,98            |
| Outubro  | R\$ 33.402,35                       | R\$ 42.175,90            | R\$ 55.376,98            |
| Novembro   | R\$ 41.392,50                       | R\$ 39.779,72            | R\$ 51.683,84            |
| Dezembro   | R\$ 36.490,70                       | R\$ 58.373,34            | R\$ 56.923,60            |
| <b>TOTAL ANUAL</b>                               | <b>R\$ 393.480,73</b>               | <b>R\$ 489.745,82</b>    | <b>R\$ 635.437,96</b>    |
| <b>TOTAL BRUTO GERAL ANUAL</b>                   | <b>28.139.975,14</b>                | <b>31.197.455,42</b>     | <b>35.271.213,71</b>     |

## Resultado Atuarial

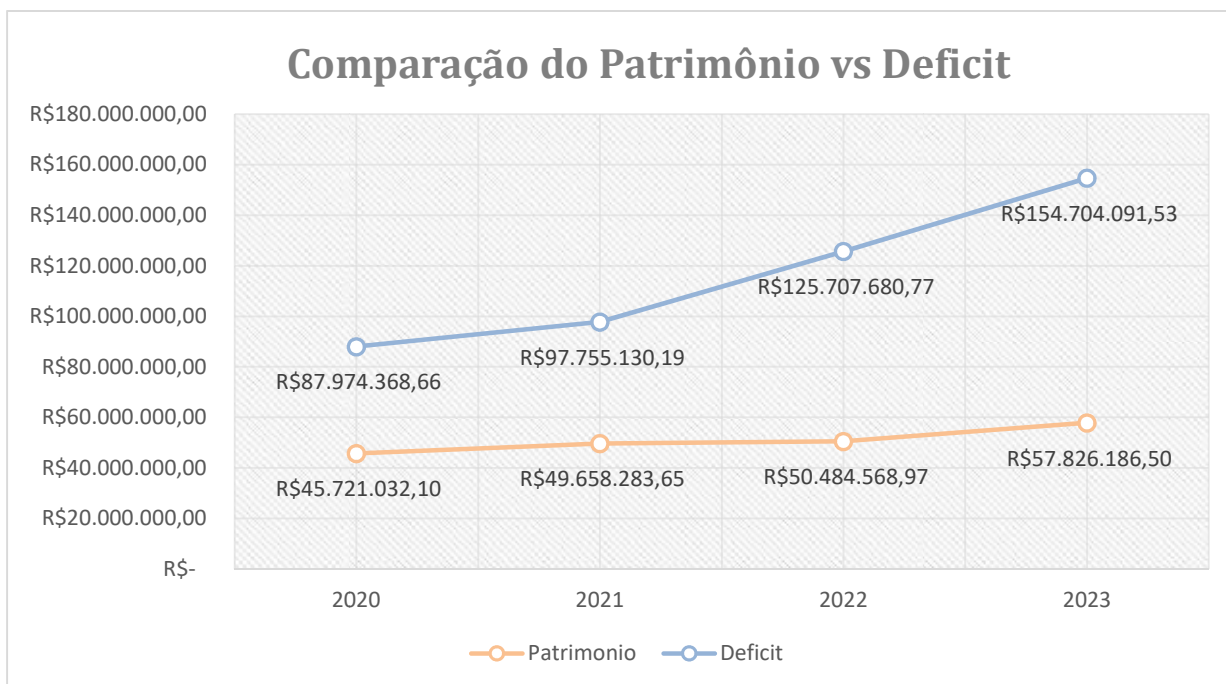
Através das Reservas Matemática é expresso o Passivo Atuarial que é uma projeção atuarial, representativa da totalidade dos compromissos líquidos do plano para com seus segurados (ativos, aposentados e pensionistas), ou seja, representa a diferença entre benefícios previdenciários futuros e contribuições futuras, trazidos financeiramente à data presente (valor presente) considerando-se uma determinada taxa de juros.

A Reserva Matemática é de Benefícios Concedidos quando se refere aos servidores aposentados e pensionistas e de Benefícios a Conceder quando se refere aos servidores ativos. Ao se calcular a diferença entre Ativo Líquido e as Reservas Matemáticas, pode-se avaliar se o Plano é superavitário, resultado positivo, ou deficitário, resultado negativo.

O quadro a seguir apresenta o resultado atuarial dos quatro últimos exercícios, levando em consideração as obrigações e o patrimônio do RPPS:

| PLANO DE CONTAS RPPS                         |                          |                          |                           |                           |
|--|--------------------------|--------------------------|---------------------------|---------------------------|
| EXERCÍCIO                                    | 2020                     | 2021                     | 2022                      | 2023                      |
| Reserva Matemáticas de Benefícios Concedidos | R\$ 55.060.416,69        | R\$ 125.470.082,12       | R\$ 111.237.926,09        | R\$ 135.624.514,91        |
| Reserva Matemáticas de Benefícios a Conceder | R\$ 78.634.984,07        | R\$ 21.943.331,73        | R\$ 64.954.323,65         | R\$ 76.905.763,12         |
| Patrimônio                                   | R\$ 45.721.032,10        | R\$ 49.658.283,65        | R\$ 50.484.568,97         | R\$ 57.826.186,50         |
| <b>RESULTADO ATUARIAL</b>                    | <b>R\$ 87.974.368,66</b> | <b>R\$ 97.755.130,19</b> | <b>R\$ 125.707.680,77</b> | <b>R\$ 154.704.091,53</b> |

| PLANO DE CONTAS MANTIDOS PELO TESOUREO       |                         |                          |                          |                          |
|--|-------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| EXERCÍCIO                                    | 2020                    | 2021                     | 2022                     | 2023                     |
| Reserva Matemáticas de Benefícios Concedidos | R\$ 8.975.879,02        | R\$ 12.628.992,37        | R\$ 12.629.992,37        | R\$ 12.464.497,57        |
| Reserva Matemáticas de Benefícios a Conceder | R\$ -                   | R\$ -                    |                          |                          |
| Patrimônio                                   | R\$ -                   | R\$ -                    |                          |                          |
| <b>RESULTADO ATUARIAL</b>                    | <b>R\$ 8.975.879,02</b> | <b>R\$ 12.628.992,37</b> | <b>R\$ 12.629.992,37</b> | <b>R\$ 12.464.497,57</b> |



## Equacionamento do Déficit - Custo Suplementar

A Avaliação Atuarial indicará o plano de custeio necessário, a partir de sua realização, para a cobertura do custo normal e do custo suplementar do plano de benefícios do RPPS.

No caso do Município de Conceição da Barra o equacionamento do déficit se dá por meio de um Custo Suplementar por Aportes Financeiros. O referido Custo parte de um Aporte Mensal no valor de R\$ 580.223,75 (quinhentos e oitenta mil, duzentos e vinte e três reais e setenta e cinco centavos), com prazo de amortização de 32 anos. Para amortizar o passivo atuarial de R\$ 154.704.091,53 (Cento e cinquenta e quatro milhões, setecentos e quatro mil, noventa e um reais e cinquenta e três centavos).

A fim de garantir a sustentabilidade do RPPS de Conceição da Barra e o equilíbrio financeiro-actuarial exigido pela constituição Federal, o Município através da Lei Complementar nº 54/2019 e Decreto do Executivo Municipal nº 5577/2022, de



05/04/2022, revisou o Plano de Amortização do Déficit Técnico Atuarial, abordado em detalhe no capítulo que trata da Gestão Atuarial.

Segue o plano de amortização completo adotado pelo Município de Conceição da Barra ao longo do período de 2022 até 2054:

#### ANEXO I

| PLANO DE AMORTIZAÇÃO POR APORTES FINANCEIROS MENSAIS |               |      |               |
|--|---------------|------|---------------|
| Ano  | Aporte Mensal | 2038 | R\$667.606,93 |
| 2022   | R\$563.170,41 | 2039 | R\$667.606,93 |
| 2023   | R\$605.128,01 | 2040 | R\$667.606,93 |
| 2024   | R\$667.606,93 | 2041 | R\$667.606,93 |
| 2025   | R\$667.606,93 | 2042 | R\$667.606,93 |
| 2026   | R\$667.606,93 | 2043 | R\$667.606,93 |
| 2027   | R\$667.606,93 | 2044 | R\$667.606,93 |
| 2028   | R\$667.606,93 | 2045 | R\$667.606,93 |
| 2029   | R\$667.606,93 | 2046 | R\$667.606,93 |
| 2030   | R\$667.606,93 | 2047 | R\$667.606,93 |
| 2031   | R\$667.606,93 | 2048 | R\$667.606,93 |
| 2032   | R\$667.606,93 | 2049 | R\$667.606,93 |
| 2033   | R\$667.606,93 | 2050 | R\$667.606,93 |
| 2034   | R\$667.606,93 | 2051 | R\$667.606,93 |
| 2035   | R\$667.606,93 | 2052 | R\$667.606,93 |
| 2036   | R\$667.606,93 | 2053 | R\$667.606,93 |
| 2037   | R\$667.606,93 | 2054 | R\$667.606,93 |

Segue o plano de amortização completo adotado pelo Município de Conceição da Barra ao longo do período de 2023 até 2054<sup>11</sup>:

| PLANO DE AMORTIZAÇÃO POR APORTES MENSAIS |               |      |               |
|--|---------------|------|---------------|
| Ano                                      | Aporte Mensal | Ano  | Aporte Mensal |
| 2023                                     | R\$580.223,75 | 2040 | R\$868.693,36 |
| 2024                                     | R\$595.132,70 | 2041 | R\$888.165,42 |
| 2025                                     | R\$610.281,81 | 2042 | R\$907.940,05 |

<sup>11</sup> Tabela atualizada na avaliação atuarial base 12/2022

|      |               |      |                 |
|------|---------------|------|-----------------|
| 2026 | R\$625.674,39 | 2043 | R\$928.021,36   |
| 2027 | R\$641.313,80 | 2044 | R\$937.301,57   |
| 2028 | R\$657.203,42 | 2045 | R\$946.674,59   |
| 2029 | R\$673.346,71 | 2046 | R\$956.141,33   |
| 2030 | R\$689.747,14 | 2047 | R\$965.702,75   |
| 2031 | R\$706.408,24 | 2048 | R\$975.359,77   |
| 2032 | R\$723.333,59 | 2049 | R\$985.113,37   |
| 2033 | R\$740.526,81 | 2050 | R\$994.964,50   |
| 2034 | R\$757.991,56 | 2051 | R\$1.004.914,15 |
| 2035 | R\$775.731,55 | 2052 | R\$1.014.963,29 |
| 2036 | R\$793.750,54 | 2053 | R\$1.025.112,92 |
| 2037 | R\$812.052,34 | 2054 | R\$1.035.364,05 |
| 2038 | R\$830.640,80 | 2054 | R\$1.035.364,05 |
| 2039 | R\$849.519,82 |      |                 |

Este déficit corresponde ao passivo referente ao custo do tempo de serviço passado de uma massa de servidores, até mesmo antes da criação do RPPS, sem a devida contribuição previdenciária, e, também, fruto dos desequilíbrios apuradas em cada exercício que ocasionam o crescimento do déficit no ativo, necessário à cobertura das provisões matemáticas.

### **Evolução das Reservas do Plano de Equacionamento do Déficit**

A partir da edição de Lei Complementar 48/2018, o município de Conceição da Barra e o Instituto começaram enfrentar de maneira assertiva, através do Plano de Amortização o déficit atuarial que assusta os Regimes de Previdência no Brasil e no mundo.

O plano apresenta-se, apenas, como um dos remédios, embora amargo, pois cobra um alto preço da sociedade, representada pelo gestor público, que se vê obrigado, para promover o equilíbrio da previdência municipal, a lançar mão de recursos que

poderiam ser utilizados em ações de investimentos e desenvolvimento das diversas áreas de atuação do Governo Municipal.

Na análise dos demonstrativos abaixo, observa-se um rápido crescimento das reservas do Plano, em um curto período de cinco anos, desde a criação da Lei até a data atual.

O instituto encerrou o ano de 2018, primeiro ano do Plano, com R\$ 584.170,77 e terminando o ano de 2022, ano da PCA em análise, com R\$ 14.520.495,12, representando um crescimento, no período apurado, de 2.486%. Isso mesmo! Como se vê, a cada exercício, a arrecadação, via Aportes e Rendimentos de aplicação, tem apresentado, em sua maioria, um crescimento superior, em relação ao ano imediatamente anterior, na média, de mais de 200%.

**DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DAS RESERVAS  
PLANO DE EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT**

| <b>Exercício</b>   | <b>2019</b>         | <b>2020</b>         | <b>2021</b>         | <b>2022</b>          |
|--------------------|---------------------|---------------------|---------------------|----------------------|
| Saldo Anterior     | 584.170,77          | 2.520.103,60        | 4.673.450,30        | 7.022.990,98         |
| Aportes            | 1.613.254,26        | 2.169.152,88        | 2.444.166,04        | 6.417.006,80         |
| Rendimentos        | 323.808,82          | - 15.426,69         | - 94.353,56         | 1.080.870,54         |
| Despesas Bancárias | 1.184,55            | 379,49              | 271,80              | 373,20               |
| <b>Saldo Atual</b> | <b>2.520.103,60</b> | <b>4.673.450,30</b> | <b>7.022.990,98</b> | <b>14.520.495,12</b> |
| <b>% Evolução</b>  | <b>431,4%</b>       | <b>185,4%</b>       | <b>150,3%</b>       | <b>206,8%</b>        |

Analisando a evolução das reservas totais do Instituto em comparação com as reservas que estão sendo acumuladas, especificamente, com o Plano de Amortização do Déficit Atuarial, chama a atenção que no ano de 2018 o peso em percentual das reservas do plano representava 1,62% do total de recursos do PREVICOB, enquanto em 2022, o referido peso saltou para 27,35%, representando quase um terço das reservas totais do Instituto e com expectativa de manutenção desse rápido crescimento.

**DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DO PLANO X RESERVA TOTAL DO INSTITUTO**

| <b>EXERCÍCIO</b>                  | <b>2018</b>          | <b>2019</b>          | <b>2020</b>          | <b>2021</b>          | <b>2022</b>          |
|-----------------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| Saldo do Plano                    | 584.170,77           | 2.520.103,60         | 4.673.450,30         | 7.022.990,98         | 14.520.495,12        |
| <b>Reserva Total do Instituto</b> | <b>36.042.870,50</b> | <b>41.517.145,83</b> | <b>49.340.459,75</b> | <b>46.084.733,12</b> | <b>53.084.766,02</b> |
| <b>% Do Plano X Reserva Total</b> | <b>1,62%</b>         | <b>6,07%</b>         | <b>9,47%</b>         | <b>15,24%</b>        | <b>27,35%</b>        |

Base: Dezembro/2022

Numa visão similar, porém, dessa vez, analisando a evolução do déficit atuarial versus as reservas que estão sendo acumuladas com o Plano de Amortização do Déficit Atuarial, chega-se aos seguintes números: Inicialmente, ao observar as reservas do plano em 2018, representavam menos de 1% do déficit atuarial, enquanto em 2022 já alcança o percentual de 9,39% do déficit; com uma evolução na representação (reserva do plano x déficit), a cada ano, superior a 100%.

Percebe-se, também, no período, enquanto o saldo do Plano evoluiu em mais de 2486%, o déficit atuarial cresceu 204%, esse padrão de rápida evolução das reservas, em função do crescimento contínuo dos aportes e rentabilidade do fundo, o peso comparativo entre déficit/reserva, no período avaliado, saltou em 1219%, ou seja, cresceu mais de 12 vezes em menos de cinco anos.

**DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DO PLANO X DÉFICIT ATUARIAL**

| <b>EXERCÍCIO</b>                  | <b>2018</b>  | <b>2019</b>    | <b>2020</b>    | <b>2021</b>    | <b>2022</b>    | <b>Variação 2022/2018</b> |
|-----------------------------------|--------------|----------------|----------------|----------------|----------------|---------------------------|
| Saldo do Plano                    | 584.171      | 2.520.104      | 4.673.450      | 7.022.991      | 14.520.495     | 2486%                     |
| DÉFICIT ATUARIAL                  | 75.884.107   | 87.974.369     | 97.755.130     | 125.707.681    | 154.704.092    | 204%                      |
| <b>% Do Plano X Reserva Total</b> | <b>0,77%</b> | <b>2,86%</b>   | <b>4,78%</b>   | <b>5,59%</b>   | <b>9,39%</b>   | 1219%                     |
| <b>% Evolução Variação</b>        | -            | <b>372,11%</b> | <b>166,89%</b> | <b>116,86%</b> | <b>168,00%</b> | -                         |

Base: Dezembro de cada Ano

Permanecendo assim, ocorrerá um rápido equacionamento e equilíbrio previdenciário num prazo inferior ao definido no plano de amortização, datado para 2054.

Porém, para atingir as metas acima, continua necessário, especial atenção para os demais fatores (remédios) que tem forte potencial para contribuir no equilíbrio tão esperado num período abreviado, a saber:

- Promover aumento de alíquotas, principalmente, patronais com vistas a calibrar melhor os resultados das avaliações atuariais;
- Realizar concursos públicos com intuito de repor o quadro de servidores aposentados e ou desligados por várias razões;
- Substituir ou reduzir o quadro de servidores contratados e comissionados do Município e criar potenciais vagas para concursos.

## CONCLUSÃO

Os anos de 2020 e 2021 entraram para história mundial em função dos efeitos da pandemia COVID-19, trazendo consigo uma nova realidade comportamental em todas as áreas de nossas vidas, forçando-nos a repensar e reorganizar os trabalhos. A equipe do Previcob uniu forças e parcerias para desenvolvimento das atividades, adaptadas ao novo cenário e, na medida do possível, obteve-se grandes resultados. Já em 2022 o anúncio da guerra Rússia x Ucrânia, foi à surpresa que causou impactos significativos na economia global e, conseqüentemente, na gestão dos investimentos previdenciários, conforme detalhamentos no capítulo que trata dos Investimentos do Instituto.

No que tange ao regime próprio de previdência municipal, quando bem administrado, é de grande importância para os munícipes e seus servidores, pois agrega valor à economia municipal. O PREVICOB contribui com a expansão, fortalecimento e aperfeiçoamento da previdência dos servidores públicos municipal, e, nos anos 2019 a 2022, deu-se grande importância a um ciclo de gestão responsável, com muitas adequações nos padrões de trabalho, focada na aplicação das políticas previdenciárias e suas vantagens tanto para o servidor quanto para o ente federativo.

Em relação ao relatório de gestão, foi produzido com base na peça instrumental de prestação de contas, para atender a disposição na Instrução Normativa nº 43, TCEES, de 05 de dezembro de 2017, que determina o envio de dados e informações, por meio de sistema informatizado, com expressa referência, orçamentária, financeira e patrimonial.

Destaca-se além das ações corriqueiras realizadas em 2022, como: abertura de processos administrativos de aposentadorias, requerimento para benefício de pensão por morte, intimações, notificações, revisões atuarias, mandados judiciais, emissões de atos legais, perícias médicas, solicitações de compras de materiais e/ou serviços, e, solicitações diversas; imprimiu-se um ritmo diferenciado com o intuito de modernizar e aprimorar a gestão.

Manteve-se, ainda, convênio com o ente público para disponibilização e efetiva implantação do Sistema Integrado de Contabilidade Pública, em exigência a determinações constantes da LRF, gerando assim, uma economia considerável de, pelo menos, R\$ 100 mil reais anuais em taxa de administração no caixa do Instituto e, sem falar da maior sinergia e celeridade na realização das tarefas e respostas aos órgãos de controle.

Registra-se a manutenção da arrecadação de compensação previdenciária iniciada no PREVICOB a partir do ano de 2019 e grandes avanços na profissionalização e ampliação dos conhecimentos da equipe do COMPREV, resultado em maior celeridade nas análises de diligências processuais e inclusão de mais processos na fila de compensação, aumentando a expectativa de arrecadação de recursos exclusivamente COMPREV para R\$ 16,3 milhões.

Houve um crescimento patrimonial, no exercício de 2022, frente à realidade recente de forte crise econômica vivenciada não só pelo PREVICOB, mas no Brasil e no mundo; com um histórico do Instituto bem próximo de congelamento do patrimônio líquido financeiro na casa de R\$ 35 milhões até o ano de 2018, ou seja, captou-se no mercado financeiro nos últimos cinco anos, mesmo com as sucessivas crises, aproximadamente 24 milhões, promovendo a elevação substancial das disponibilidades financeiras.

Além da rentabilidade expressiva, nos últimos anos, outro fato relevante na promoção de melhoria na evolução patrimonial deu-se pela retomada do Plano de Amortização Atuarial, aprovado em meados de 2018 pela Lei Complementar Municipal 48/2018, e atualizado em 2019 através da Lei Complementar Municipal 54/2019, arrecadou-se, exclusivamente, com o Plano mais de 14 milhões desde a sua criação.

Investiu-se no decorrer de 2022, em treinamentos e capacitações dos servidores, em cursos, palestras, seminários e congressos, com destaque aos membros da diretoria executiva, dos conselhos fiscal, administrativo e membros do comitê de investimentos.

Para 2023 foram definidas metas priorizadas, como: acompanhamento sistemático e proativo dos valores aplicados pelo instituto no mercado financeiro; alimentação do site/PREVICOB de forma frequente e com todas as informações previstas na legislação vigente; informativos diretos aos segurados através de mensagens “sms” e grupos de comunicação por aplicativos específicos levando a prestação de contas e as principais notícias do RPPS; aquisição de imóvel para atender as necessidades do PREVICOB; programa Pró-gestão que visa o reconhecimento das boas práticas de gestão adotadas pelos RPPS e, a realização do projeto de aproximação e valorização de aposentados e pensionistas segurados pelo PREVICOB.

Conceição da Barra/ES, 30 de março de 2023.

**Mario Luiz da Silva Junior**

Diretor Presidente

**Fabício Siquara Gonçalves**

Diretor Administrativo Financeiro

**Paulo Cezar Alves de Oliveira**

Procurador Jurídico